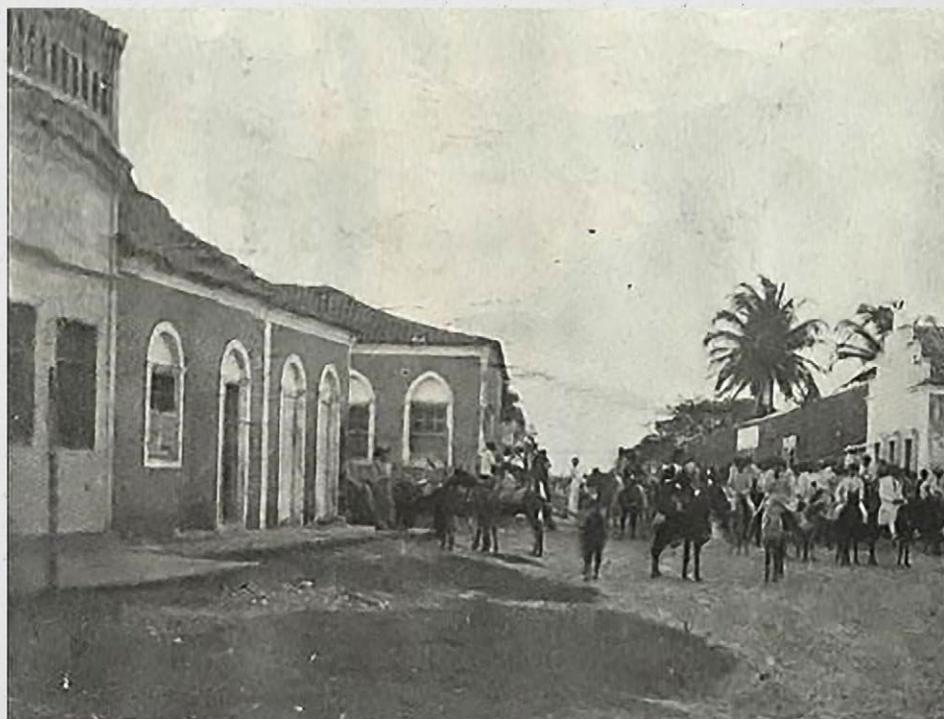


Carlos Augusto Pereira dos Santos

História Política de Camocim

1898-1987

Vol. 1



Editora
**SER
TÃO
CULT**

Anpuh
ceará





Carlos Augusto Pereira dos Santos

Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Graduado em Estudos Sociais e História pela UVA (1990 e 2015). Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ (2000) e Doutor em História do Norte e Nordeste do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE (2008), pós-doutor em Estudos Culturais do Programa Avançado de Cultura Contemporânea PACC/UFRJ (2016). Autor de vários livros sobre história local, especialmente nas temáticas do cotidiano, cultura, história do trabalho e trabalhadores. É membro do Coletivo de Historiadores de Camocim.



Carlos Augusto Pereira dos Santos

História Política de Camocim

1898-1987



Vol. 1

Sobral-CE
2022

Editora

**SER
TÃO
CULT**

Anpuh
ceará





Editora
**SER
TÃO
CULT**



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaoacult.com
sertaoacult@gmail.com
www.editorasertaoacult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico
Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial

Andrea Rodrigues de Andrade
Camila Teixeira Amaral
Cid Morais Silveira
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
João Batista Teófilo Silva
Maria Aparecida de Sousa
Raul Max Lucas da Costa
Telma Bessa Sales
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros

Revisão

Karoline Viana Teixeira

Diagramação e capa

João Batista Rodrigues Neto

Foto da capa

Camocim-CE. Dia de Eleições. 1912.
Fonte: Revista da Semana, RJ.

Catálogo

Leolph Lima da Silva - CRB3/967

**Anpuh
ceará**

Associação Nacional de História - Seção Ceará
CNPJ - 23.533.584/0001-66

Conselho Editorial da ANPUH-CE

EDITOR-CHEFE

Tito Barros Leal (UVA)

EDITORA ADJUNTA

Cláudia Freitas de Oliveira (UFC)

CONSELHO CONSULTIVO

Historiadores

Flocel Sabaté (Universitat de Lleida - Espanha)
Francisco Contente Domingues
(Universidade de Lisboa - Portugal)
Hugo Roberto Bastuado Miranda
(Universidad Nacional de San Juan - Argentina)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG - Brasil)
Márcia Maria Menendes Motta (UFF - Brasil)
Maria Leonor Cruz (Universidade de Lisboa - Portugal)

Áreas Afins

Antonio Méndez Madariaga, Arqueologia
(Universitat de Barcelona - Espanha)
Eduardo Diathy Bezerra de Menezes, Ciências Sociais
(UFC - Brasil)
Francisco Auto Filho, Filosofia e Jornalismo (UECE - Brasil)
Roberto Pontes, Letras (UFC - Brasil)

CONSELHO CIENTÍFICO

Historiadores

Ana Alice Miranda Menescal
Ângelo Adriano Faria de Assis (UFV)
Helena Amália Papa (UNIMONTES)
Lara de Castro (UNIFAP)
Maria Lucélia de Andrade (URCA)
Mariana Albuquerque Dantas (UFRPE)
Pedro Parga Rodrigues (UFRJ)
Raquel de Fatima Parmegiani (UNAL)
Ticiane de Oliveira Antunes (IES Particular)

Áreas Afins

Elizabeth Dias Martins, Letras (UFC)
Emanoel Pedro Martins Gomes, Letras (UESPI)
Francisco Wellington Rodrigues Lima, Letras (IES Particular)
Manoel Fernandes de Sousa Neto, Geografia (USP)
Marcos Paulo Torres Pereira, Letras (UNIFAP)
Nilo César Batista da Silva, Filosofia (UFCA)



Efetuada depósito legal na Biblioteca Nacional
Câmara Municipal de Camocim

Mesa Diretoria (2021-2022)

Presidente: José Jeová de Vasconcelos
Vice-Presidente: James Barbosa da Rocha
1º Secretário: César de Araújo Veras
2º Secretário: José Elinaldo Pinto de Araújo
Assessor Jurídico: José Genézio de Vasconcelos
Consultor Legislativo: Antonio Carlos Brito Veras
Secretário da Presidência: Francisco Helton da Silva Araújo
Chefe de Gabinete: Raimundo Roniério Ferreira
Auxiliar de Serviços Gerais: Maria do Livramento de Souza
Zelador: Francisco Célio Rocha dos Santos.

S237h

Santos, Carlos Augusto Pereira.

História Política de Camocim (1898 - 1987). / Carlos Augusto Pereira
dos Santos. - Sobral CE: Sertão Cult, 2022.

204 p.
v. 1
Série História Camocinense, v. V

ISBN: 978-65-5421-037-9 - e-book em pdf
ISBN: 978-65-5421-036-2 - papel
Doi: 10.35260/54210379-2022

1. Camocim-História política (1898-1987). 2. Política camocinense. 3.
Política cearense- Camocim. 4. Camocim- Política (1898-1987). I. Título.

CDD 981.31



Palavra do Presidente

Figura 1 - Vereador José Jeová de Vasconcelos. Presidente da Câmara Municipal de Camocim (2021-2022).



Fonte: <https://www.camaracamocim.ce.gov.br/vereadores/jeova-vasconcelos>.

Em nosso terceiro mandato como vereador de Camocim, conseguimos chegar ao comando da Câmara Municipal para o biênio 2021-2022¹. Sabemos que um cargo desta magnitude nos traz muitas responsabilidades, não somente com o nosso eleitorado, mas com toda a sociedade que representamos no parlamento.

Neste sentido, ser Presidente da Câmara Municipal é ter responsabilidade pelo cumprimento da legislação que trata da guarda documental e, conseqüentemente, dos espaços que contam a história do Poder Legislativo. Deste modo, avançamos nas ações de proteção, preservação

1 José Jeová de Vasconcelos atualmente está em seu terceiro mandato consecutivo como vereador de Camocim, eleito para as legislaturas de 2013-2016; 2017-2020; 2021-2024.

da documentação produzida na Câmara, viabilizando um espaço externo para a criação e organização do *Arquivo Público da Câmara Municipal*. Por outro lado, mantivemos o funcionamento do *Memorial do Legislativo Camocinense*, nossa página oficial na *internet* e as sessões ordinárias transmitidas pela *TV Câmara*, além das páginas nas redes sociais.

Do ponto de vista editorial, a Câmara Municipal de Camocim vem sendo objeto de estudo e publicação de livros desde 2008, com o pioneiro *A Casa do Povo: história do legislativo camocinense* e, mais recentemente, em 2020, de *O Parlamento Camocinense. Fatos Históricos. 1879-2019*, frutos da pesquisa do historiador Carlos Augusto Pereira dos Santos. Dando prosseguimento a esta cultura de publicação, autorizamos o referido historiador a continuar com seu trabalho, desta vez, ampliando seus estudos para além do Poder Executivo e nos contar mais sobre a história da política camocinense.

Eis, portanto, o resultado do trabalho! E a Câmara Municipal de Camocim, através da sua presidência, apresenta e dispõe para o público em geral o livro *História Política de Camocim (1898-1987) - Vol. 1*, que traça uma trajetória de quase um século da história política local, informativa e instigante, revelando pormenores dos pleitos eleitorais, de políticos e realizações em nosso município.

Com esta publicação, pensamos ter contribuído, em nossa passagem pela presidência do Poder Legislativo, um pouco mais para sua aproximação com o público em geral através da história política do nosso povo.

Boa Leitura!


José Jeová de Vasconcelos

Presidente da Câmara Municipal de Camocim (2021-2022)

Apresentação

“Verdes mares bravios do norte
A lutar nesse eterno fragor
Como vós nosso povo é tão forte,
Tão feroz, pertinaz, lutador”.

(Trecho do *Hino de Camocim*. Autor: Francisco Valmir Rocha)

Camocim, próspera e bela cidade do norte cearense, ganha, pela pena talentosa de um de seus filhos mais ilustres, uma obra marcante. Carlos Augusto Pereira dos Santos, um dos mais talentosos historiadores de nossa academia, conseguiu produzir um livro que, não obstante os fins didáticos aos quais se propõe, vai muito além. A facilidade com que o texto é escrito, a gama enorme de informações trazidas e a riqueza de imagens permitem ao público em geral acessar uma produção essencial para quem deseja conhecer Camocim e — por que não? —, aspectos outros do fazer político do Ceará e do Brasil nos séculos XIX e XX.

Este tipo de produção nem sempre é tão fácil achar, visto que, infelizmente, ainda sofremos com diversos obstáculos na produção do que se chama de “história local”, como a falta de arquivos, má conservação das fontes e a falta de maior apoio e recursos para as pesquisas. Essa “história local” ressaltou-se, foi alvo, durante muito tempo, de certo preconceito, como se fosse algo menor. Na verdade, tudo é História. O “local”, se bem trabalhado em uma pesquisa, permite-nos enxergar melhor peculiaridades que escapam ao olhar mais geral. Se análises macro permitem entender o que se passa em regiões como a de Camocim, esta, por sua vez, alarga e contribui para a compreensão de processos mais amplos, a exemplo da importância do porto e da ferrovia da cidade para pensar a economia cearense e a movimentação de trabalhadores em suas lutas por melhores condições de vida.

É um livro de História com “H” maiúsculo, feito com conhecimentos e compromissos profissionais e éticos de um Historiador, que não se curva ao laudatório servil, comum em algumas outras obras do tipo, não deixando de tocar em aspectos incômodos para certos setores da sociedade, a exemplo da escravidão negra, as doenças que afligiam a população e a violência entre as facções políticas em disputa pelo poder político da cidade. Claro que a leitura da obra acaba por despertar a curiosidade dos leitores sobre aspectos do hoje (os nomes dos “ilustres” da terra, preservados em ruas e monumentos, por exemplo), mas o professor Carlos Augusto não abandona o rigor metodológico e científico, o zelo pelas fontes, o diálogo com a historiografia, a crítica e a reflexão, como recomenda o bom trabalho historiográfico.

A riqueza de temas, para além do político-institucional, chama a atenção nestas páginas. O poder não se encontra apenas no parlamento ou na prefeitura, mas, igualmente, no controle e repressão do operariado, nos times de futebol, nas questões de gênero, nas manifestações artísticas etc.

Pode-se dizer que esta é uma obra de história pública, no sentido de que leva a produção acadêmica e o conhecimento historiográfico para o grande público e estimula o debate e a compreensão dos lugares sociais e históricos nos quais se encontram os cidadãos de Camocim. O livro, assim, quebra outro paradigma, o do preconceito com que era visto o livro didático, muitas vezes acusado de ser reducionista. *História Política de Camocim* pode ser considerado um modelo a ser levado em conta na produção dos livros didáticos. Tem um sentido de “letramento historiográfico”, ou seja, mostra ao leitor como se produz o conhecimento historiográfico, as disputas de memória, a monumentalização do passado almejado pelos grupos políticos e sociais. Para além de datas e nomes, *História Política de Camocim*, do professor Carlos Augusto, é um convite à reflexão sobre o passado e o presente, bem como a necessidade de termos uma cidadania ativa, na busca e defesa da tolerância, democracia e justiça social.

Airton de Farias

Professor, autor de livros didáticos e Historiador
(Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF).

Sumário

Introdução / 11

CAPÍTULO I

A política em Camocim nos Séculos XIX e XX / 15

Período Imperial e Republicano / 15

1. A violência no Camocim do Séc. XIX / 24
2. Os documentos da Villa de Camocim / 25
3. A escravidão em Camocim / 26
4. Febre amarela mata em Camocim / 28
5. A criação da Guarda de Camocim / 30
6. Consciência política em Camocim. Século XIX / 31
7. O funcionalismo público de Camocim no Século XIX / 33
8. As profissões dos políticos de Camocim no Século XIX / 34
9. O eleitorado de Camocim no final do Século XIX / 35
10. Camocim nos livros I - Memorial Histórico da Cidade de Camocim / 36
11. As primeiras eleições presidenciais em Camocim / 37
12. Eleições em Camocim. Há 106 anos! / 39
13. O Padre Prefeito de Camocim / 40
14. Camocim e as eleições a bico de pena / 42
15. Os candidatos do PSD em Camocim - em 1934 / 44

Período da Redemocratização - 1945-1964 / 45

1. Os comitês anticomunistas em Camocim / 45
2. O vereador comunista em Camocim / 47
3. Caboclinho Farias - O Ferroviário / 49
4. A lei da bala e a imprensa em Camocim / 50
5. A censura em Camocim / 51
6. Os “camaradas” de Camocim / 52
7. O Primeiro de Maio em Camocim / 56
8. Os “caras pretas” e “fundos moles” de Camocim / 58
9. JK em Camocim / 60
10. Documentos secretos (?) de Camocim / 63

11. Ernesto Gurgel Valente / 64
12. Futebol e política em Camocim / 66
13. O Camocim das mulheres / 68
14. Fatos da política de Camocim - a morte de Manoel Siqueira / 69
15. Idas e vindas da política camocinense / 71
16. Camocim de luto - morre o comunista Nilo Cordeiro de Oliveira / 73
17. A ditadura em Camocim - a marcha da vitória / 75
18. Ditadura militar em Camocim - 50 anos depois / 76
19. Deputado Murilo Aguiar - 30 anos de morte / 78
20. O eleitor mais velho de Camocim / 79
21. Camocim X Massapê. As disputas na política / 81
22. O bacharelismo e a política em Camocim / 83

CAPÍTULO II

Parlamentares de Camocim / 85

- Murilo Rocha Aguiar / 85
- Anésio Frota Aguiar (Frota Aguiar) / 88
- Setembrino Fontenele Veras / 90
- Onofre Muniz Gomes de Lima / 92
- José Dias Macêdo (J. Macêdo) / 93
- Haroldo Sanford / 95
- Alfredo Veras Coelho / 97
- Libório Gomes da Silva / 99
- Francisco Rocha Aguiar (Rocha Aguiar) / 102
- Francisco de Paula Rocha Aguiar (Chico Aguiar) / 104
- Edilson Veras Coelho Filho / 107
- Sérgio de Araújo Lima Aguiar (Sérgio Aguiar) / 108

CAPÍTULO III

Eleições / 111

Período da Redemocratização em diante / 114

- Eleições de 1945 / 116
- Eleições de 1947 / 118
- Eleições de 1950 / 123
- Eleições de 1954 / 127
- Eleições de 1958 / 131
- Eleições de 1962 / 137
- Eleições de 1966 / 143
- Eleições de 1970 / 147
- Eleições de 1972 / 154

A cassação do prefeito João Pascoal de Melo / 157

Eleições de 1974 / 167

Eleições de 1976 / 169

Eleições de 1978 / 179

Eleições de 1982 / 183

Fontes / 193

Manuscritas / 193

Impressas / 193

Iconográficas / 195

Referências / 201

Sites Consultados / 202

Introdução

Machado de Assis costumava iniciar seus romances com uma “Advertência” ao leitor. Embora fosse uma ficção, a seu pensar e julgar, umas poucas colocações ajudariam a preparar o espírito do futuro leitor e, ao mesmo tempo, já se “defender” de futuras críticas. Não que o texto literário apresentado ao público não pudesse sofrer o crivo da crítica de quem o leria posteriormente, mas a “advertência” soava como um “eu avisei”.

Nesse sentido, esta “introdução” tem o objetivo de situar a presente obra à moda de uma “advertência”. Sabemos que o campo político é, por vezes, melindroso. Os próprios políticos, às vezes, têm dificuldade de entender o que se diz sobre o ser político, o que se fala dele, pessoa. Aliás, essa é uma dificuldade não somente dos políticos, convenhamos. Dessa forma, aventurar-se na seara política e seus meandros não é uma tarefa fácil. No caso da história local, os políticos, na maioria das vezes, estão vivos; seus parentes e correligionários são seus amigos, vizinhos e até mesmo pertencem à sua família.

Dessa forma, esta é uma obra com uma feição mais didática do que de análise acadêmica propriamente dita. Aqui não se faz um esforço teórico dentro dos pressupostos de uma “nova história política”. Seu objetivo maior é atingir um público fora da academia, de ser uma fonte de pesquisa para professores e alunos — ou mesmo tornar-se referência para tirar uma dúvida de aposta entre eleitores deste ou daquele partido, numa esquina qualquer da cidade. Daí que se privilegiou vários tipos de fonte para trazer os números dos pleitos eleitorais, os principais concorrentes, sem esquecer os de menor expressão política. Neste livro, você lerá mais do que se poderia pensar da polarização política entre “Cara Preta” e “Fundo Mole” e adentrará em outras “brigas” que este período proporcionou.

Procurou-se, por outro lado, no uso das fontes, mostrar aspectos outros que uma memória coletiva e particularizada perpetuou ao longo

dos tempos, revelando outros posicionamentos para o enriquecimento do contexto político. Os juízos de valores contidos nessas fontes sobre nossos políticos, quando citados, foram feitos com o devido destaque e referência metodológica, muitas vezes não expressando a opinião do autor sobre eles. Deixou-se ao leitor a livre compreensão dos termos.

Por último, dizer que algumas lacunas ficaram abertas, outras histórias não puderam estar neste livro por conta de espaço e estrutura. Daí se pensar num segundo volume futuramente, até mesmo para abarcar o lapso temporal de 1987 até nossos dias. Nessas lacunas, estão os silêncios daqueles que não quiseram ou não puderam prestar depoimentos — ou porque são inacessíveis, de fontes que ainda não foram reveladas, ou repousam em algum um arquivo pessoal. Para um segundo volume, será possível retroagir no tempo e dedicar um capítulo às histórias ainda não ditas, aos reparos que este trabalho vai sofrer por correção ou acréscimo, ou mesmo, espero que não, retratações por demandas judiciais.

Camocim, 16 de agosto, início das campanhas eleitorais de 2022.

O Autor

Para o Sr. Francisco Vieira Passos (Seu Chico Passos),
Oficial de Justiça, com quem aprendi e discuti muito
sobre a história da cidade, *in memoriam*.

Aos ex-vereadores Antonio Nilson Martins Mendes,
Edvanilson Oliviera de Sousa (Oliveira da Pesqueira), Dr.
Ivanaldo Coutinho do Nascimento, Ivanildo Cavalcante
(Nildo) e Raimundo Marques de Almeida (Raimundo
Vinuto), que nos deixaram recentemente, *in memoriam*.

Capítulo I

A política em Camocim nos Séculos XIX e XX

Período Imperial e Republicano

Desde o Império que o texto constitucional trata da questão eleitoral; afinal, a monarquia que aqui se instalou tinha essa característica, dentro do arranjo que se estabeleceu entre as elites luso-brasileiras e o regente português D. Pedro I. Embora o processo da Assembleia Constituinte tenha sido interrompido pelo próprio imperador, a outorga da Constituição de 1824, no quesito da participação eleitoral, estabeleceu a exigência da renda mínima.

Nesse sentido, o sistema eleitoral previa as categorias de “votante” e “eleitor” para poderem votar nos deputados provinciais e senadores, que na época eram vitalícios. Dessa forma:

Para ser *votante* era preciso ter renda líquida anual de 100 mil réis, para ser *eleitor* 200 mil réis, para deputado 400 mil réis e para senador 800 mil réis. Também nesse ponto, a Constituição seguia os padrões dos governos liberais do século XIX. Exigir renda ou propriedade era considerado um critério legítimo para garantir o que se considerava ser um eleitorado capaz de tomar as melhores decisões. Além disso, a exigência de renda para ser *votante* e *eleitor* era baixa se forem considerados os valores pagos para trabalhadores nas mais variadas atividades. Calcula-se que cerca de 10% da população brasileira tinha direito a voto. Considerando apenas o conjunto dos homens livres, esse número sobe para 50%. Um índice de

participação relativamente alto para os padrões da época, superando o dos países europeus”.¹

Camocim foi um município criado no final do Império (1879), portanto sob as regras constitucionais do período. Do ponto de vista eleitoral, pertencíamos ao “4º Districto”, conforme a Reforma Eleitoral de 1881:

O 4º districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Granja e se comporá: do município de Ipú, compreendendo as paróchias de Campo Grande e S. Gonçalo da Serra dos Cocos; do município de S. Benedicto, constituido pela parochia de S. Benedicto; do município de Ibiapina, constituido pela parochia de S. Pedro de Ibiapina; do município de Viçosa, constituido pela parochia de Nossa Senhora da Assumpção de Villa Viçosa; do município de Granja, compreendendo as parochias de S. José da Granja e **Camocim**; do município de Principe Imperial, constituido pela parochia de Bom Jesus do Principe Imperial; e do município da Independencia, constituido pela parochia de Sant’Anna da Independencia.²

Vale ressaltar que, em 1881, Camocim era um município recém-criado pela Lei Provincial nº 1849, de 29 de setembro de 1879. A Villa de Camocim, criada em 8 de janeiro de 1883, só se transformaria em cidade pela Lei Provincial nº 2162, de 17 de agosto de 1889, daí a vinculação à Comarca de Granja.

No período republicano, o Guia Eleitoral de 1892 traz uma nova reformulação, dividindo o estado do Ceará em apenas três distritos eleitorais. Camocim figurou no primeiro distrito:

§ 1º. O primeiro districto terá por séde a cidade da Fortaleza, e se comporá dos seguintes municipios: Fortaleza, Porangaba, Mecejana, Maranguape, Soure, Pacatuba; Redempção, Araooyaba, Trahiry, Arraial, Itapipoca, S.

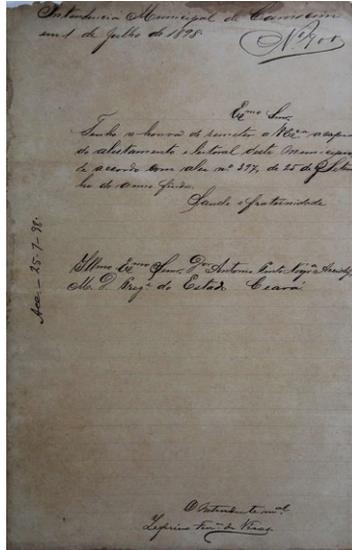
1 DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: Contexto, 2019, p. 40.

2 LEI DECRETOS E MODELOS RELATIVOS A ÚLTIMA REFORMA ELEITORAL. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1881, p. 19. Grifo nosso.

Francisco, Acarahú, **Camocim**, Granja, Viçosa, Tianguá, Ibiapina, S. Benedicto, Campo Grande e Paracurú.³

Percorrendo os arquivos da Câmara Municipal de Camocim e outras fontes disponíveis, vamos encontrar uma lista de eleitores colhidos pelo Intendente Municipal, conforme a Lei nº 387 de 1898. Para efeito de visualização do documento, reproduzimos abaixo com a devida transcrição.

Figura 1 - Capa do Alistamento Eleitoral de 1898.



Fonte: portal.ceara.pro.br.

Alistamento Eleitoral de 1898.

Intendencia Municipal de Camocim em 1 de julho de 1898.

Nº 900

Exmo Snr.

Tenho a honra de remeter a V. Exca. a copia do alistamento eleitoral deste Município de acordo com a lei nº 397, de 25 de Setembro do anno findo.

Saude e fraternidade

Ilmo Exmo, Snr. Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly.

M. D. Prez. do Estado Ceará

Ace. 25-7-98.

3 AUTRAN, Manoel Godofredo Alencastro. GUIA ELEITORAL. Lei n. 35 de 26 de Janeiro de 1892. Rio de Janeiro - São Paulo: Laemmert & C. - Editores-proprietários, 1894, p. 59-60. Grifo nosso.

Figura 2 - Alistamento Eleitoral de Camocim. 1898. Folha 1.

Alistamento dos Eleitores do Município de Camocim, para as Eleições Estadual e Municipal, provido em 10 de Abril de 1898.

N.º	Nome	Idade	Filiação	Estado	Profissão	Município	Data de sua Inscrição	Observações
1	Quarteiros 1º							
2	Achardes José d'Almeida	39	Influente José de Camocim	Ceará	Gratifica	Camocim	10 de Abril	
3	Antônio Rodrigues de Sousa Ramos	49	José José de Silva	"	"	"	"	"
4	Antônio Galvão de Melo	33	Francisco Galvão de Melo	"	"	"	"	"
5	Antônio José Galvão	30	Belcisco Galvão	"	"	"	"	"
6	Antônio José de Souza	38	José Pereira	"	"	"	"	"
7	Antônio Antônio d'Almeida	49	Cypriano de Souza	"	"	"	"	"
8	Antônio de Brito Gomes	41	Arcebe José de Souza	"	"	"	"	"
9	Antônio de Castro Souza	33	Manuel de Castro	"	"	"	"	"
10	Antônio de Castro	42	José Gomes	"	"	"	"	"
11	Antônio de Castro	45	Antônio José de Souza	"	"	"	"	"
12	Antônio de Castro	31	Manuel José de Almeida	"	"	"	"	"
13	Antônio de Castro	28	Joaquim de Castro	"	"	"	"	"
14	Antônio de Castro	21	Antônio José de Souza	"	"	"	"	"
15	Antônio de Castro	30	José de Souza	"	"	"	"	"
16	Antônio de Castro	34	Francisco de Souza	"	"	"	"	"
17	Antônio de Castro	57	Francisco de Souza	"	"	"	"	"
18	Antônio de Castro	46	Francisco de Souza	"	"	"	"	"
19	Antônio de Castro	49	Francisco de Souza	"	"	"	"	"
20	Antônio de Castro	39	Francisco de Souza	"	"	"	"	"
21	Antônio de Castro	60	Francisco de Souza	"	"	"	"	"
22	Antônio de Castro	52	Francisco de Souza	"	"	"	"	"
23	Antônio de Castro	40	Francisco de Souza	"	"	"	"	"
24	Antônio de Castro	34	Francisco de Souza	"	"	"	"	"
25	Antônio de Castro	45	Francisco de Souza	"	"	"	"	"
26	Antônio de Castro	25	Francisco de Souza	"	"	"	"	"
27	Antônio de Castro	31	Francisco de Souza	"	"	"	"	"
28	Antônio de Castro	32	Francisco de Souza	"	"	"	"	"

Fonte: portal.ceara.pro.br.

Figura 3 - Alistamento Eleitoral de Camocim. 1898. Folha 2.

N.º	Nome	Idade	Filiação	Estado	Profissão	Município	Data de sua Inscrição	Observações
29	Antônio de Castro	51	Manuel Carlos de Souza	Ceará	Artista	Camocim	10 de Abril	
30	Antônio de Castro	61	José Francisco de Souza	"	"	"	"	"
31	Antônio de Castro	22	José Francisco de Souza	"	"	"	"	"
32	Antônio de Castro	22	Manuel de Souza	"	"	"	"	"
33	Antônio de Castro	44	José Francisco de Souza	"	"	"	"	"
34	Antônio de Castro	44	Antônio de Souza	"	"	"	"	"
35	Antônio de Castro	46	José de Souza	"	"	"	"	"
36	Antônio de Castro	63	Antônio de Souza	"	"	"	"	"
37	Antônio de Castro	38	Antônio de Souza	"	"	"	"	"
38	Antônio de Castro	38	José de Souza	"	"	"	"	"
39	Antônio de Castro	27	Francisco de Souza	"	"	"	"	"
40	Antônio de Castro	29	José de Souza	"	"	"	"	"
41	Antônio de Castro	46	Antônio de Souza	"	"	"	"	"
42	Antônio de Castro	25	Joaquim de Souza	"	"	"	"	"
43	Antônio de Castro	66	José de Souza	"	"	"	"	"
44	Antônio de Castro	46	Belcisco de Souza	"	"	"	"	"
45	Antônio de Castro	41	Manuel de Souza	"	"	"	"	"
46	Antônio de Castro	27	Francisco de Souza	"	"	"	"	"
47	Antônio de Castro	25	Francisco de Souza	"	"	"	"	"
48	Antônio de Castro	33	Manuel de Souza	"	"	"	"	"
49	Antônio de Castro	40	Francisco de Souza	"	"	"	"	"
50	Antônio de Castro	44	Francisco de Souza	"	"	"	"	"
51	Antônio de Castro	22	Francisco de Souza	"	"	"	"	"
52	Antônio de Castro	64	Francisco de Souza	"	"	"	"	"
53	Antônio de Castro	22	José de Souza	"	"	"	"	"
54	Antônio de Castro	34	Joaquim de Souza	"	"	"	"	"
55	Antônio de Castro	30	Antônio de Souza	"	"	"	"	"
56	Antônio de Castro	28	Francisco de Souza	"	"	"	"	"
57	Antônio de Castro	42	Francisco de Souza	"	"	"	"	"
58	Antônio de Castro	30	José de Souza	"	"	"	"	"

Fonte: portal.ceara.pro.br.

Figura 6 - Alistamento Eleitoral de Camocim. 1898. Folha 5.

N.º	Nome	N.º	Filiação	Cidade	Profissão	Qualificação	Data da Qualificação	Observações
120	Continuação de 11.º Quartel	32	Amel Sena	Santa	Carate	Carate	10 Abril	
121	Antônio Pereira de Silva	33	Antônio Silva	Camocim	Carate	Carate	"	
122	Vicente Bastião da Costa	34	Baldino de	Camocim	"	"	"	
123	Francisco Simão de Sá	35	Simão de Sá	Camocim	"	"	"	
124	Antônio Pereira de Sá	36	Bernardo de Sá	Camocim	"	"	"	
125	Francisco de Sá Pereira de Sá	37	Antônio de Sá	Camocim	"	"	"	
126	Amel de Sá	38	Antônio de Sá	Camocim	"	"	"	
127	Alexandre José de Sá	39	Vicente de Sá	Camocim	"	"	"	
128	Antônio Pereira de Sá	40	João Pereira	Camocim	"	"	"	
129	Antônio Carlos de Sá	41	João Carlos	Camocim	"	"	"	
130	Francisco Almeida de Sá	42	Antônio Almeida	Camocim	"	"	"	
131	José Carneiro de Sá	43	Vicente de Sá	Camocim	"	"	"	
132	José Almeida de Sá	44	João Almeida	Camocim	"	"	"	
133	Kaluan José de Sá	45	Amel de Sá	Camocim	"	"	"	
134	Antônio Pereira de Sá	46	Francisco de Sá	Camocim	"	"	"	
135	Antônio Pereira de Sá	47	João Pereira	Camocim	"	"	"	
136	Antônio Pereira de Sá	48	João Pereira	Camocim	"	"	"	
137	Antônio Pereira de Sá	49	João Pereira	Camocim	"	"	"	
138	Antônio Pereira de Sá	50	João Pereira	Camocim	"	"	"	
139	Antônio Pereira de Sá	51	João Pereira	Camocim	"	"	"	
140	Antônio Pereira de Sá	52	João Pereira	Camocim	"	"	"	
141	Antônio Pereira de Sá	53	João Pereira	Camocim	"	"	"	
142	Antônio Pereira de Sá	54	João Pereira	Camocim	"	"	"	
143	Antônio Pereira de Sá	55	João Pereira	Camocim	"	"	"	
144	Antônio Pereira de Sá	56	João Pereira	Camocim	"	"	"	
145	Antônio Pereira de Sá	57	João Pereira	Camocim	"	"	"	
146	Antônio Pereira de Sá	58	João Pereira	Camocim	"	"	"	
147	Antônio Pereira de Sá	59	João Pereira	Camocim	"	"	"	
148	Antônio Pereira de Sá	60	João Pereira	Camocim	"	"	"	
149	Antônio Pereira de Sá	61	João Pereira	Camocim	"	"	"	
150	Antônio Pereira de Sá	62	João Pereira	Camocim	"	"	"	
151	Antônio Pereira de Sá	63	João Pereira	Camocim	"	"	"	
152	Antônio Pereira de Sá	64	João Pereira	Camocim	"	"	"	
153	Antônio Pereira de Sá	65	João Pereira	Camocim	"	"	"	
154	Antônio Pereira de Sá	66	João Pereira	Camocim	"	"	"	
155	Antônio Pereira de Sá	67	João Pereira	Camocim	"	"	"	
156	Antônio Pereira de Sá	68	João Pereira	Camocim	"	"	"	
157	Antônio Pereira de Sá	69	João Pereira	Camocim	"	"	"	
158	Antônio Pereira de Sá	70	João Pereira	Camocim	"	"	"	
159	Antônio Pereira de Sá	71	João Pereira	Camocim	"	"	"	
160	Antônio Pereira de Sá	72	João Pereira	Camocim	"	"	"	
161	Antônio Pereira de Sá	73	João Pereira	Camocim	"	"	"	
162	Antônio Pereira de Sá	74	João Pereira	Camocim	"	"	"	
163	Antônio Pereira de Sá	75	João Pereira	Camocim	"	"	"	
164	Antônio Pereira de Sá	76	João Pereira	Camocim	"	"	"	
165	Antônio Pereira de Sá	77	João Pereira	Camocim	"	"	"	
166	Antônio Pereira de Sá	78	João Pereira	Camocim	"	"	"	
167	Antônio Pereira de Sá	79	João Pereira	Camocim	"	"	"	
168	Antônio Pereira de Sá	80	João Pereira	Camocim	"	"	"	
169	Antônio Pereira de Sá	81	João Pereira	Camocim	"	"	"	
170	Antônio Pereira de Sá	82	João Pereira	Camocim	"	"	"	
171	Antônio Pereira de Sá	83	João Pereira	Camocim	"	"	"	
172	Antônio Pereira de Sá	84	João Pereira	Camocim	"	"	"	

Fonte: portal.ceara.pro.br.

Figura 7 - Alistamento Eleitoral de Camocim. 1898. Folha 6.

N.º	Nome	N.º	Filiação	Cidade	Profissão	Qualificação	Data da Qualificação	Observações
147	Continuação de 11.º Quartel	147	Antônio de Sá	Camocim	Carate	Carate	10 Abril	
148	Antônio Pereira de Sá	148	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
149	Antônio Pereira de Sá	149	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
150	Antônio Pereira de Sá	150	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
151	Antônio Pereira de Sá	151	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
152	Antônio Pereira de Sá	152	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
153	Antônio Pereira de Sá	153	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
154	Antônio Pereira de Sá	154	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
155	Antônio Pereira de Sá	155	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
156	Antônio Pereira de Sá	156	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
157	Antônio Pereira de Sá	157	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
158	Antônio Pereira de Sá	158	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
159	Antônio Pereira de Sá	159	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
160	Antônio Pereira de Sá	160	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
161	Antônio Pereira de Sá	161	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
162	Antônio Pereira de Sá	162	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
163	Antônio Pereira de Sá	163	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
164	Antônio Pereira de Sá	164	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
165	Antônio Pereira de Sá	165	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
166	Antônio Pereira de Sá	166	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
167	Antônio Pereira de Sá	167	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
168	Antônio Pereira de Sá	168	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
169	Antônio Pereira de Sá	169	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
170	Antônio Pereira de Sá	170	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
171	Antônio Pereira de Sá	171	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	
172	Antônio Pereira de Sá	172	Antônio Pereira	Camocim	"	"	"	

Fonte: portal.ceara.pro.br.

Figura 10 - Alistamento Eleitoral de Camocim, 1898. Folha 9.

N.º	Nome	Idade	Situação	Estado	Profissão	Annos de Letra	Data de Nascimento	Observações
229	Continuado de 2.ª Quarta de 1897 por Ferreira da Silva Brasil	22	Joaquim Farias	Seraf	Cozido	Lavrador	10 Abril	
230	ultimo Ferreira de Seraf	25	Joaquim Gregório	Ferreira Seraf	"	"	"	
231	Joaquim Farias da Silva	23	Alfonso Oliveira	da Silva	"	"	"	
232	Soteriano Silva da Silva	25	Joaquim Carlos	da Silva	"	"	"	

Termo de encerramento

Hoje dez dias do mes de Abril de mil oito centos e noventa e oito nesta Cidade de Camocim, Comarca da Paraíba, Estado do Ceará no edificio da Câmara Municipal, em sessão pública, compareceram os abaixo assinados, que por ordem do Intendente Municipal, concluído os trabalhos para este livro o nome de duzentos e trinta e dois eleitores e dois suplentes que foram inscritos neste livro, que foi assignado pelo meu Intendente. Eu, Manuel Saldanha Fontom, Secretário do livro e recenseador.

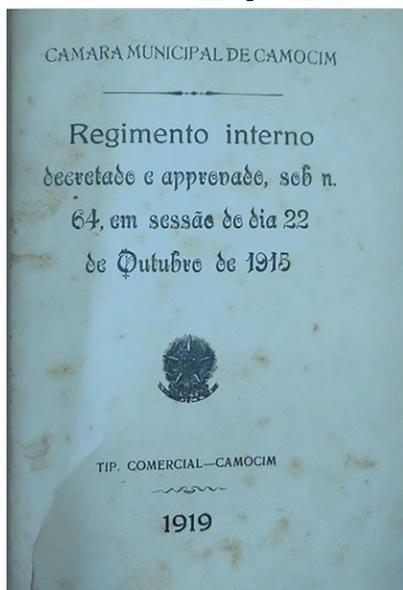
O Intendente Int.
Leopoldo Fontom

Fonte: portal.ceara.pro.br.

Saindo um pouco da seara eleitoral, sabemos que no período imperial a Câmara Municipal exercia simultaneamente os poderes executivo e legislativo. Os documentos da Câmara Municipal de Camocim referentes ao período são escassos, no entanto, alguns podem ser acessados em portais da *internet* ou mesmo no Arquivo da Câmara, em Camocim.

Por outro lado, no final de 2020, na gestão do Presidente da Câmara Municipal, César Veras, foi adquirido através de leilão virtual o “Regimento Interno. Decretado e aprovado sob o nº 64, em sessão do dia 22 de outubro de 1915”, publicado pela “TIP. Comercial - Camocim”, no ano de 1919.

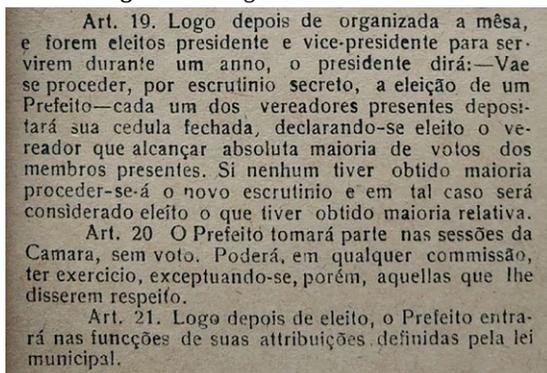
Figura 11 - Folha de rosto do Regimento Interno de 1915.



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Camocim.

Deste documento, ressaltam-se os artigos 19, 20 e 21, que tratam da eleição de presidente e vice-presidente da Câmara e a escolha do prefeito, que eram escolhidos pelos próprios vereadores de forma secreta, com maioria simples dos votos obtidos.

Figura 12 - Regimento Interno. 1915.



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Camocim.

Alguns desses documentos têm rendido algumas postagens no blog *Camocim Pote de Histórias*, que pode ser acessado no endereço: www.

camocimpotedehistorias.blogspot.com.br, que nos remete ao tratamento de questões nacionais, assim como ao cotidiano do município. Transcrevemos aqui algumas dessas postagens, em que o documento é realçado como fonte. As postagens estão inseridas aqui na ordem cronológica da data dos documentos consultados, mantendo-se a grafia da época.

1. A violência no Camocim do Séc. XIX

É forçoso dizer que a violência é um fenômeno cotidiano, milenar e eterno. A história universal está aí para corroborar esta afirmativa. Quem diria que a Villa de Camocim em 1883 já sofresse desse problema? É o que vou lhes contar e, para maior fidedignidade transcrevo o documento, talvez um dos primeiros produzidos pela Câmara Municipal ao Presidente da Província do Ceará:

Ofício da Câmara Municipal da Villa de Camocim, em Sessão Ordinária de 13 de abril de 1883.

Esta Câmara vendo que a tranqüilidade publica d'esta Villa se acha (ilegível) perturbada por um grupo de desordeiros de vida ociosa e que vem ameaçar locais, transitão publicamente por esta villa armados de faca e cacete provocando aos pacíficos habitantes do lugar, chegando sua ousadia deregirem insultos a própria autoridade como aconteceu na noite do dia 23 do mez próximo passado, quando um grupo d'estes perturbadores aprederam a caza do Subdelegado de Polícia deregindo-lhe ainda toda sorte de insultos.

Ainda um grupo d'esses desordeiros na noite do dia 6 do corrente mez em numero de 20 a 30 espancarão a um (ilegível) do exército, levando pois ao conhecimento de V. Exca. tão tristes fatos, espera da sábia e assertada a demonstração de V. Exa. Providencias assaz asertadas.

Releva significação a V. Exa. que a presença do seu destacamento sufficiente commandado por um official, se faz necessário nesta villa attento sua crecida população adventícia.

Deus Guarde a V. Exa.

Ilmo. E Exmo. Snr. Barão de (ilegível).

Mto. Dig. Presidente da Província do Ceará.

Diogo José de Souza – Presidente
João Porfírio de Andrade
Joaquim Firmo Pessoa
Joaquim Inácio Uchoa
Zeferino Ferreira de Vêras.⁴

4 A VIOLÊNCIA NO CAMOCIM DO SÉC. XIX. Postado em 27 de maio de 2011. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br.

2. Os documentos da Villa de Camocim

A história é deveras fascinante! No momento atual vivemos mais um período eleitoral com todas as suas anomalias, trâmites, vicissitudes, jogos de cena, festejos, desejos inconfessos, promessas e interesses outros.

Para o então município que se formava, ainda não éramos nem cidade, apenas uma vila recém criada, as eleições talvez ainda não tivesse toda essa complexidade, mas já apresentava os nomes das pessoas que tinham o destino de comandar o novo município desmembrado do **município de Granja**, posto que, naquela época, as câmaras municipais tinham também a função de executivo.

O ofício em questão trata apenas da acusação do recebimento de um ofício do **Presidente da Província do Ceará** que incluía o “*Decreto Legislativo nº 3340 de 14 de outubro de 1887*” com as orientações sobre as alterações do pleito eleitoral para os representantes da **Assembleia Provincial e Câmaras Municipais**.

A **Câmara de Camocim** desta época era composto por:

Lionel Dias da Fonseca - Presidente

Luís Gomes de Lima

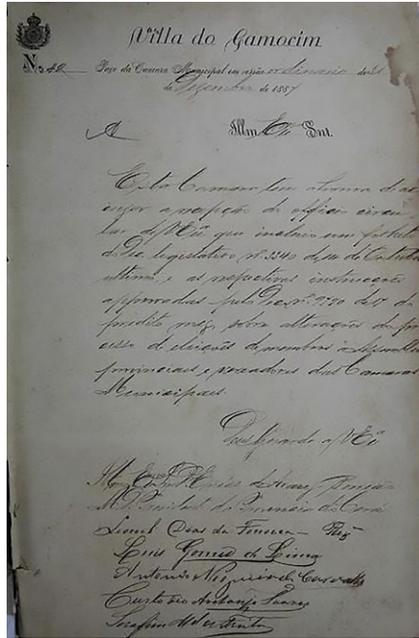
Antonio Nogueira de Carvalho

Custodio Archanjo Soares

Serafim Melo de Freitas.

Fonte: Site do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.

Figura 13 - Ofício nº 42. 31 de dezembro de 1887. Câmara Municipal de Camocim.



Fonte: portal.ceara.pro.br.

3. A escravidão em Camocim

Figura 14 - Navio Aratanha no Porto de Camocim. S/d.



Fonte: Domínio Público.

Pouco se tem registrado sobre a presença da escravidão negra na história de Camocim. Embora as regiões portuárias apresentem uma significativa presença dessa prática nos trabalhos dos portos, o assunto é ocultado na historiografia, sendo mais presente em espaços de exploração agrícola (cana-de-açúcar, café, dentre outras) ou nos sertões da pecuária. Contudo, os indícios do regime escravista podem ser entrevistos em alguns documentos que passamos a transcrever. No Código de Posturas da Câmara Municipal da Villa de Camocim de 1883, em seu *Capítulo VI - Jogos e reuniões ilícitos*, está lá a seguinte proibição que revela a presença de escravos na então vila:

Art. 56. É proibido as reuniões de escravos, filho-famílias, famílias ou criados nas lojas e tavernas por mais de 15 minutos para qualquer fim, sob pena de ser multado o dono da casa em que tiver lugar o ajuntamento, ou reunião, em 5000 réis.

Em nossa interpretação do artigo, a proibição se dava quando estava presente nessas reuniões o indivíduo escravo, sendo permitido o “ajuntamento” dos outros tipos em questão, seja por questões de estigmatização social ou, quem sabe, segurança.

Por outro lado, a notícia da abolição da escravatura, pelo menos na correspondência oficial, é saudada com entusiasmo, embora suspeite que os próprios signatários do documento tenham tido todas as chances de serem proprietários de escravos. Vejamos o Ofício da Câmara ao Presidente da Província do Ceará:

Villa de Camocim

Paço da Câmara Municipal em sessão ordinária de 30 de maio de 1888.

Ilmo. Exmo. Snr.

A Camara Municipal desta Villa, reunida em sessão ordinaria de hoje, tem a honra de communicar a V. Ex^a, que, em nome de seus municipes saúda jubilosa na pessoa de V. Ex^a. a Excelsa Princesa Imperial Regente e ao immortal Gabinete de 10 de Março, do qual é V. Ex^a. mui digno Delegado, pela promulgação da aurea lei N^o 3353, authentico testemunho das virtudes que innobrecem o magnanimo coração da Redemptora dos cativos, e a grande confiança que merece a Nação e invicto Gabinete.

Deus Guarde a V. Ex^a.

Ilmo. Exmo. Snr. Dr. Antonio Luiz da Silva Prado
M. D. Presidente da Província.

Serafim Manoel de Freitas - Prezidente
Luís Gomes de Lima
Francisco Freire Napoleão
Antonio Nogueira de Carvalho

Estes são pequenos fragmentos que denunciam a presença dos escravos em nosso município, que, apesar de reveladores, talvez ainda não expressem a amplitude que sua presença teve em nosso meio social.⁵

Fontes: Código de Posturas. Arquivo Público do Estado do Ceará. Livro “A Casa do Povo”, p. 29-30.

Ofício da Câmara Municipal de Camocim - Arquivo Câmara Municipal de Camocim - 1^o Livro de Ofícios Expedidos - 1885-1908.

4. Febre amarela mata em Camocim

Vivemos tempos de preocupação com a chegada do inverno e, principalmente, com a ameaça da dengue, já que nosso município está entre aqueles que merecem uma atenção especial por parte das autoridades e população. Isto é um problema histórico. O *post* de hoje refere-se a uma epidemia de febre amarela ocorrida em todo o país e que matou dezenas de pessoas em Camocim, no final do século XIX. A doença ameaçava

5 A ESCRAVIDÃO EM CAMOCIM. Postado em 6 de setembro de 2011. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br

assustadoramente, sobretudo pelas condições insalubres do porto sem um mínimo de proteção sanitária, além das levas de flagelados que chegavam em tempos de seca, conforme sugere a documentação. No documento transcrito abaixo, o Conselho da Câmara oficializa ao Presidente da Província a extinção da febre em 1888 e ressalta a ação salvadora do médico Raimundo Belfort Teixeira:

Paço da Câmara Municipal da Villa de Camocim, em sessão ordinária de 10 de Agosto de 1888.

Ilmo. Exmo. Snr.

Esta Câmara tem a honra de communicar a V. Ex^a., que tem diminuído consideravelmente o estado insalubre em que se achava esta Villa, dando-se ultimamente um ou outro caso achando-se quase desasombrada a população da Villa, pois desde o mês de abril a esta parte derão-se 574 casos dos atacados de febre, tendo fallecido durante este período 65. Conhecendo deste estado o Ilmo. Snr. Dr. Raimundo Belfort Teixeira, médico encarregado do tratamento das pessoas accomettidas de febres, resolveo dar esta por extincta, conforme communicou a esta Câmara em 24 do mês próximo passado, retirando-se para a cidade de Sobral.

Esta Câmara não pode deixar de lavar o zelo e solícitude d'aquelle Facultativo, trabalhando com a pratica intelligência de que é reconhecido para debellar o mal, e ao retirar-se deixou a esta Câmara o restante da ambulância aqui existente, para ser fornecida a qualquer pessoa atacada.

Deus Guarde a V. Ex^a.

Ilmo. Exmo. Snr. Dr. Antonio Caio da Silva Prado.

M.D. Presidente da Província.

Serafim Manoel de Freitas – Presidente.

Francisco Freire Napoleão

Luís Gomes de Lima

Leonel Dias da Fonseca.⁶

Fonte: Câmara Municipal de Camocim. 1888. 1º Livro de Offícios Expedidos. Nº 15, p. 37.

6 FEBRE AMARELA MATA EM CAMOCIM. Postado em 16 de fevereiro de 2011. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br.

5. A criação da Guarda de Camocim

Figura 15 - Guarda Municipal de Camocim.



Foto: amigos do ronda.

Mês de setembro é tempo de desfile de 7 de Setembro, aniversário do município de Camocim e, numa roda de amigos, comentava-se que o desfile deste ano, o assunto central, teria sido o desfile da Guarda Municipal de Camocim, que não teve o brilho esperado face à falta de fardas novas para a corporação. Desfile, já diz tudo: é a oportunidade de mostrar sua melhor roupa. Isso me fez lembrar do final do século XIX, quando o município ainda tinha apenas 13 anos e tentava equipar a sua Guarda.

O rol de dificuldades, portanto, vem desde sua implantação. Naquela época, Camocim nem imaginava se tornar um dia sede de Companhia do recém-criado Batalhão de Segurança, em 1º de março de 1892. A Polícia Militar, ainda no tempo da Província do Ceará, com o nome de Força Policial, já existia desde 24 de maio de 1835. O ofício enviado pelo Conselho de Intendência de Camocim ao governador dá bem a medida das dificuldades de outrora, ainda hoje notadas e sentidas em pleno século XXI. Vejamos:

Ao Governador do Estado em 21 de abril de 1892.
Este Conselho submete a vossa aprovação junto por cópia, o projeto criando a guarda local neste município e aguarda a vossa palavra a respeito para dar-lhe execução.

Outrossim, o Conselho roga vos a fornecer o armamento para a guarda local, caso seja isto possível, e esta sua exigencia firma-se em que contou-lhe que, tendo vindo novo armamento para o cargo de segurança do Estado, o Governo está no proposito de despençar para as guardas municipaes, o antigo armamento do referido corpo

Torres, Prado, Nicolau e Thiers.

Que a nossa Guarda Municipal esteja bem vestida, comandada e aparelhada para melhor servir ao povo camocinense. É o mínimo que esperamos dos governantes.⁷

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Camocim. 1º Livro de Ofícios Expedidos. 1885-1908, p. 75.

6. Consciência política em Camocim. Século XIX

Figura 16 – Jornal A Pátria.



Fonte: HDBN: *A Pátria*, ago. 1890, p. 1.

7 A CRIAÇÃO DA GUARDA DE CAMOCIM. Postado em 09 de setembro de 2011. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br.

Na última década do século XX **Camocim** experimentava seus primeiros anos de cidade emancipada. A transição da **Monarquia** para a **República** também era recente. Na parte política essa transição se dava ao sabor dos interesses, como mostra a notícia do jornal “**A Pátria**” de agosto de **1890**. Nele está contido o protesto de um grupo de cidadãos que se diziam “*operários e artistas*” que reclamam de terem sido usadas suas assinaturas por outros para a constituição de um partido. Vale dizer que, naquela época, “artistas” eram profissionais especializados em um ofício como carpinteiro, bombeiro, ferreiro etc.

Na pequena nota, pode-se compreender que naquele momento os operários já tinham a clarividência da importância de se mostrarem na cena política representados por um partido político, afinal, suas assinaturas foram conseguidas para se fundar “*um partido operário de socorros mútuos*”, confundindo-se, assim, partido político com associações mutualistas e beneficentes. No entanto, uma leitura mais atenta do programa desse partido motiva a nota de protesto dos operários no jornal, que identificam o objetivo de “*fazer política*” com seus nomes.

Não satisfeitos com o uso de suas assinaturas, os operários **Manuel Xavier Pacheco, Antônio Barachio dos Santos, Antônio Gomes de Souza, Manoel Barros Galgão e Francisco Damience Fiúza** denunciam o desvio de objetivo que os senhores **Aderson, Torquato Pessoa e Luís Gomes de Lima** estão fazendo com seus nomes e os desautorizando de tal expediente, ao tempo em que reafirmam pertencerem ao **Club Republicano de Camocim** “filiado ao **Centro de Fortaleza**”.

Ao pertencerem e reafirmarem seus vínculos com o Club Republicano, os operários procuram também estar sintonizados com os novos ares da política prometidos pelo ideário republicano que aos poucos se afirmava na cena política.⁸

8 CONSCIÊNCIA POLÍTICA EM CAMOCIM. SÉCULO XIX. Postado em 11 de janeiro de 2015. Disponível em: <https://camocimpotedehistorias.blogspot.com/search?q=Pol%C3%ADtica>.

7. O funcionalismo público de Camocim no Século XIX

Dentro do pacote de crueldades que se anuncia nos bastidores do governo, a reforma administrativa atingirá em cheio o funcionalismo público. Não que não haja distorções a serem corrigidas, mas, ao fim e ao cabo, as várias reformas que já aconteceram no país sempre quebram no lado mais fraco, além de áreas importantes da administração pública ficarem com seus serviços minimizados pela falta, justamente, de funcionários.

Desde a nascente República que este tema foi sempre recorrente nos anais da História e da Literatura. O sempre polêmico escritor Lima Barreto, em 1915, no seu conto “Projeto de Lei”, alfinetava o crescente cabide de empregos em que se tornara o novo regime, sem perder o tom irônico na fala de um deputado personagem:

Meus senhores. A pátria está em perigo; o Tesouro está exausto; os recursos da nação estão esgotados. Urge que tomemos providências, a fim de evitar a bancarrota. O que mais pesa no nosso orçamento são os funcionários públicos. É preciso acabar com essa chaga que corrói o organismo do país. Eles podem muito bem ir plantar batatas.⁹

Por outro lado, voltando no tempo, a Câmara Municipal de Camocim e a Intendência Municipal nos idos de 1898 também reclamavam, por sua vez, da falta de verbas para manter seus poucos funcionários e manter as despesas da Municipalidade. Se naquela época o serviço público “inchava” também por culpa dos próprios políticos, atualmente, quando se quer “enxugar” os gastos com a máquina pública, os políticos elegem o funcionalismo como a fonte dos seus males.

Para efeito de comparação, na virada do século XIX para o XX, existiam em Camocim apenas 17 funcionários: cinco municipais (destes, dois lotados na Câmara, um deles o próprio Presidente) e outros doze, distribuídos nas funções de prático de barra, oficial de justiça,

9 SCHWARCZ, Lília. (Org.). *Contos completos de Lima Barreto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 403.

carcereiro, telegrafista. Os oito restantes tinham apenas a especificação de “funcionário público”, sem uma função definida.¹⁰

Fonte: Alistamento dos Eleitores do Município de Camocim. 10 de abril de 1898. Disponível em: portal.ceara.pro.br.

8. As profissões dos políticos de Camocim no Século XIX

A política sempre foi expressão do poder. Contudo, nem sempre ela foi exercida como algo ligado à profissão de uma pessoa. Atualmente há quem faça disso seu principal ganha-pão, honesta ou desonestamente. Isso não quer dizer também que, desde sempre, alguém não a usasse como fonte de desvios e desmandos do dinheiro público. Mas, tirando de lado o aspecto corruptor e corruptivo que o poder político pode exercer, os cidadãos de antanho (refiro-me aos nossos eleitores do fim do século XIX e início do XX) muitas vezes deixavam seus afazeres para dedicar alguns dias e horas à administração do município, gerando com isso muitas desistências dos cargos e substituições de vereadores alegando compromissos com suas profissões, afinal de contas, eram estas que lhes davam o sustento familiar.

Na época, os vereadores não eram remunerados e somente 19 anos depois de ser criado o município, a Câmara Municipal de Camocim votou uma lei criando uma gratificação para o Intendente Municipal, que era escolhido entre os vereadores (Lei Municipal 462 de 12 de setembro de 1898), no valor de seiscentos mil réis (600\$000) anuais.

Desse modo, a relação dos eleitores do Município de Camocim nos informa a profissão de vários desses políticos que exerceram a Intendência ou o mandato de vereador, como, por exemplo: Diogo José de Souza (Negociante); Antonio Sampaio Torres (Criador); Joaquim Ignacio Pessôa (Proprietário), Francisco Freire Napoleão (Proprietário); Laurentino Carlos Monteiro (Artista); Severiano José de Carvalho (Negociante); Serafim Manoel de Freitas (Empregado Público); Manoel Romão Sueiro (Proprietário); Zeferino Ferreira de Vêras (Negociante), dentre outros. Este último, patriarca da família Veras, exerceu várias

10 O FUNCIONALISMO PÚBLICO DE CAMOCIM. Postado em 17 de agosto de 2020. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br.

vezes o mandato de vereador e intendente, iniciando a presença da família na política local, até hoje presente. No alistamento de 1898, tinha o título de nº 186, 63 anos, casado, eleitor do 2º quarteirão da localidade de Burithy.¹¹

Fonte: Alistamento dos Eleitores do Município de Camocim para as eleições Estadual e Municipal procedido em 10 de abril de 1898.

Fonte: <https://portal.ceara.pro.br>

9. O eleitorado de Camocim no final do Século XIX

Figura 17 - Alistamento dos Eleitores do Município de Camocim para as eleições Estadual e Municipal procedido em 10 de abril de 1898.

Nome	Endereço	Nome	Endereço
59	Continuação n.º 35 Quarteirão	42	Almeida José da Br
60	José Augusto d. Barboza	43	Francisco Gregório de
61	José Augusto d. Barboza	44	Antônio Paulo de Araújo
62	José Augusto d. Barboza	45	Francisco Gil de
63	José Augusto d. Barboza	46	José Bonifácio de
64	José Augusto d. Barboza	47	José Antônio de
65	José Augusto d. Barboza	48	José Gomes de
66	José Augusto d. Barboza	49	Manoel de
67	José Augusto d. Barboza	50	Francisco de
68	José Augusto d. Barboza	51	José de
69	José Augusto d. Barboza	52	Antônio de
70	José Augusto d. Barboza	53	José de
71	José Augusto d. Barboza	54	Manoel de
72	José Augusto d. Barboza	55	José de
73	José Augusto d. Barboza	56	Francisco de
74	José Augusto d. Barboza	57	Manoel de
75	José Augusto d. Barboza	58	José de
76	José Augusto d. Barboza	59	Francisco de
77	José Augusto d. Barboza	60	Manoel de
78	José Augusto d. Barboza	61	José de
79	José Augusto d. Barboza	62	Francisco de
80	José Augusto d. Barboza	63	Manoel de
81	José Augusto d. Barboza	64	José de
82	José Augusto d. Barboza	65	Francisco de
83	José Augusto d. Barboza	66	Manoel de
84	José Augusto d. Barboza	67	José de
85	José Augusto d. Barboza	68	Francisco de
86	José Augusto d. Barboza	69	Manoel de
87	José Augusto d. Barboza	70	José de

Fonte: <https://portal.ceara.pro.br>

Para termos uma ideia da participação da população de Camocim nas primeiras décadas do período republicano, no levantamento dos eleitores no ano de 1898, apenas 232 eleitores estavam aptos a votar nas eleições, incluindo a sede e os distritos de Barroquinha e Guriú. Para

11 AS PROFISSÕES DOS POLÍTICOS DE CAMOCIM. Postado em 16 de agosto de 2020. Disponível em: www.camocimposedehistorias.blogspot.com.br.

efeito de comparação, no censo de 1900, Camocim tinha 7.884 habitantes (3.844 homens e 4.040 mulheres), ou seja, votava apenas cerca de 3% da população. Naquela época, ao invés de zonas eleitorais, os privilegiados eram organizados por “quarteirões” e no alistamento constava, além do nome do eleitor, a idade, filiação (só o nome do pai), profissão e local de domicílio. Nesse aspecto, a maioria dos eleitores eram “artistas” (alguém que tinha uma profissão fixa), empregados públicos e da ferrovia, negociantes, criadores, lavradores, proprietários, e alguns poucos, operários, pescadores e vaqueiros; o prático da barra, um marchante, além do Engenheiro da Estrada de Ferro, o Dr. João Thomé de Sabóia e Silva, eleitor do 3º quarteirão com o número 70.

Na lista de eleitores podemos ver alguns nomes conhecidos da nossa história, como o do empregado da estrada de ferro Júlio Cícero Monteiro, criador do Tiro de Guerra Infantil em 1912, também eleitor do 3º quarteirão sob o número 72. Ainda nesse mesmo quarteirão vamos encontrar José Cella (nº 62), de origem espanhola, também empregado da ferrovia e pai do futuro artista plástico de renome internacional Raimundo Cella. O documento também revela pelos sobrenomes constantes as famílias de maior poder aquisitivo do município e sua inserção política naquele tempo, como os Veras, Coelho, Cavalcante, Rocha, Soares, Carvalho, Parente, Saboia, Vianna, Araújo, entre outros. Era esse o panorama eleitoral no final do século XIX.¹²

10. Camocim nos livros I - Memorial Histórico da Cidade de Camocim

O *Memorial Histórico da Cidade de Camocim*, escrito por Antonio Filadelfo Pessoa em 1908, sem dúvida foi a primeira obra sobre nosso município. Dela só temos a notícia e o registro feito nos almanaques. O livro foi uma espécie de “*representação oficial do município na Exposição Nacional d’aquelle anno, tendo sido profusamente pelos municípios. Foi o unico trabalho no genero que se fez no Estado*”.

12 O ELEITORADO DE CAMOCIM NO FINAL DO SÉCULO XIX. Postado em 16 de agosto de 2020. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br.

Portanto, é possível que esta obra tenha sobrevivido ao tempo nalguma biblioteca das famílias antigas da cidade ou num baú de raridades de alguém. A obra foi publicada pela Câmara Municipal de Camocim que, naquele mesmo ano, publicou o seu Código de Posturas, que continha 245 artigos. Registrou-se ainda que o referido “Memorial” foi também em comemoração ao Primeiro Centenário da Abertura dos Portos do Brasil ao Comércio Internacional. O livro foi rodado nas oficinas da Tipografia Minerva.

Como podemos perceber, a Câmara Municipal tem uma tradição na publicação de obras e que bem poderia ter um Projeto Editorial permanente.¹³

Fonte: Almanak Laemmert (<http://memoria.bn.br>).

11. As primeiras eleições presidenciais em Camocim

Figura 18 – Pátria.



Fonte: HDBN: A Pátria, mar. 1910, p. 2.

13 CAMOCIM NOS LIVROS I. MEMORIAL HISTÓRICO DA CIDADE DE CAMOCIM. Postado em 30 de outubro de 2020. Disponível em: www.camocimpotdehistorias.blogspot.com.br.

Após a Proclamação da República em 1889, o cenário político ainda não tinha experimentado uma promessa republicana: estender o direito de votar e ser votado. O *site* do TSE contextualiza o que estava acontecendo em 1910:

O ano de 1910 também foi marcado pela eleição para a Presidência da República. Em disputa, duas chapas com propostas claramente diversas, algo inédito no país. [...] De um lado, o militar gaúcho Hermes da Fonseca, apoiado por Nilo Peçanha, vice-presidente que havia assumido a Presidência após a morte de Afonso Pena, pelo Rio Grande do Sul e por Minas Gerais. Seu oponente foi o baiano Rui Barbosa, que angariou o apoio de São Paulo, de setores do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco. Hermes da Fonseca representava um projeto vinculado às ideias da oligarquia rural e da máquina estatal. Rui Barbosa, ainda que também um representante da elite do país, empreendeu uma candidatura com ares de renovação. Apresentava-se como um modernizador favorável à industrialização e à imigração. Barbosa foi, ao longo de boa parte da República Velha (1894-1930), um ícone nacional no sentido da eloquência e da cultura.

Em Camocim, mal a República havia se instalado no comando do país, as forças políticas se alinharam ao novo sistema de governo, instalando o Partido Republicano, dizem as atas da Câmara Municipal de Camocim. Em 1910, o comando do PR local ficou nas mãos do Coronel José Adonias de Araújo. As eleições aconteciam em 1º de março e os resultados deixam evidências interessantes para compreendermos como as eleições eram feitas naquela época. Pois bem, vamos aos resultados: o Marechal Hermes da Fonseca (segundo dizem os mais velhos, aparentado com os Fonseca de Camocim) e seu vice, Wenceslau Braz, obtiveram 281 votos cada. Já o candidato oposicionista Rui Barbosa, o *Águia de Haia*, e seu vice, Albuquerque Lins, obtiveram apenas 1 voto cada. Afora o inusitado do resultado das eleições (ou não tão inusitado para os padrões da época, em que as eleições eram feitas à “bico de pena”), resta saber quem foi o corajoso que votou em Rui Barbosa em Camocim.

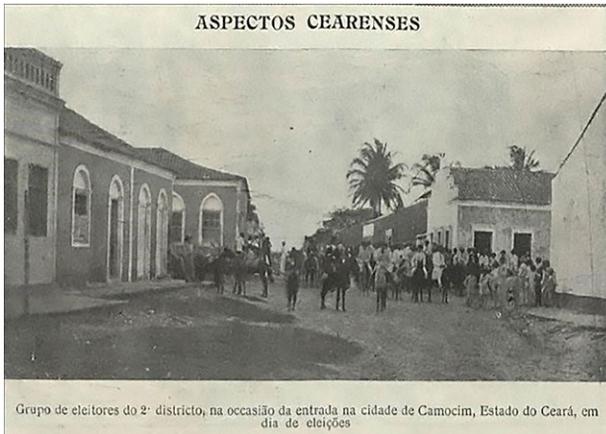
Só para efeito de comparação, na vizinha cidade de Granja, nessas mesmas eleições, o Marechal Hermes e seu vice foram sufragados por

707 eleitores cada, e a chapa oposicionista recebeu 105 votos. Seria Granja mais politizada ou o voto de cabresto lá não era tão forte?¹⁴

Fonte: <http://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-5-ano-3/a-primeira-campanha-presidencial-2013-1910>.

12. Eleições em Camocim. Há 106 anos!

Figura 19 - Camocim-CE. Dia de Eleições. 1912.



Fonte: Revista da Semana, RJ.

Hoje, 7 de outubro de 2018. Dia de eleições gerais no Brasil para escolha de presidente, governador, senador, deputados federal e estadual. Depois de uma campanha cheia de comédias, tragicomédias, atos burlescos e até reações que nos deixam aterrorizados diante do que pode estar por vir, os cidadãos aptos vão às urnas fazer suas escolhas. Que pelo menos o dia de hoje não seja marcado por arbitrariedades e que todos possam exercer seu direito legitimamente, sem pressões e/ou outros expedientes escusos.

Há 106 anos, portanto, em 1912, uma imagem que, se não revela a tranquilidade do que era uma eleição no século passado, passa, para a cobertura do fato naquele tempo, um evento que toma “aspectos cea-

14 AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM CAMOCIM. Postado em 20 de outubro de 2015. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br.

renses”, sem maiores problemas e pacatez. Sem dúvida, naquela época, as tensões e interesses eram outros e em outras proporções.

Da foto, fica registrado o modo como se ia votar, no cruzamento das atuais ruas 24 de Maio e Independência. Alguns prédios não existem mais. Ainda se pode ver a Casa Coelho, antigo prédio da Rádio Pinto Martins e parte da casa da viúva do Sr. Hamilton Rocha. Bons votos!¹⁵

13. O Padre Prefeito de Camocim

Figura 20 - Monsenhor José Augusto da Silva. (1883-?).



Fonte: Arquivo do CPH.

O padre José Augusto da Silva nasceu em Baturité em 1883. Ordenou-se padre em 1902 e foi provisionado como vigário de Camocim em janeiro de 1906.

Com sua característica empreendedora, tratou logo de dar a Camocim um templo católico à altura da cidade. Nesse sentido, retomou as obras da Igreja Matriz de Bom Jesus dos Navegantes, finalmente terminadas em dezembro de 1917, “*em cujas obras despendeu mais de sessenta contos de réis*”, em esmolas arrecadadas no próprio município. Além da nossa matriz, o padre José Augusto construiu a capela de Nossa Senhora dos Navegantes na então “*povoação de Barroquinha e melhorou consideravelmente a capella de S. Antonio da povoação do Gurihú*”.

15 ELEIÇÕES EM CAMOCIM. Há 106 ANOS ATRÁS! Postado em 07 de outubro de 2018. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br.

Em 1919, o padre foi nomeado prefeito de Camocim pelo então governador do Ceará, o Dr. João Thomé de Saboya e Silva, que anteriormente havia sido Engenheiro-Chefe da Estrada de Ferro de Sobral, morador de Camocim.

Na notícia de posse do reverendo como prefeito da cidade, em 22 de abril de 1919, salta aos olhos o tamanho da “máquina” administrativa do município naquela época, assim como o tempo dispendido para geri-lo:

Prefeitura Municipal de Camocim

[...] O novo prefeito ao assumir o governo municipal chamou para ser seu secretario o sr. Raymundo Mendes de Souza, que compromissado no mesmo dia começou a exercer as funções.

Foi ainda pelo novo Prefeito nomeado procurador o sr. João Bemvindo de Maria Costa, 1º fiscal o sr. Francisco de Assis Costa; 2º fiscal sr. Aprígio do Prado e zelador do matadouro publico sr. Francisco Freire.

[...] O respeitavel sr. Prefeito Municipal determinou o expediente seguinte: para a Prefeitura de 11 as 15 horas e para o expediente de S. Revma. de 13 as 14 horas em dias uteis.

É geralmente comentado que o nosso distincto governador municipal tem ideia de tratar da illuminação publica, e logo que as finanças permitam da construção de um mercado, pois, o actual é um pardieiro em franca ruina e em estado anti-hygienico.

Applaudimos os louvaveis projectos do operoso Sr. Prefeito Municipal e confiamos que os mesmos sejam brevemente uma realidade.¹⁶

Fontes:

MARTINS, Pe. Vicente. Notas Biographicas do Clero Sobralense. *Revista do Instituto do Ceará*. 1920.

Jornal Folha do Littoral. Camocim-CE, Anno II, nº 46, quinta-feira, 1º de maio de 1919, p. 01.

16 O PADRE PREFEITO DE CAMOCIM. Postado em 18 de setembro de 2021. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br.

14. Camocim e as eleições a bico de pena

Figura 21 – A Esquerda.



Fonte: HDBN: *A Esquerda*, Fortaleza-CE, nº 91, 31 de jul. 1929, p. 6.

Passada a primeira etapa das eleições de 2014, cada vez mais a tecnologia toma conta do embate eleitoral. No mesmo dia temos os resultados das urnas, vitoriosos e derrotados não são expostos a uma tensão maior de espera dos seus esforços de campanha. Os eleitores já estão sendo identificados pela biometria, diminuindo sensivelmente as fraudes. Mas nem sempre foi assim. Sou do tempo em que a vitória ou a derrota dos partidos e candidatos só era conhecida após três dias, no caso de Camocim. A central de apuração era o então prédio do INPS (hoje INSS) e a contagem era feita voto a voto, em cédulas de papel, e as diferenças transmitidas por meio de bilhetes jogados do alto para a população que se aglomerava nas imediações. Ou então pelos informes dos repórteres das rádios ligadas aos grupos políticos *Cara Preta* e *Fundo Mole* - Radio União e Pinto Martins, respectivamente.

Quando um partido se distanciava na contagem, o desânimo tomava conta dos radialistas do partido que estava perdendo e as atualizações

dos resultados para estes eram um verdadeiro calvário, a ponto de desistirem antes de finda a apuração. Mas se voltarmos ao início do século XX, as eleições não tinham essa exploração midiática. Os resultados eram praticamente feitos nas alcovas das repartições públicas, “à bico de pena”, como se dizia antigamente, por pessoas ligadas ao partido que estava no poder. Embora com caráter anedótico, o jornal *A Esquerda* de Fortaleza, em 1928, trouxe um episódio escrito na coluna *Respingos*, assinada por um certo *H.M.*, que ilustra bem como foram decididos os destinos políticos de Camocim naquele ano, mas que serve para qualquer lugar. Diz o nosso colunista:

- *Senhor coronel o homem foi derrotado barbaramente: gemeu o escriba.*
- *Quantos votos a mais?*
- *Duzentos, afora as cédulas rasgadas.*
- *E você fez o que seu palerma.*
- *O que pude. O pessoal do cemitério votou todo, mas falta ainda gente e a cabeça não ajudou.*
- *Tolice homem. Vamos. Escreva lá: João Silva.*
- *Já votou: Tartamudeou o outro.*
- *Panocrácio Pimenta.*
- *Serve.*

Os nomes sucederam-se numa cantilena monótona até de manhã quando o coronel inquiriu:

- *Uns dois,*
- *Ponha lá!*
- *Não posso mais estou com a munheca dormente.*

O coronel escreveu os nomes restantes e o candidato situacionista foi *eleito...*

Se pudessem, com certeza ainda haveria políticos que usariam desse expediente.¹⁷

17 CAMOCIM E AS ELEIÇÕES Á BICO DE PENA. Postado em 19 de maio de 2011. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br.

15. Os candidatos do PSD em Camocim - em 1934

Figura 22 – O Povo.



Fonte: Biblioteca Menezes Pimentel. Jornal O Povo. Out. de 1934.

Recentemente, o noticiário político do país alimentou as discussões em torno do surgimento de um novo (não tão novo, já que se advoga a tradição da sigla) partido político, o Partido Social Democrático (PSD), agora refundado pelo atual prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. O PSD já fez história no país abrigando nomes como Juscelino Kubitscheck, arquirrival da União Democrática Nacional (UDN). Composto de descontentes do PSDB e criado no sentido de dar uma sobrevida ao DEM, Kassab saiu-se com uma solução salomônica para explicar o surgimento da nova sigla — não é um partido nem de direita, nem de esquerda, pretende ser oposição, mas apoiará o governo quando lhe convier.

Recuperando a história, no início da Ditadura Vargas, o PSD, assim como agora, pelo menos no Ceará, está se configurando como um partido auxiliar dos interesses do governo para abrigar suas lideranças, muitas vezes de diferentes matizes, mas como os mesmos objetivos — permanecer no poder.

O blog recupera uma matéria paga no jornal *O Povo* de outubro de 1934, que relaciona os candidatos à Câmara Federal e à Constituinte Estadual, contendo alguns nomes atrelados à política local. Referimo-nos à Gentil Barreira, advogado, que foi prefeito interventor, residente em Camocim, que em sua gestão construiu o antigo prédio da Prefeitura, os Correios e o Mercado Público, além de José Carlos Veras, comerciante, para a Constituinte Estadual. Quem agora levantará a bandeira do PSD em Camocim?¹⁸

Período da Redemocratização - 1945-1964

1. Os comitês anticomunistas em Camocim

Figura 23 - Capa do Livro *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita*.



Fonte: <https://www.flaviasantosleiloes.com.br>.

Veza por outra sou criticado e até desacatado por comentaristas no blog *Camocim Online*, quando o Tadeu Nogueira resolve repercutir as matérias que se referem à militância comunista em Camocim, postadas

18 OS CANDIDATOS DO PSD EM CAMOCIM - EM 1934. Postado em 05 de agosto de 2011. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br.

no “Pote de Histórias”. Uma pesquisa acadêmica séria, apesar de feita por pessoas que têm suas preferências ideológicas, não deve fazer proselitismo. No meu caso, ao focar a militância comunista, tive que ver o embate e o combate a essas ideias. Neste sentido, a pedido de meu orientador, escrevi na época o verbete abaixo, incluso no Dicionário Crítico do Pensamento da Direita. Ideias, instituições e personagens. Organizadores: Francisco Carlos Teixeira da Silva, Sabrina Evangelista Medeiros, Alexander Martins Vianna. Rio de Janeiro: FAPERJ; Mauad, 2000, p. 91-92.

COMITÊS ANTI-COMUNISTAS

Surtem no Ceará como consequência da campanha anticomunista promovida em especial pela Igreja Católica através de seus jornais, principalmente *O Nordeste de Fortaleza* e *Correio da Semana* de Sobral. Desde a década de 1920 a reação católica ao comunismo no Ceará manifestava-se através de organismos patrocinados e inspirados pela Igreja Católica, que se abrigavam nas associações piás (*Liga Feminina de Ação Católica*, *Congregação dos Moços Marianos*, *Juventude Católica*, entre outras) com o objetivo de combater o chamado “perigo vermelho”, a “hidra de Moscou”, o “regime de Stalin e Lenin” — expressões estas bastante correntes nas páginas dos jornais acima referidos. (v. Anticomunismo). Exemplo de organização desse movimento denominado Ação Católica foi a Liga Eleitoral Católica (LEC) que no Ceará, tornou-se efetivamente um partido político de direita, abrigando os seus mais diversos setores, apoiando e recomendando candidatas, vencendo eleições. (v. Liga Eleitoral Católica no Ceará).

No período da efêmera legalidade do Partido Comunista, experimentada entre 1945-1947, os comitês anticomunistas intensificaram o embate de ideologias, uma vez que pretendiam conquistar o operariado para as suas hostes e, conseqüentemente, evitar que os comunistas plantassem sua semente nas “almas” dos operários. (v. Rerum Novarum) Portanto, para fazer frente às promessas de futuro apresentadas pelos comunistas, a Igreja buscou também realizar alguma ação concreta no sentido de atender materialmente e espiritualmente os “pobres incautos” (Baderna & LE BOM, Gustave). Por isso mesmo, os comitês anticomunistas eram sempre instalados naquelas cidades onde o Partido Comunista possuía alguma base e desenvolvia algum trabalho de organização e assistência aos operários. A instalação de suas bases se dava após uma “cruzada” de evangelização, que durava por volta de uma semana, durante a qual os religiosos envolvidos visitavam as periferias das cidades, ministrando aulas de catecismo, realizando comícios, instalando postos de distribuição de medicamentos, arrecadando alimentos, entre outras iniciativas. Depois de criado esse campo prévio de instalação, eram os comitês que passavam a realizar o trabalho (v. Ideologia). As Semanas Sociais, como ficaram sendo chamados esses eventos, tinham na área de jurisdição da diocese de Sobral (zona norte do Ceará) a sua maior penetração, sendo o Monsenhor Sabino Loyola o líder católico de maior proeminência, visto que nessa região cidades como a própria Sobral, Viçosa do Ceará, Cariré, Crateús e, principalmente, Camocim tinham uma militância comunista bastante atuante. O jornal *Correio da Semana* teve papel destacado nesse processo, dando ampla cobertura a essas semanas de catecismo e a posterior atuação dos comitês anticomunistas.

munistas, cuja tática era difundir um terror generalizado sobre os perigos do comunismo através de textos jornalísticos. Notadamente falseadas, as imagens criadas sobre a Rússia Soviética surgiam aos borbotões nas páginas desse jornal que ganhavam ares verossímeis, por serem o resultado de supostos relatos de “enviados especiais” que teriam visto *in loco* as agruras do povo soviético (v. Alteridade & Inimigo). Assim pareciam justificadas a luta contra o “perigo vermelho” e a organização das semanas sociais, que quebravam o cotidiano das cidades escolhidas para serem o seu palco.

A composição dos comitês anticomunistas seguia também a tradição hierárquica da Igreja. Se tomarmos, como exemplo, o comitê instalado em Camocim, veremos que era composto pelas autoridades municipais, membros destacados das famílias tradicionais, enfim, o conservadorismo desde os tempos da LEC (v. Conservadorismo no Brasil República). É essa composição que deverá agir no sentido de revelar a “verdade” dos fatos sobre o comunismo, são esses membros os “escolhidos” para atuarem junto à população “ignara”, “incauta”, que não sabe discernir sobre sua própria vida e, em determinados momentos, tornam-se o “partido da ordem” (v. Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade & Ação Social Brasileira).¹⁹

Obs.:

Os termos sublinhados são chaves de outros verbetes que de alguma forma remetem ao tema Comitês Anticomunistas, publicados na mesma obra.

2. O vereador comunista em Camocim

Figura 24 - Pedro Teixeira de Oliveira (Pedro Rufino).



Foto: Acervo da Família Rufino.

19 OS COMITÊS ANTICOMUNISTAS EM CAMOCIM. Postado em de junho de 2011. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br.

Desencadeado o processo político com relação à campanha política de 2012, a editoria do blog “**Camocim Pote de Histórias**” resolveu postar matérias referentes ao tema, ligadas à história do município; não no sentido de tomar partido para este ou aquele grupo, mas para informar aos cidadãos camocinenses como se davam as relações nesse campo da história local, quais eram os personagens e seus vínculos com o presente.

Hoje retrataremos o **Sr. Pedro Teixeira de Oliveira**, mais conhecido na comunidade como **Pedro Rufino**. Pedro Rufino foi um dos fundadores do **Partido Comunista Brasileiro (PCB)** em 1927 e vereador entre 1949 e 1952. Apesar de comunista, Pedro Rufino foi eleito pelo **Partido Republicano (PR)**, que nas eleições municipais de 1948 foi uma sigla que abrigou os comunistas no Ceará. Essa fórmula acabou salvando o mandato do vereador em questão, visto que, no chamado período de redemocratização, pouco tempo depois o PCB foi posto na ilegalidade e os mandatos, cassados.

A atuação de Pedro Rufino na **Câmara Municipal de Camocim** foi marcada por posições firmes e muita polêmica, principalmente com edis ligados às famílias tradicionais da política camocinense. Dentre esses fatos, a constante ausência do vereador **Alfredo Coelho** foi sintomática, posto que ele se recusava a exercer o mandato (pedia constantes licenças) só para não ter o desprazer de sentar no mesmo recinto que um comunista e tê-lo de chamar de colega.

Pedro Rufino foi um autodidata. Colaborava com o jornal **O Democrata** de Fortaleza e fazia as vezes de rábula na justiça camocinense, defendendo principalmente trabalhadores pobres da periferia, requerendo *habeas corpus*. Sua atividade como vereador pode ser medida pelas atas das sessões preparatórias da **Legislatura de 1949**. Nelas, podemos encontrar o referido vereador sendo componente das **Comissões de Legislação, Educação e Cultura, Comissão de Saúde Pública e Assistência Social e Comissão de Redação Final**. Ressalte-se que essa participação só foi efetivada quando Rufino denunciou sua exclusão das comissões da Câmara, argumentando a lei da época.

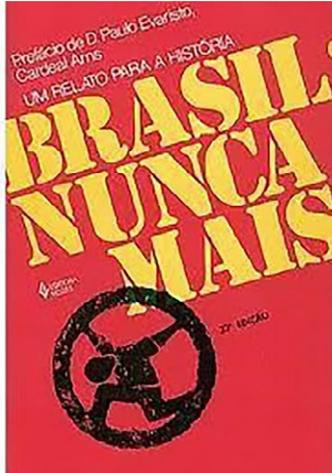
Mais de 60 anos depois, a tradição militante dos comunistas em Camocim tentarão eleger um vereador pelas suas hostes no próximo

pleito. Que, pelo menos, o exemplo de Pedro Rufino inspire-os nessa empreitada.²⁰

Foto: Arquivo do blog *Camocim Pote de Histórias*.

3. Caboclinho Farias - O Ferroviário

Figura 25 - Capa do livro *Brasil, Nunca Mais!*



Fonte: tovemdotudo.zipnet

João Farias de Sousa, mais conhecido como *Caboclinho Farias*, foi outro daqueles comunistas que não deixaram a “semente” fenece. Sua profissão permitia que fizesse os contatos necessários para a articulação da militância em suas várias tarefas. De Camocim a Crateús, de Ipu a Fortaleza; onde os trilhos da ferrovia passavam. Caboclinho Farias tinha sempre um “camarada” com quem trocava informações, recebia instruções, entregava encomendas. O foguista Caboclinho era, portanto, um elo de ligação muito importante que procurava não deixar a chama apagar nas células do PCB na zona norte do Estado do Ceará.

Um dos fundadores do PCB em Camocim, em 1927, rearticulou a militância comunista através da Aliança Nacional Libertadora ANL. Nas eleições de 1947, com a redemocratização e legalização do PCB,

20 O VEREADOR COMUNISTA EM CAMOCIM. Postado em 13 de março de 2012. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br.

lançou-se candidato a deputado estadual, sendo sufragado nas cidades por onde o trem passava. Não logrou êxito, mas serviu para o PCB marcar posição na cena política.

Na grande obra sobre a tortura no Brasil, que desencadeou o processo de abertura política no país, *Brasil Nunca Mais*, é citado o depoimento de Caboclinho no capítulo referente às torturas psicológicas sofridas diante da família.²¹

4. A lei da bala e a imprensa em Camocim

Figura 26 - O Ceará.



Fonte: HDBN. O Ceará. Fortaleza-CE, 12 mar. 1928, p. 7.

Não é de hoje que os ditos “homens de imprensa” são vítimas da violência. O preceito constitucional da livre expressão quase sempre era soterrado pela lei do mais forte ou, como sugere a matéria jornalística aqui apresentada, pela “**lei da bala**”. Voltemos, pois, aos acontecimentos em **Camocim** no ano de 1928. Era tempo de eleição e o jornalista **Francisco Theodoro Rodrigues (Chico Teodoro)**, com seu jornal “**O Operário**”, fazia campanha para eleger uma representação dos trabalhadores à **Câmara Municipal**. Naquela época, o sistema

21 CABOCLINHO FARIAS. O FERROVIÁRIO. Postado em 19 de março de 2011. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br.

eleitoral permitia que os partidos políticos distribuíssem as cédulas já votadas para os eleitores, que só tinham o trabalho de ir à seção para depositá-la na urna. Desse modo, o jornalista denuncia em carta para outro jornal, “**O Ceará**”, como as coisas se sucederam em Camocim quando ele e outros companheiros tentaram fazer uma reunião com os sócios da **Sociedade Deus e Mar**, que naquela época congregava principalmente portuários e estivadores, para distribuir as cédulas. Vejamos trechos dessa carta:

“Na hora em que íamos abrir a porta do edificio em que funciona esta sociedade, o delegado de polícia local, á frente de um contingente de soldados armados nos intimou a abandonarmos a idéa da alludida reunião. Allegamos que tanto os estatutos de nossa sociedade como a Constituição da Republica nos garantia esse direito, tendo como resposta, de um sobrinho do delegado, o sr. José Carlos Vêras, que a lei era bala (bala nelles!) [...] Hoje, quando se começava a distribuir as chapas eu, apesar e socio da “Deus e Mar”, fui, injustificavelmente e violentamente, preso, conduzido ao xadrez e conservado incommunicavel. A maioria do eleitorado aqui é operária e a victoria dos nossos candidatos seria certa se a lei do “bala nelles”, não imperasse, irritantemente com ostensivo menosprezo a todas as garantia e direitos eleitoraes. [...] Nem esta carta saberei se chegará à vossas mãos. São nove horas e a luz do cubiculo é pessima.

O director de “O OPERARIO”

Estamos em pleno século XIX, mas, de vez em quando, por este e outros motivos, uma voz se cala.²²

Fonte: Jornal “O Ceará”. Sexta-feira, 12 de março de 1928, p. 7.

5. A censura em Camocim

Esperando o desenrolar dos acontecimentos que envolvem o processo do **Prefeito de Barroquinha** contra o blogueiro **Tadeu Nogueira**, lembrei o que passou um professor (sem nenhuma alusão ao alcaide do antigo Paço Imperial) na década de 1930 em Camocim. Tratava-se do **Professor Francisco Theodoro Rodrigues**, que por aqui fundou o **Collegio 5 de Julho** (que abordarei em postagem futura), ensinando as crianças e rapazes da cidade. Acontece que este mesmo professor fundou um jornal “**O Operário**”, e de quebra, foi um dos fundadores

22 A LEI DA BALA E A IMPRENSA EM CAMOCIM. Postado em 4 de setembro de 2015. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br.

do **PCB** em Camocim. Não tardou em ser perseguido pelos chamados “burgueses” da época. Recuperemos um pouco da pena de “Chico Teodoro” (ô terra pra dar Chico) num editorial do seu jornal:

COMO AGEM OS BURGUEZES

*Os roletári tem lançado mão de todos os meios para que eu abandone Camocim. Tem feito um boycote roletár ao humilde jornal que dirijo. Este boycote começou desde o momento que reconheceram que o mesmo jornal não elogiava Moreirinha, Mattos Peixoto, Washington Luís, Getúlio Vargas, Juarez e outros políticos. Aos poucos as pessoas que dependiam da roletári foram deixando as assignaturas, outros deixando de publicar annuncios no “O Operário”. [...] Vendo que “O Operário” continua a circular, os roletári se exasperam e lançam mão de outro recurso: boycotam a escola que dirijo, à qual, seguindo a praxe do logar, de cada escola ter o nome de collegio, dei o nome de **COLLEGIO 05 DE JULHO**. Boycotaram retirando os seus filhos, ficando eu somente leccionando os filhos de roletári e pequenos comerciantes. [...] Comunismo também não ensino em minhas aulas, porque as leis roletári me criariam uma situação de roletá. [...] Pelo bem, pelo conforto dos lares pobres, pela igualdade social tudo tenho feito e farei. E por assim proceder vejo-me na imminencia de perder o único meio que me mantenho com a minha família. [...] Esse crime dos roletári de cerciarem os meios de vida dos roletários conscientes, deixando morrer de fome seus filhinhos é tão grande que jamais poderá ser perdoado! [...].*

Fonte: “O Operário”, Anno IV, No. 75, 18 de janeiro de 1931, p. 1. Camocim-Ce. In: Processo No. 394. Apelação: 460. Vol.2. Fundo/coleção: TSN. Ano: 1938. Arquivo Nacional)²³.

6. Os “camaradas” de Camocim

O combate ao comunismo em Camocim e no Brasil, como sabemos, foi muito intenso. Os órgãos de repressão não brincavam em serviço, como está sendo mostrado na novela do SBT, “**Amor e Revolução**” e, nessa atmosfera, tudo era motivo para se prender ou denunciar os “subversivos”, muitas vezes apenas pelos laços de amizade com membros do partido ou mesmo por ter algum livro considerado proibido em sua biblioteca. Pesquisando no **Arquivo Nacional**, encontramos alguns processos referentes aos militantes comunistas de Camocim, principalmente **Francisco Theodoro Rodrigues**, fundador do **PCB** local, e **Pe-**

23 A CENSURA EM CAMOCIM. Postado em 7 de junho de 2011. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br.

dro Teixeira de Oliveira (Pedro Rufino). Contudo, uma lista de presos de **Sobral e Camocim** chamou-nos a atenção por trazer outras pessoas, além das já conhecidas da efetiva militância, colocando no mesmo rol integralistas e comunistas. Na lista abaixo, constam apenas as pessoas de Camocim e o respectivo sumário.

Relação de militantes comunistas e integralistas presos pela repressão nos anos 1936 e 1942. Sobral e Camocim.

Nome: João Farias de Sousa, vulgo “Caboclinho”

Nº de Ordem: 88

Página: 30

Filiação: Francisco Raimundo de Sousa e Vitalina Farias de Sousa.

Profissão: Operário

Data da prisão: 07/04/36

Motivo da prisão: Comunista

Data da liberdade: 22/04/36

Nº do prontuário: 100

Observação: Foi processado e absolvido pelo TSN, por deficiência de provas. É identificado sob o Nº 952.

Nome: Petronio Pessoa dos Santos²⁴

Nº de Ordem: 105

Página: 31

Filiação: Antonio Francisco dos Santos e Edith Santos

Profissão: Guarda-livros

Data da prisão: 20/04/36

Motivo da prisão: Comunista perigoso

Data da liberdade: 22/04/36

Nº do prontuário: 117

Observação: Pelo mesmo motivo foi novamente preso em 17/06/36 e solto em 16/07/36. Elemento agitador de greves entre a classe operária de Camocim-CE. Foi processado e absolvido pelo TSN, por deficiência de provas. É identificado sob o Nº 1.566.

Nome: Virgílio Tavares e Silva.

Nº de Ordem: 109

Página: 31

Filiação: Virgílio Viana da Silva e Francisca Viera da Silva Tavares.

Profissão: Funcionário Público Federal

Data da prisão: 11/04/36

Motivo da prisão: Comunista

Data da liberdade: 18/04/36

Nº do prontuário: 130

Observação: Elemento participante da extinta Aliança Nacional Libertadora;

24 O nome correto da mãe do acusado Petrônio dos Santos é Judith Pessoa dos Santos.

Nome: Fernando Veras

Nº de Ordem: 112

Página: 31

Filiação: Joaquim Francisco da Fonseca e Leonilda Veras Coelho.

Profissão: Comerciante

Data da prisão: 13/04/36

Motivo da prisão: Comunista

Data da liberdade: 18/04/36

Nº do prontuário: 133

Observação: A sua prisão foi efetuada em Camocim-Ceará.

Nome: João Pascoal de Melo ou João Pascoal Coêlho.

Nº de Ordem: 114

Página: 31

Filiação: Luciano José de Melo e Francisca Marques de Melo

Profissão: Funcionário Público Federal

Data da prisão: 18/04/36

Motivo da prisão: Comunista

Data da liberdade: 18/04/36

Nº do prontuário: 135

Observação: A sua prisão foi efetuada em Camocim-Ceará.

Nome: Joana de Oliveira Cabral

Nº de Ordem: 115

Página: 31

Filiação: Paulino de Oliveira e Maria Oliveira Cabral

Profissão: Costureira

Data da prisão: 13/04/36

Motivo da prisão: Comunista

Data da liberdade: 18/04/36

Nº do prontuário: 136

Observação: Foram encontrados em sua residência manifestos da propaganda comunista. A sua prisão foi efetuada em Camocim-Ceará.

Nome: Pedro Teixeira de Oliveira, vulgo “Pedro Rufino”.

Nº de Ordem: 125

Página: 32

Filiação: José Rufino de Oliveira e Leonília Maria de Oliveira

Profissão: Comerciante

Data da prisão: 07/05/36

Motivo da prisão: Comunista

Data da liberdade: 07/05/36

Nº do prontuário: 146

Observação: Pelo mesmo motivo foi novamente preso em 15/06/36 e solto a 04/07/36. Foi processado e absolvido pelo TSN, por deficiência de provas. É identificado sob o Nº1701.

Nome: Francisco Teles de Sousa, vulgo “Francisco Bordalo”

Nº de Ordem: 186

Página: 37

Filiação: Pedro José de Sousa

Profissão: Ferreiro

Data da prisão: 26/06/36

Motivo da prisão: Comunista

Data da liberdade: 06/07/36

Nº do prontuário: 213

Observação: Pelo mesmo motivo foi novamente preso em 18/07/36 e solto a 05/08/36. Na sua residência foi apreendido um rifle. Foi processado e absolvido pelo TSN, por deficiência de provas. É identificado sob o Nº 1726.

Nome: José Ferreira de Sousa, vulgo “Dedé”.

Nº de Ordem: 201

Página: 38

Filiação: Raimundo Ferreira de Sousa e Maria José do Carmo.

Profissão: Ajudante de Chauffer

Data da prisão: 26/06/36

Motivo da prisão: Comunista

Data da liberdade: 01/07/36

Nº do prontuário: 213

Observação: É identificado sob o Nº 1712.

Nome: Raimundo Ferreira de Sousa ou Raimundo Pereira de Sousa, vulgo “Raimundo Vermelho”.

Nº de Ordem: 203

Página: 38

Filiação: Raimundo Maximiano Saraiva e Angela Maria Madalena

Profissão: Agricultor

Data da prisão: 24/06/36

Motivo da prisão: Comunista

Data da liberdade: 07/08/36

Nº do prontuário: 233

Observação: Foi processado e condenado a um ano de reclusão, tendo o TSN julgado prescrita a ação penal. É identificado sob o Nº 951.

7. O Primeiro de Maio em Camocim

Figura 27 - Quadro dos Mártires de Chicago.



Fonte: <http://blogheterotopias.blogspot.com>.

Até dez anos atrás, o **Primeiro de Maio** em Camocim tinha para mim alguma atração do ponto de vista simbólico. Acordava cedo para acompanhar as manifestações anunciadas. Mesmo quando a data se tornou moeda política, era interessante ver e analisar como os grupos políticos faziam uso da data. Reporto-me agora ao que recolhi em minhas pesquisas. Vejamos o depoimento de João Ricardo, comunista e ateu convicto sobre o Primeiro de Maio de antanho:

Naquele tempo nós nos reuníamos para discutir os problemas dos outros. O sindicalismo aqui em Camocim era organizado. Nós éramos convidados para assistir às reuniões de outros sindicatos e associações. Quando um tinha uma questão para ser resolvida a gente dava opinião e fazia um movimento para encontrar uma solução. Os desfiles de Primeiro de Maio eram muito bonitos, a passeata ia em todas as sedes dos sindicatos e associações e todo mundo participava. Hoje não, cada um cuida de si e até atrapalha os outros.

Como se sabe, tradicionalmente, o Primeiro de Maio está intimamente ligado à história do movimento operário pela conquista do limite

de oito horas de trabalho diário, regulamentação do trabalho feminino e de menores, luta por melhores condições de trabalho nas fábricas, entre outras. A data, por exemplo, é uma alusão a um dos eventos que simbolizou essa luta, o *Massacre de Chicago*, ocorrido em 1886, quando vários operários foram mortos pela polícia numa manifestação pelo limite de oito horas de trabalho.

A propósito disso, em 1948, as atas da **Sociedade Beneficente Ferroviária** registraram a iniciativa do sócio **Oswaldo Jorge de Aragão**, daquela entidade, ao adquirir o quadro “**Os Oito Mártires de Chicago**” (foto), cuja compra foi efetuada pela SBF somente em março de 1949. A compra talvez se explique, para além do significado que tal obra, fato e data representam para os trabalhadores do mundo inteiro, a vanguarda da Sociedade Beneficente Ferroviária em promover e articular as festividades do Primeiro de Maio em Camocim.

Contudo, hoje, as comemorações do Primeiro de Maio se ressentem da falta desse aspecto combativo e festivo de outrora. Quando a data recai em algum momento político importante, nacional ou local, as entidades tentam ainda realizar algum desfile. O desfile representa, hoje, não a festa ou a reivindicação do trabalhador, mas o desfilar burocrático das realizações de cada secretaria do governo municipal e das várias escolas, “homenageando” um trabalhador sem rosto e sem nome. Outras vezes, organiza-se uma prestação de serviços básicos (medição da pressão arterial, expedição de carteira de identidade, corte de cabelo etc.) numa praça principal, além de disputa de algumas modalidades esportivas. Os sindicatos e associações fazem um caminho inverso, realizando alguma atividade alusiva à data em recinto fechado. Uma alvorada aqui, uma palestra ali, e o Primeiro de Maio vai perdendo seu conteúdo simbólico, sendo um mero feriado.²⁵

25 O PRIMEIRO DE MAIO EM CAMOCIM. Postado em 1 de maio de 2011. www.camocim-potedehistorias.blogspot.com.br.

8. Os “caras pretas” e “fundos moles” de Camocim

Figura 28 - Murilo Rocha Aguiar.



Foto: Arquivo da Família Aguiar.

Com esta postagem chegamos ao número redondo de 100. Hoje, graças aos internautas, estamos perto de bater os 10.000 acessos. Para um blog de natureza específica, ainda mais voltado para a história local, é um número para se comemorar. Para marcar a conquista, brindamos os leitores com um depoimento do Sr. Orion Menezes, ainda vivo na nossa comunidade, que fala com a autoridade de quem presenciou o fato, a versão sobre o surgimento das facções políticas ligadas às famílias Aguiar e Coelho de Camocim que, por muito tempo, se dividiram em “Cara Preta” e “Fundo Mole”. Os apelidos nasceram das características dos seus líderes — segundo contam, as pintas pretas do rosto de Murilo Aguiar e as calças de fundo mole de Alfredo Coelho.

Figura 29 - Alfredo Othon Coelho.



Foto: Arquivo da Família Coelho.

Agora, sobre os motivos da divisão política, quem conta é o Sr. Orion Menezes, em entrevista ao historiador Carlos Manuel do Nascimento, em seu trabalho sobre as amplificadoras em Camocim. Leiamos:

“Durante a campanha para prefeito de **Camocim, em 1950**, foi realizado um comício na **Amplificadora Pinto Martins**, onde estavam presentes os líderes e opositores da política local, **Murilo Rocha Aguiar e Alfredo Coelho**. No desenrolar dos acontecimentos, os líderes políticos acabaram desentendendo-se e provocando certo tumulto na Praça Pinto Martins, acirrando a disputa pela Prefeitura Municipal. **O Sr. Orion Menezes** narra o fato:

A disputa política foi o seguinte, isso eu sei contar bem direitinho: o Alfredo Coelho era compadre do Murilo Aguiar, [...] eles eram muito amigos, todos dois comerciantes do alto comércio aqui de Camocim, Alfredo Othon Coelho e Murilo Rocha Aguiar, já veio do Vicente Aguiar que começou o comércio. [...] aí veio a política, o Alfredo Coelho era da UDN e o Murilo do PSD, aí eu sei que o Murilo ficou arrepiado com o compadre que era o Alfredo Coelho, aí o Alfredo lançou a candidatura de João Colares Filho pra prefeito de Camocim. [...] Pois bom, aí o resultado foi que eu estava lá no comício quando o Sr. Murilo foi falar, aí eles não deixaram o Murilo Aguiar falar, eles tomaram o microfone; aí quando botaram pro João Colares Filho, o Pascoal puxou pelo canivete e cortou o fio do microfone, foi uma confusão danada e o povo estava era aí, com a língua horrível, né? Aí o resultado, o Murilo Aguiar disse: “quem for do meu lado me acompanhe até a praça”, hoje a Praça da Estação; aí menino, ficou pouca gente lá no palanque do Alfredo Coelho, pouca gente; a multidãozona acompanhou o Murilo Aguiar. Começou a partida política dele desde esse tempo. Aí o Murilo Aguiar disse: “vou lançar um candidato, o Vaqueiro da Esperança, Setembrino Veras”. Ele estava lá nas Amarelas, no terreno dele lá, ele vivia mais no interior. [...] O Murilo Aguiar lançou a candidatura dele, quando foi no outro dia o Setembrino entrou aqui no carro, foi foguete, às sete horas da noite. Vaqueiro da Esperança, botaram o apelido dele, aí o Setembrino ganhou a prefeitura, aí meteu o pau no outro candidato,

ajeitou a cidade, aí começou a intriga do Alfredo Coelho com o Murilo Aguiar. Foi o rompimento.²⁶

A briga política dos líderes partidários provocou uma divisão no cenário político de Camocim. A atitude e a frase emblemática do Sr. Murilo Aguiar, “quem for do meu lado me acompanhe até a praça” sinalizava muito mais que um rompimento político, era o nascimento de duas facções que durante anos disputariam o poder local e, em alguns momentos, se alternariam na gestão da cidade. De um lado estava o grupo político alcunhado de “Cara Preta”, sob a liderança de Murilo Aguiar; do outro, “Fundo Mole”, liderado por Alfredo Coelho²⁷.

Fonte: NASCIMENTO, Carlos Manuel. A CIDADE NAS ONDAS DO RÁDIO - Memórias e Histórias dos Serviços de Alto-Falantes de Camocim. Capítulo III. Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, 2009.

9. JK em Camocim

Figura 30 - Juscelino Kubitschek e João Goulart em campanha. Camocim. 1955.



Fonte: Acervo Sra. Elda Aguiar.

26 *Entrevista com o Sr. Orion Menezes, funcionário público aposentado, 73 anos, realizado em 04 mar. 2008, em sua residência, situado à Rua José Maria Veras, nº. 30, Camocim-Ceará.*

27 OS “CÁRAS PRETAS” E “FUNDOS MOLES DE CAMOCIM. Postado em 19 de agosto de 2011. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br.

Ontem foi aniversário de nascimento de **Juscelino Kubitschek**, o famoso **JK**, conhecido também como “**Presidente Bossa Nova**” e que construiu **Brasília**. JK em suas andanças pelo Brasil à época da campanha presidencial esteve em **Camocim** com o candidato à vice-presidente, **João Goulart**. Antes de adentrarmos no assunto, um pouco da biografia de JK:

Nascido em 12 de setembro de 1902, Juscelino Kubitschek era filho de um caixeiro-viajante, João César de Oliveira e de uma professora, Júlia Kubitschek. Foi seminarista e telegrafista. Formou-se médico pela Universidade Federal de Belo Horizonte. De volta à Minas Gerais, casou-se com Sara Lemos em 1931. Foi nomeado capitão-médico da polícia mineira, chefiando o hospital de sangue de Passa Quatro, onde se destaca como cirurgião durante a revolução 1932.

Iniciou sua vida política em 1934, como chefe de gabinete de Benedito Valadares que, na época, era interventor federal em Minas Gerais. Elegeu-se deputado federal no mesmo ano, mas perdeu o mandato com o Estado Novo de Getúlio Vargas. Entre 1940 e 1945 foi prefeito de Belo Horizonte. Em 1946 foi eleito deputado federal e governador de Minas Gerais em 1950. Cinco anos depois se tornou presidente da República pelo voto direto.

Com um Plano de Metas que continha 31 objetivos, promoveu uma época de desenvolvimento. Construiu as usinas de Três Marias e Furnas. Construiu diversas rodovias para a integração do interior ao litoral como a ligação entre o Rio de Janeiro e Belo Horizonte; além da Belém-Brasília, Belo Horizonte-Brasília e a Brasília-Acre.

Sua prioridade, entretanto, era a construção de Brasília e a transferência da capital do país para o interior, inaugurando-a em 21 de abril de 1960. Foi cassado pelo governo militar e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos. Viveu seu exílio nos Estados Unidos e na França. Ao voltar ao Brasil com a anistia, dedicou-se a escrever e em 1975 tornou-se membro da Academia Mineira de Letras.

Em 22 de agosto de 1976, Juscelino Kubitschek morreu em acidente automobilístico perto da cidade de Resende, no Rio de Janeiro, quando viajava para São Paulo.

Figura 31 - JK em Camocim, Agosto de 1955.



Fonte: Arquivo Sra. Elda Aguiar.

A passagem de JK e João Goulart em Camocim deu-se em **3 de agosto de 1955**. Na época foi feito o registro dessa passagem no **2º Livro de Tombo da Paróquia de Bom Jesus dos Navegantes**. Vejamos o teor:

3 de Agosto

Às 9 horas da manhã do dia 3 de Agosto chegou a esta cidade em avião de sua propriedade o Sr. Juscelino Kubitschek a título de propaganda de sua candidatura a Presidente da República. Era seguido de uma luzida comitiva, constituída de homens de maior projeção no paiz, o Sr. João Goulart, candidato a Vice-Presidente da República, o Sr. Parsifal Barroso, senador pelo Ceará e os deputados federaes: Sr. Francisco Menezes Pimentel, o Sr. José Martins Rodrigues e Sr. Carlos Jereissati. Após um concorrido comício na Praça da Estação, onde os ouvintes ficaram empolgados pela palavra fluente e fácil do Sr. Juscelino e Sr. João Goulart e de demais oradores, efetuou-se em casa do Prefeito local, Murilo Aguiar um animado lanche, assediado por um avultado número de pessoas. Em seguida, depois das saudações de estilo, o Sr. Juscelino e caravana partiram para Viçosa, onde o aguardavam grandes festejos.

O incentivo de JK à indústria automobilística acabou por desmontar tempos depois a malha ferroviária brasileira e desativar ramais ferroviários como o de Camocim no período ditatorial de 1964-1985.²⁸

Fonte: <https://www.bsbcapital.com.br/12-de-setembro-aniversario-de-jk>

Fonte: 2º Livro de Tombo da Paróquia de Bom Jesus dos Navegantes.

²⁸ JK EM CAMOCIM. Postado em, 13 de setembro de 2019. Disponível em: www.camocim-potedehistorias.blogspot.com.br

10. Documentos secretos (?) de Camocim

Figura 32 - Atividades do Grupo Marighella. Distrito Federal e Goiás. SNI.

continuação do RELATÓRIO ESPECIAL Nº 00726/68/69 - 18/16-001/69

SECRETARIA DE DEFESA NACIONAL
ABIN

c. SÉRGIO CARPANEIA

- (1) Filiação: LUIZ CARPANEIA e de JULIA LUIZ CARPANEIA
- (2) Naturalidade: ARAGUARI (MG)
- (3) Data de Nascimento: 23 Mai 20
- (4) Estado Civil: Casado
- (5) Profissão: Industrial
- (6) Residência: QSA 15 - Lote 23 - TAGUATINGA (DF)

d. SÉRGIO DA SILVA CARPANEIA

- (1) Filiação: SÉRGIO CARPANEIA e de REGINA BATISTA CARPANEIA
- (2) Naturalidade: ANÁPOLIS (GO)
- (3) Data de Nascimento: 23 Abr 45
- (4) Estado Civil: Solteiro
- (5) Profissão: Industrial
- (6) Residência: QSA 15 - Lote 23 - TAGUATINGA (DF)

e. PAULO GARCIA DE OLIVEIRA

- (1) Filiação: SEVERINO GARCIA DE OLIVEIRA e de MARIA CLÓTILIA MARQUES
- (2) Naturalidade: CHAPÉU (GO)
- (3) Data de Nascimento: 26 Jun 20
- (4) Estado Civil: Solteiro
- (5) Profissão: Funcionário Público Municipal
- (6) Residência: Rua Tracoms nº60 - STURACY (GO)

f. MAURÍCIO DE ARAÚJO

- (1) Filiação: JOSÉ ALVES CORDEA e de STA RÔDOLFA CORDEA
- (2) Naturalidade: STRACACHA DO NORTE (GO)
- (3) Data de Nascimento: 29 Ago 21
- (4) Estado Civil: Casado
- (5) Profissão: Delegado Municipal

g. SÉRGIO LIMA LEMUS

- (1) Filiação: JOSÉ OLIVEIRA LIMA e de JULIETA LIMA LEMUS
- (2) Naturalidade: CAMOCIM (GO)
- (3) Data de Nascimento: 05 Jan 45
- (4) Estado Civil: Solteiro
- (5) Profissão: Secretário
- (6) Residência: QSA 15 - Lote 23 - Taguatinga (DF)

h. LUIZ FERREIRA DE ARAÚJO

- (1) Filiação: VALERIANO GARCIA e de JULIA LUIZ GARCIA
- (2) Naturalidade: OLÁTIMA (ES)
- (3) Residência: Av W 2 - 2.705 - Bloco "C" - Casa 67.

Fonte: Arquivo Nacional.

Na recente saída do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública **Sérgio Moro** do Governo, ele alegou que o **Presidente da República** queria interferir nas ações da **Polícia Federal**. Em sua justificativa, defendeu a autonomia da PF dizendo que esta não era a **Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)**, da qual chefe do Executivo pode receber relatórios de suas atividades.

Pois bem, a ABIN é a versão atual do que foi o **Serviço Nacional de Informações (SNI)**, criado no período da ditadura civil-militar de 1964. Todo governo tem sua agência de informações e, como tal, funciona como um aparato do Estado. No entanto, a Polícia Federal é uma polícia judiciária e atua nas investigações dos crimes, inclusive os do Presidente da República — se for o caso, portanto, esses órgãos têm funcionalidades diferentes.

Nesse sentido, mostro, como exemplo, uma investigação feita pelo antigo SNI, que resulta em elaboração de relatórios que são remetidos aos órgãos competentes e para o próprio Presidente, para tomarem as providências devidas.

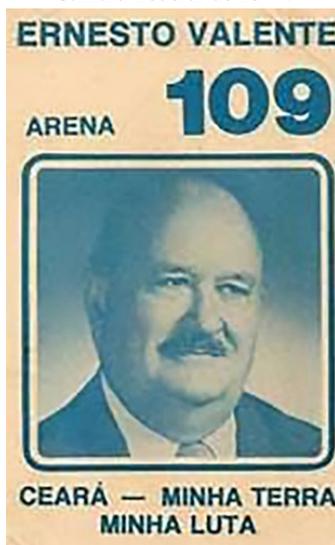
O ano era 1969 e a repressão à luta armada estava no auge, fundamentada nos preceitos do AI-5. O SNI investigou as relações na capital federal de militantes com o que chamou de “**Grupo Marighella**” e suas atividades no **Distrito Federal** e **Goiás**. É um relatório de 54 páginas em que são relacionados integrantes e colaboradores do grupo.

Agora já disponibilizados para consulta pública, vamos encontrar um camocinense envolvido na investigação. Trata-se de **WEIMER LIMA LEMOS**, nascido em **Camocim** em 5 de janeiro de 1943, filho de José Oliveira Lima e Julita Lima Lemos. Ele era escriturário e residia na SQS 115. Acampamento da CCA.

No documento, não aparecem mais detalhes do nosso conterrâneo, talvez por ter sido listado como simples colaborador das atividades do grupo investigado.²⁹

11. Ernesto Gurgel Valente

Figura 33 - Ernesto Gurgel Valente. Cartaz da campanha política à Câmara Federal de 1974.



Fonte: aracatiemfoco.com.

29 DOCUMENTOS SECRETOS (?) DE CAMOCIM. Postado em 25 de abril de 2020. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br

Das minhas lembranças das eleições de outrora, o cartaz acima é uma das primeiras que fixei na memória. Trata-se do aracatiense **Ernesto Gurgel Valente** (1913-2002), candidato a deputado federal em 1974, que tinha como slogan “O homem do caju e da castanha”, ou algo parecido. Em **Camocim**, foi apoiado pelo líder político **Murilo Rocha Aguiar** que, àquela época, encontrava-se cassado pelo regime militar.

A campanha política em Camocim, como sempre, mostrava o acirramento dos grupos em disputa, apesar de estarem no partido do governo — a Aliança Renovadora Nacional (**ARENA**), o que demonstrava uma certa contradição, pois o grupo liderado por Murilo Aguiar concorria no partido do governo, que cassara seus direitos políticos.

Apresentados os candidatos, a família **Veras/Coelho** apoiou para deputado federal **Francisco Humberto Bezerra** e deputado estadual **Francisco Fonseca Coelho**. Já a família **Aguiar** trabalhou para a eleição de Ernesto Gurgel Valente (deputado federal) e o camocinense coronel **Libório Gomes da Silva** (deputado estadual).

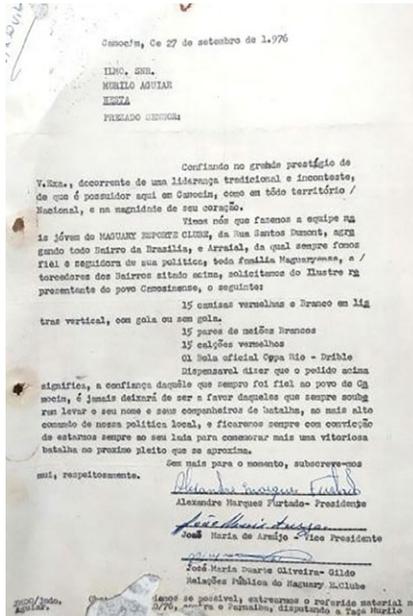
Aberta as urnas, os votos confirmaram a disputa acirrada. Para deputado federal, os então chamados “**Fundo Mole**” venceram por uma diferença de 183 votos (Humberto Bezerra com 3.227 e Ernesto Gurgel Valente com 3.044). Para deputado estadual, cujos números, teoricamente, serviriam de um parâmetro mais aproximado para as eleições para prefeito dois anos depois: os “**Cara Preta**” venceram com uma margem de 383 votos (Cel. Libório obteve 3.640 votos contra 3.057 de Fonseca Coelho).

No entanto, na eleição seguinte para prefeito, a teoria não prevaleceu e os “**Fundo Mole**” venceram com **Edilson Veras Coelho**. Mas, essa é outra história!³⁰

30 ERNESTO GURGEL VALENTE. Postado em 24 de setembro de 2020. Disponível em: <http://camocimpotedehistorias.blogspot.com>.

12. Futebol e política em Camocim

Figura 34 - Ofício. 29/09/1976. Camocim Ceará. 29/09/1976.



Fonte: Baú do Maguary. Arquivo do CPH.

As relações entre futebol e política são íntimas, desde tempos imemoriais, como se dizia antigamente. Essa relação cresceu tanto que, no **Congresso Nacional**, existe a chamada “Bancada da Bola” que, naturalmente defende os interesses mais inconfessos e até já rendeu uma CPI, que no fim acabou em pizza. Nessa teia de interesses, podemos observar essas relações também no nosso cotidiano de cidade pequena, onde futebolistas procuram políticos e vice-versa, cada um buscando tirar proveito dessa proximidade.

No caso que relatamos nesta postagem, o **Maguary Esporte Clube** deixa essa relação explícita num ofício dirigido ao líder político **Murilo Aguiar** (25/11/1914 a 01/03/1985), ao solicitar um “terno completo” nas cores vermelha e branca “em listras verticais, com gola ou sem gola, [...] meões brancos, [...] e calções vermelhos”, tudo em número de 15, além de uma bola “Oficial Copa Rio - Dribble”.

Mas esse não era um pedido qualquer, tinha que estar bem fundamentado. Através do ofício, a diretoria do Maguary mapeia a região de

sua influência como que a mostrar para o líder político o alcance da sua futura doação:

[...] nós que fazemos a equipe mais jovem do MAGUARY ESPORTE CLUBE, da Rua Santos Dumont, agregando todo o Bairro da Brasília e Arraial, da qual sempre fomos fiel e seguidora da sua política, toda família Maguaryense e, todos os bairros citados acima...

Por outro lado, precedendo tudo isso, o rasgado elogio que acaricia o ego de todo político precede a lista de pedidos:

Confiando no grande prestígio de V. Exa (sic) decorrente de uma liderança tradicional e incontestada, de que é possuidor aqui em Camocim, como em todo território Nacional, e na magnidade (sic) do seu coração.

E o pedido do uniforme é fechado com uma exortação a um futuro vitorioso nas eleições que se aproximavam:

[...] e ficaremos sempre na convicção de estarmos sempre ao seu lado para comemorar mais uma vitoriosa batalha no próximo pleito que se aproxima.

Contextualizando o período, em **1976**, o líder político Murilo Aguiar estava cassado pela **Ditadura Civil-Militar** iniciada em **1964**. Por força de lei, não poderia participar de campanhas políticas, inclusive vir à Camocim, mas conseguia coordenar seu grupo mesmo distante. Na relação dos documentos que denomino de “Baú do Maguary”, não encontramos nenhum que se referisse ao recebimento do referido uniforme. É provável que tenha recebido face à maneira como foi pedida. No entanto, o certo é que naquele ano, o grupo político “Cara Preta” de Murilo Aguiar perdeu as eleições para os rivais, “Fundo Mole”, das famílias Veras-Coelho, com a vitória de **Edilson Veras Coelho**.³¹

Fonte: Maguary Esporte Clube. Ofícios. 1976.

31 FUTEBOL E POLÍTICA EM CAMOCIM. Postado em 05 de abril de 2020. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br

13. O Camocim das mulheres

Figura 35 - Prefeita Ana Maria (sentada) ladeada de mulheres com posição de mando em Camocim-CE.



Fonte: Revista Manchete (1987).

Figura 36 - Prefeita Ana Maria Veras (ao centro de saia amarela) posando ao lado de funcionárias da Prefeitura Municipal de Camocim.



Fonte: Revista Manchete (1987).

Para falar da importância das **mulheres na história de Camocim**, é necessária uma investigação acadêmica. Com efeito, até monografia na UVA já abordou o assunto. No entanto, houve um período durante os anos **1980** que elas ascenderam de forma decisiva nos principais postos de comando da cidade. Desde a administração municipal, passando por órgãos do Estado e da União, além da iniciativa privada, elas pontificaram num tempo em que a abertura política no país trazia novos tempos, pensamentos e comportamentos. Portanto, antes dos grandes debates que permitiram às mulheres uma maior participação na vida política do país e da luta por direitos, enfim consignados na **Constituição de 1988**, eis que Camocim já era manchete (sem trocadilho) na extinta **Revista Manchete (1987)** em alentada reportagem que destacava essa

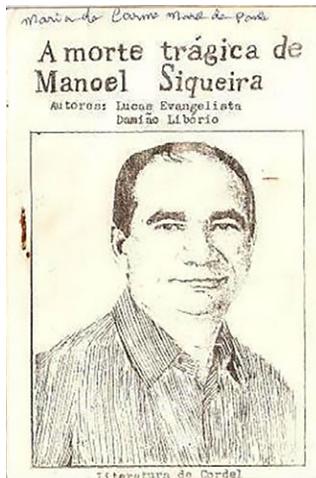
presença feminina. Camocim era, portanto, “**A Cidade das Mulheres**”, capitaneada pela então **Prefeita Ana Maria Veras** (então pertencente à facção política “Fundo Mole”), num tempo em que a possibilidade de termos uma presidente mulher no Brasil era quase utopia.

Não somente seu *staff* de colaboradoras na administração municipal na figura de secretárias, diretoras de escola e outros cargos foram mostrados, mas também diretoras de órgãos como o INPS, COELCE, SESI, Delegacia do Trabalho, Promotoria, evidenciando a supremacia feminina no comando dos principais postos da cidade. Algumas dessas mulheres não estão mais entre nós, mas suas marcas estão na nossa memória. Em postagens posteriores, pretendemos enfocar mais detidamente o trabalho e trechos dessa histórica reportagem, quando mulheres das mais variadas origens escreveram um pouco da nossa história.³²

Fonte: *Revista Manchete* (1987).

14. Fatos da política de Camocim - a morte de Manoel Siqueira

Figura 37 - Capa do cordel “A Morte trágica de Manoel Siqueira”.



Autores: Lucas Evangelista e Damião Libório, 1992.

32 O CAMOCIM DAS MULHERES. Postado em 28 de novembro de 2011. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br.

Quando outubro de 2012 chegar e com ele as eleições, farão 20 vinte anos da morte trágica de **Manoel César Siqueira**, vítima de acidente automobilístico em plena campanha eleitoral. Ele fazia parte da então ala dos “**Fundo Mole**” em Camocim. Sua morte trouxe grande comoção no município por também envolver sua esposa (Dona Anita), seu filho (Nilton César), seu segurança Eliezer e o motorista Beto, quando voltavam de um comício da zona rural (Lagoa Comprida).

Gerente de uma firma de pesca local na época, a Empesca, pouco a pouco a figura de Manoel Siqueira se consolidou na comunidade como uma pessoa que atendia aos mais carentes e “matava” a fome dos mais pobres, com doação das cabeças de peixe beneficiadas pela tal firma. Tal fato foi usado pelos adversários na campanha eleitoral, que chamavam os partidários dele de “cabeça de piramutaba”, uma alusão ao peixe “doado” por ele.

A menos de um mês das eleições de 1992, sua morte provocou um fato inusitado na política, visto que, com as cédulas eleitorais já prontas, não foi possível alterar pelo substituto na chapa, o então empresário **Antônio Manoel Veras**, que acabou ganhando as eleições, derrotando o apático candidato dos “**Cara Preta**”, **Murilo Câmara**. Como disse, a cidade se envolveu em comoção, fato esse sabiamente capitalizado politicamente pelos **Coelhos-Veras** que, na época, eram aliados, reforçando ainda mais o slogan político de Manoel César Siqueira, que era “**A Força do Trabalho**”.

Abaixo, segue a transcrição das primeiras estrofes dos repentistas e poetas populares Lucas Evangelista e Damião Libório, escritas em setembro de 1992, que transformaram em cordel a tragicidade da morte do político em questão:

*Setembro em noventa e dois
Pra Camocim foi tristonho
Esta cidade perdeu
O mais belíssimo sonho
Que em vez de uma esperança
Um pesadelo medonho*

*Quem é bom já nasceu feito
Seja cordeiro ou herói
Mas o espírito do mal*

No céu não há que apoie
Pega o espírito do bem
Em um minuto destrói.

Sabemos que a política
É emanada da riqueza
Manoel César Siqueira
Um rico sem avareza
Os pobres já lhe chamavam
Siqueira pai da pobreza.

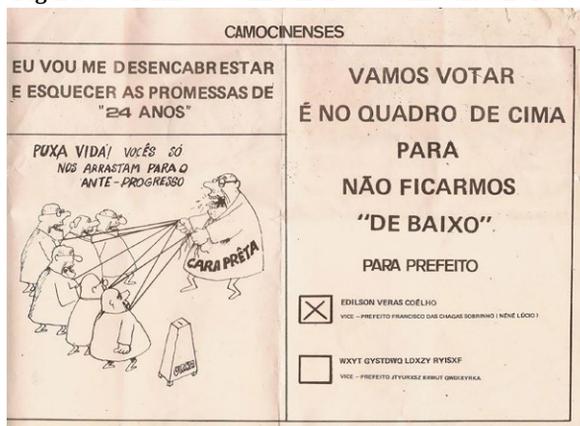
[...]

MANOEL SIQUEIRA partiu
Pela morte foi tragado
Mesmo sem ele o Partido
Inda foi recuperado
ANTONIO MANOEL foi eleito
Por ter lhe memoriado.³³

Fonte: Cordel: **A morte trágica de Manoel Siqueira**. p. 01 e 08. Autores: Lucas Evangelista e Damião Libório. Documento gentilmente cedido pelo Prof. Paulo José, do arquivo pessoal da Família Morel.

15. Idas e vindas da política camocinense

Figura 38 - Panfleto “Camocinenses”. Camocim-CE. 1976.



Fonte: Arquivo Prof. Paulo José.

33 ATOS DA POLÍTICA DE CAMOCIM - A MORTE DE MANOEL SIQUEIRA. Sábado, 16 de junho de 2012. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br

A CHARGE acima, que circulou em Camocim na campanha eleitoral de 1975 em forma de panfleto, revela muito da política camocinense quando a polarização entre as chamadas facções CARA PRETA e FUNDO MOLE era muito intensa. O panfleto, até certo ponto bem humorado, demonstra também a alternância do poder entre as famílias que dominavam a cena política da época.

Com efeito, a **Família Aguiar** já estava no comando do município há 24 anos. A eleição de **Edilson Coelho**, do grupo FUNDO MOLE, que governou entre 1976 e 1982, pôs fim a esse período vencendo o candidato **Batista Aguiar**, da ala CARA PRETA. Vale salientar que quando houve uma tentativa de união entre CARAS PRETAS e FUNDOS MOLES, com a eleição do Dr. José Maria Primo de Carvalho que exerceu um mandato tampão entre 1971 e 1972.

Com a quebra do acordo, a família Aguiar elegeu **João Paschoal de Melo**, que venceu o candidato **Dr. Aristóbulo**. Nessas idas e vindas do poder entre as duas oligarquias, com a eleição de Edilson Coelho, inicia-se um outro período de hegemonia, dessa vez com os Veras Coelho, que conseguiu eleger sua sucessora, **Ana Maria Beviláqua Moreira Veras**, também por seis anos, perfazendo um total de 12 anos no poder. A sequência seria quebrada por **Murilo Rocha Aguiar Filho (Murilinho)** nas eleições de 1987.

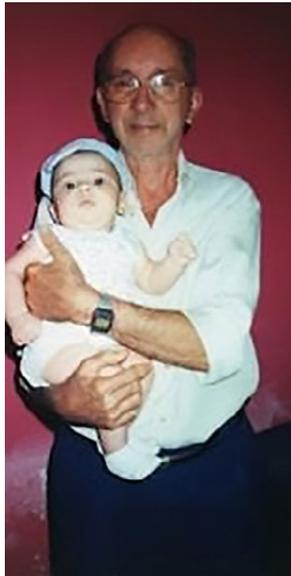
Como podemos perceber, embora o poder político em Camocim tenha tido características oligárquicas, como de resto no Brasil, ele trafegou sempre entre as duas facções políticas, mostrando uma alternância — coisa, por exemplo, que não se constatou na vizinha cidade de Granja, onde **Esmerino Arruda** e seus aliados mandaram por quase meio século.

Fato interessante a ser observado depois do advento da reeleição. Os Aguiar mandaram entre 1996 e 2004, com **Sérgio Aguiar**, e depois perderam a hegemonia para **Francisco Maciel de Oliveira**, praticamente neófito na política, ex-aliado dos Aguiar e apoiado nas eleições de 2004 pelo que ainda restava do antigo grupo FUNDO MOLE, a família Coelho. Chico Vulino, como é mais conhecido, também conseguiu se reeleger e marcar por oito anos sua estada no poder, criando também, durante sua passagem pelo executivo camocinense, um grupo com pra-

ticamente as mesmas características das famílias tradicionais no modo de fazer política. Contudo, não conseguiu eleger seu sucessor em 2012. Com um grande leque de apoios, os Aguiar voltaram ao poder com **Mônica Aguiar**, neta do ex-deputado **Libório Gomes da Silva**, que no longínquo ano de 1981 foi derrotado por Ana Maria Veras, hoje aliada dos Aguiar. Idas e vindas da política camocinense.³⁴

16. Camocim de luto - morre o comunista Nilo Cordeiro de Oliveira

Figura 39 - Sr. Nilo Cordeiro de Oliveira.



Fonte: Blog Camocim Imparcial.

Quando me ocorreu que a história dos comunistas de Camocim era um bom tema para uma dissertação de mestrado, mal sabia da complexidade que era mexer com um tema dessa natureza. Mais do que me cercar de uma vasta bibliografia sobre os “vermelhos”, era preciso recuperar, através da memória, os testemunhos de quem vivera os ideais do credo comunista.

34 IDAS E VINDAS DA POLÍTICA CAMOCINENSE. Postado em 6 de novembro de 2012. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br

Logo a pessoa do **Sr. Nilo Cordeiro de Oliveira** me foi colocada como referência. Mas quem era aquele homem franzino envolto nas lides de uma oficina mecânica? Era simplesmente um dos filhos de **Pedro Rufino**, um dos oito “camaradas” que tiveram a coragem, no final dos anos 1920, de fundar uma célula comunista em Camocim sob a liderança do prof. **Francisco Theodoro Rodrigues**.

A partir da conversa inicial com o Sr. Nilo, outros nomes foram postos na operação de reviver o passado, a maioria deles já morta. No entanto, outros vivos. Francisco Theodoro não poderia mais falar, mas conseguimos entrevistar sua filha **Lenize Raimundo Vermelho** não poderia mais falar, mas seu filho **Dedé Vermelho** ainda nos disse algo sobre o “**Massacre do Salgadinho**”. **João Ricardo** infelizmente partiu antes de nos falar da sua militância. Enfim, foram histórias que traziam não apenas as marcas do estigma do pensar diferente, do ser “comunista” numa sociedade, para usar um termo da época, “reacionária”, mas, principalmente de dor e opressão vividas por homens desassombrados e seus familiares que muito nos comoveu.

Hoje, **19 de dezembro de 2012**, quem parte é NILO CORDEIRO DE OLIVEIRA, 86 anos. Das entrevistas que fizemos, sem dúvida foi a mais completa, posto que, além de trazer o sofrimento por defender uma causa, trouxe a convicção ideológica, a certeza daqueles que acreditam numa sociedade mais humana e fraterna, a certeza da vitória do proletariado, do comunismo. O Sr. Nilo da oficina parte para se juntar a outros que pereceram com essa certeza, certeza essa que fez com que acreditasse que um dia o **PC do B** reconquistasse a cadeira de vereador na **Câmara Municipal de Camocim** tão bem representada por seu pai Pedro Rufino na legislatura 1948-1951, afinal realizada no último pleito, com a eleição do **Oliveira da Pesqueira**, por coincidência membro da família do Sr. Nilo.

Que o partido possa honrar com esse mandato legislativo essa convicção, essa certeza dos homens que se foram.

Requiescat in Pace!³⁵

35 DE LUTO - MORRE O COMUNISTA NILO CORDEIRO DE OLIVEIRA. Postado em 19 de dezembro de 2012. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br

17. A ditadura em Camocim - a marcha da vitória

Figura 40 - Cartaz. Um Milhão Marcha com Deus na Vitória.



Fonte: giovanipasini.com

A data de **31 de março ou 1º de abril de 1964**, como queiram, é emblemática para a história do **Brasil**. A partir desse marco, vivemos duas décadas no obscurantismo em regime de exceção. De uma maneira ou de outra, cada lugar do Brasil viveu as repercussões do período ditatorial. Em **Camocim**, não poderia ser diferente, ainda mais por termos aqui representantes das **Forças Armadas** (Exército e Marinha), nas instituições do **TG 10 001** e **Capitania dos Portos**. Na política, também tivemos momentos em que o novo regime se apresentava nas mais diversas nuances. Para exemplificar, trazemos um trecho da **6ª Sessão Ordinária da 5ª Legislatura, de 17 de abril de 1964**, portanto, dezessete dias após o golpe civil-militar:

Usou da palavra o Snr. **Vereador Otávio de Sant'Ana** que se reportou sobre o assunto constante nas atas e continuando convidou esta Câmara a tomar parte na concentração e passeata nas principaes ruas desta cidade a se realizar amanhã às 15 horas pela Família Camocinense, na Marcha da Família com Deus com a Liberdade e Democracia em congratulação às Gloriosas Forças Armadas de nossa querida Pátria pela extinção do Credo Vermelho, infiltrado em todo território nacional pelos maus brasileiros.

Vale ressaltar que o **vereador Otávio de Sant’Ana** era militar da reserva da Armada e fora capitão dos portos em Camocim. Por outro lado, as atas seguintes não dão conta de como se desenrolou a tal marcha pela cidade. Seria interessante que pudéssemos recuperar alguma outra fonte dessa marcha, um depoimento, uma fotografia, um documento etc. Por outro lado, como Camocim teve uma célula tradicional do **Partido Comunista**, a ênfase da fala do vereador, transcrita na ata, ganha mais sentido. Atentar também para a inversão de significado das palavras e dos conceitos, como por exemplo, **democracia**. A marcha, convocada em nome da **Liberdade** e da **Democracia**, punha fim a um governo eleito democraticamente e iniciava um período ditatorial.³⁶

Fontes:

Arquivo da Câmara Municipal de Camocim. Respeitou-se a grafia da época.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *A Casa do Povo*. História do Legislativo Camocinense. Sobral: Sobral Gráfica, 2008, p. 95.

18. Ditadura militar em Camocim - 50 anos depois

Figura 41 - Cartaz. Ato Público. 50 anos da Ditadura.



Fonte: oabrs.org.br.

36 A DITADURA EM CAMOCIM - A MARCHA DA VITÓRIA. Postado em 31 de março de 2014. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br

Difícil de uma data como os **50 anos do golpe civil-militar de 1964** passar incólume na história de algum município brasileiro. Com maior ou menor resquício, algum evento, alguma pessoa ou grupos estiveram no contexto dessa fase triste da história do Brasil, de um ou de outro lado.

As repercussões desse fato são tantas que, mesmo após a historiografia mostrar o lado cruel desse período, hoje pessoas e movimentos tentam se levantar para a reedição de marchas que culminaram com a tomada do poder civil pelos militares de então. A sanha e a ignorância são tamanhas que, chegam ao ponto, em suas convocatórias hodiernas, que o grande perigo atual é o de nos tornarmos uma **“ditadura comunista”**.

Ditadura por ditadura, já sabemos que elas não são o melhor tipo de governo. Dessa forma, **Camocim** também se inscreve nesse contexto de repressão e resistência ao golpe de 1964. Os documentos provam isso e recuam até a uma ditadura anterior a de 1964, a **Ditadura Vargas** (1930-1945). Desde lá, podemos constatar duas possibilidades: políticos locais e autoridades atuando como repressores, assim como cidadãos questionando o estado das coisas.

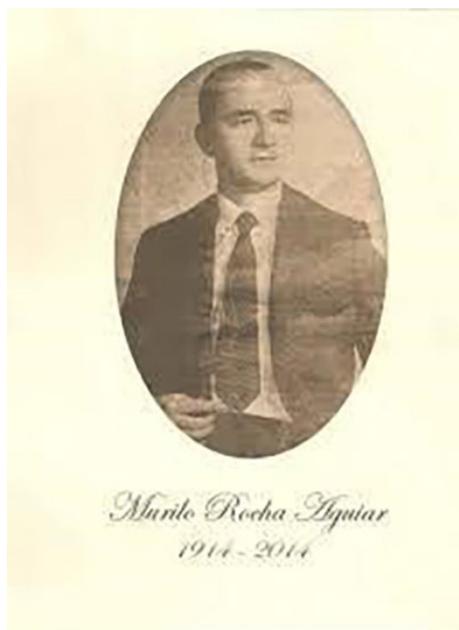
Sempre é bom lembrarmos que se hoje esses grupos tentam reeditar eventos como a **Marcha pela Família, com Deus**, foi porque pessoas lutaram para termos pelo menos o direito de expressão assegurado, direito negado por mais de 20 anos na recente história brasileira.

Em postagens posteriores, enfocaremos esses momentos da nossa história, procurando suas ligações com a política nacional.³⁷

37 DITADURA MILITAR EM CAMOCIM - 50 ANOS DEPOIS. Postado em 20 de março de 2014. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br

19. Deputado Murilo Aguiar - 30 anos de morte

Figura 42 - Murilo Aguiar. Missa do Centenário.



Fonte: www.antonioviana.com.br.

No ano passado, foi comemorado um século de nascimento do deputado Murilo Rocha Aguiar, representante de Camocim e região na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Neste **1º de março de 2015**, completou 30 anos de sua morte, ocorrida em plena eleição para renovar a mesa diretora da **Assembleia Legislativa do Estado do Ceará** em março de 1985. Então ele disputava a presidência da casa com **Castelo de Castro**.

Os fatos daquela fatídica tarde-noite já foram publicados em detalhes e podem ser acessados no seguinte endereço do Camocim Pote de Histórias (<http://camocimpotedehistorias.blogspot.com.br/search?q=Murilo+Aguiar>, 9 de agosto de 2012).

Vejam como o Jornal *O Povo* noticiou o ocorrido em sua sessão “Há 30 anos”:

Castelo ganha, há tumulto e Murilo morre

Em sessão bastante tumultuada, com pancadarias e agressões físicas, o deputado Castelo de Castro (PMDB) foi proclamado eleito ontem Presidente da Assembleia Legislativa, com 23 votos contra 21 de Murilo Aguiar (Frente Liberal), escolhido para substituir o deputado Antônio Câmara, candidato inicial. Murilo Aguiar faleceu a 1h40min de hoje, vítima de enfarte cardíaco, no Prontocard, para onde foi levado ao sentir-se mal horas depois da confusão.³⁸

20. O eleitor mais velho de Camocim

Figura 43 - Sr. Carlos Salu aguardando o momento de votar. Camocim-CE. 2012.



Foto: Francisco Rocha.

Com a colaboração do amigo professor Francisco Rocha, estamos publicando seu texto referente ao Sr. Carlos Salu que, aos 104 de idade, compareceu à mesa receptora de votos na última eleição:

A proeza de captar essa imagem exigiu-me muita habilidade, já que as autoridades da mesa (seção eleitoral) não me permitiram registrar o momento em que esse senhor, com **104 anos** de história, deu um exemplo de cidadania, comparecendo à seção para votar. Sentado, o Sr. Carlos Salu aguarda com expectativa enquanto a mesária procura seu nome na folha.

38 DEPUTADO MURILO AGUIAR - 30 ANOS DE MORTE. Postado em 2 de julho de 2015. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br

Considerado o eleitor mais velho do Brasil, até que se prove o contrário, o **Sr. Carlos Gomes de Oliveira**, o **Carlos Salu**, foi uma figura emblemática nessas eleições no município de Camocim-CE. No dia **7 de outubro de 2012**, quando compareceu à seção para votar, Carlos Salu estava com exatos 104 anos, 2 meses e 3 semanas. D. N.: **17/07/1908**. Lúcido, apenas com deficiência auditiva, mas com uma visão de criança, assinou seu nome, ficou na cabine eleitoral sozinho, votou certo e consciente, tendo um acompanhante apenas por segurança.

O Sr. Carlos é digno de nosso respeito e admiração pelo seu belo exemplo de cidadania. Enquanto muitos com metade de sua idade não querem mais votar e outros, bem mais jovens ainda, mal acostumados com a cultura da corrupção, só querem votar se receberem algo em troca, este senhor, agricultor aposentado, viúvo, com 104 anos, 2 meses e 21 dias no dia da eleição, morador na localidade de **Tapuio**, sudoeste do município, distante 36 quilômetros da sede, faz questão de vir exercer seu louvável papel de cidadão, votando em quem acredita ser melhor para dirigir os destinos do município. Acompanhá-lo até a seção foi uma honra! Foi um voto histórico e a proeza que “Seu Carlos”, com mais de um século de história conseguiu. Não é pra qualquer um o invejável quadro de saúde que Carlos Salu apresenta. Indica que na próxima eleição teremos um eleitor em Camocim com 106 anos de vida!

Esse registro é uma pequena homenagem que faço a esse mais que merecedor amigo da família, amigo do meu pai e meu querido, meu velho, meu amigo Carlos Gomes de Oliveira, Carlos Salu!³⁹

39 O ELEITOR MAIS VELHO DE CAMOCIM. Postado em 18 de novembro de 2012. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br

21. Camocim X Massapê. As disputas na política

Figura 44 - Sede da antiga Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. 1930.
Atualmente Museu do Ceará.



Fonte: Jornal O Nordeste.

Após o período de redemocratização, a chamada zona norte do Estado do Ceará foi pródiga em oferecer representantes ao parlamento estadual. Após a **Assembleia Constituinte de 1947**, os municípios de Granja, Camocim, Coreaú, Massapê, Sobral, Santana do Acaraú, Acaraú, Itapipoca, Crateús, Ipueiras, Ipu, Reriutaba, São Benedito, Ubajara, entre outros, tiveram deputados que militavam nesses municípios ou eram originários deles, em várias legislaturas. Neste ano de **2016**, em que dois deputados representantes desta região, **Sérgio Aguiar (Camocim)** e **Zezinho Albuquerque (Massapê)** disputam a presidência da Mesa Diretora da Assembleia do Estado do Ceará, é interessante lançarmos um olhar para o passado, mais especificamente para a Legislatura de 1959-1962. Sabemos que nesse tipo de eleição, as articulações políticas se sobrepõem aos laços familiares, filiações políticas ou mesmo origem geográfica. Numa eleição hipotética, se no caso em tela fosse adotado o critério de origem familiar, os Aguiar estariam em vantagem, pois contavam com os deputados **José Firmo de Aguiar, Murilo Rocha Aguiar, Liberato Moacyr de Aguiar, Manoel Vilebaldo Frota de Aguiar, e Raimundo Elísio Frota Aguiar**, além de Francisco Aniceto Rocha, cunhado de Murilo Aguiar.

No entanto, se o critério fosse a origem geográfica, Massapê teria o presidente, visto que **José Firmo de Aguiar, José Pontes Neto, Antônio de Melo Arruda, Aurimar Pontes, Francisco Vasconcelos de Arruda e Francisco Vilmar Pontes** nasceram nesta cidade.

Os critérios atuais são outros. Agora é esperar qual será o veredicto. Abaixo, um pequeno resumo de cada um desses deputados de outrora:

ANTÔNIO DE MELO ARRUDA. *PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO* Filho de João Arruda e Laura de Mello Arruda. Nasceu a 29.03.1913, em Massapê/CE, e faleceu a 25.05.1984, em Fortaleza/CE.

AURIMAR PONTES. *PTB – PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO* Filho do Coronel João Pontes (Deputado à Constituinte de 1935) e de Maria Haury Araújo Pontes. Nasceu em 07.02.1922, em Massapê/CE. Faleceu a 28.03.2006, em Massapê/CE.

FRANCISCO ANICETO ROCHA. *PSP – PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA* Filho de Antônio da Rocha Carvalho (Deputado Constituinte de 1947) e de Edwirges Angelim Rocha. Nasceu na localidade denominada de Riachão, antigo Distrito de Granja, hoje Uruoca. Faleceu em 15.04.2002.

FRANCISCO VASCONCELOS DE ARRUDA. *PSP – PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA* Nasceu em Massapê a 27.03.1910, filho de Ricardo José de Arruda e Teodora Carminda Vasconcelos de Arruda. Faleceu em 1972, vítima de Acidente Vascular Cerebral.

FRANCISCO VILMAR PONTES. *PSP – PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA* Filho do Coronel João Pontes (Deputado à constituinte de 1935) e Maria Haury Araújo Pontes. Nasceu a 20.10.1921, em Massapê/CE. Faleceu em 11.07.2004.

JOSÉ FIRMO DE AGUIAR. *PRT – PARTIDO REPUBLICANO TRABALHISTA* Nasceu a 11.05.1913 em Massapê/CE, filho de José Firmo de Aguiar e Francisca Dionízia de Aguiar. Faleceu a 11.11.1982.

JOSÉ PONTES NETO. *PSP – PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA* Filho do Coronel João Pontes (Deputado à constituinte de 1935) e de Maria Haury Araújo Pontes. Nasceu a 01.12.1915, em Massapê/CE, e faleceu a 20.06.1994, em Quixeramobim/CE.

MURILO ROCHA AGUIAR. *PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO* Nasceu em Camocim a 25.11.1914. Filho de Vicente de Paula Aguiar e Iracema Rocha Aguiar. Faleceu em Fortaleza a 1°. 03.1985.

SUPLENTE

LIBERATO MOACYR DE AGUIAR. *UDN – UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL* Nasceu a 05.06.1917 em Fortaleza/CE. Filho de Francisco da Silveira Aguiar (Deputado Constituinte de 1947) e Zulmira Sedrim Aguiar. Faleceu a 18.03.2002.

MANOEL VILEBALDO FROTA AGUIAR. *UDN – UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL* Nasceu na cidade de Palma, atual Coreaú, a 12.12.1895. Filho de Francisco Felinto Aguiar e Rosa Frota Aguiar. Faleceu a 13.05.1966.

RAIMUNDO ELÍSIO FROTA AGUIAR. *PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO* Nasceu na localidade de Palma, atual Coreaú/CE, a 21.10.1894. Filho de Francisco Felinto Frota Aguiar e Rosa Frota Aguiar. Faleceu em Fortaleza a 31.05.1990⁴⁰.

Fonte: Deputados Estaduais: 15ª legislatura 1959-1962/ Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. – 2. ed. – Fortaleza: INESP, 2006.

40 CAMOCIM X MASSAPÊ. AS DISPUTAS NA POLÍTICA. Postado em 30 de novembro de 2016. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br

22. O bacharelismo e a política em Camocim

Figura 45 - Símbolo do Direito.



Fonte: <https://br.pinterest.com/in>.

“É preciso lembrar que a maior parte dos políticos que galgaram posições políticas de comando na estrutura do poder do Estado tiveram formação jurídica; todavia, é igualmente verdade que a maior parte dos bacharéis formados, preparados para integrar os quadros burocráticos estatais, foi atuar nas delegacias de polícia, nos gabinetes executivos setoriais — provinciais e municipais —, nas promotorias e varas judiciais locais, na vereança” (ADORNO, 2019, p. 181).

O trecho acima se refere a uma conjuntura do século XIX no Brasil. Contudo, semelhanças e diferenças se fazem presentes no nosso cenário político, embora o fenômeno se dê em menor grau e, só agora, possa ser melhor percebido.

Outrossim, se fizermos uma breve pesquisa, veremos que o posto maior da República brasileira — o de Presidente da República —, na maioria das vezes foi ocupado por advogados em toda sua história. Hoje, mais do que uma profissão que parece ser rentável (em Camocim, praticamente em cada esquina do centro comercial encontramos escritórios de advocacia, com mais de um causídico com seus nomes e “Drs.” estampados, afora aqueles que advogam em casa ou não possuem ainda a carteira da OAB), os operadores do Direito flertam constantemente com o desejo de o bacharel se tornar um político — direito, aliás, que qualquer cidadão pode exercer.

Vê-se que em Camocim, vereadores, que depois de exercerem seus mandatos fizeram o curso de Direito, como **José Genésio Vasconcelos** (hoje procurador jurídico da **Câmara Municipal de Camocim**), **José Ferreira Lopes** (Zé Paraíba), e **Sérgio de Araújo Lima Aguiar** (deputado estadual). Atualmente, com o título de bacharel em Direito exercendo mandato de vereador, temos **Marcos Antônio Silva Veras Coelho**, além de **Antônio Emanuel de Almeida Sousa** e **José Jeová Vasconcelos**, graduandos na mesma área.

Dos atuais candidatos ao pleito de 2020 e que se declararam advogados ou graduandos de Direito junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), **Mário Roberto Ferreira Lima**, **Ivanaldo Coutinho do Nascimento**, **Rosivan Nascimento** e **Maria Eduarda de Oliveira Pereira** tentam chegar pela primeira vez ao cargo de vereador.

No plano do Poder Executivo, a relação entre política e formação jurídica também se verifica. A atual prefeita de Camocim, **Mônica Gomes Aguiar**, é bacharel em Direito. **Maria Elizabete Magalhães** (Profa. Betinha), uma das candidatas à Prefeitura de Camocim em 2020, há pouco mais de um mês, graduou-se em Direito.⁴¹

Fonte: ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizizes do Poder*. São Paulo: EDUSP, 2019, p. 181.

ATUALIZANDO A POSTAGEM: Após as eleições de 2020 e com os candidatos eleitos, a Câmara Municipal de Camocim e seus vereadores, advogados e graduandos em Direito, ficou assim composta:

Bancada da oposição: Marcos Antônio Silva Veras Coelho, Mário Roberto Ferreira Lima, Ivanaldo Coutinho do Nascimento, que, após seu falecimento por COVID-19, deu lugar a Rosivan Nascimento.

Bancada da situação: Antônio Emanuel de Almeida Sousa e José Jeová Vasconcelos.

41 O BACHARELISMO E A POLÍTICA EM CAMOCIM. Quinta-feira, 15 de outubro de 2020. Disponível em: www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br

Capítulo II

Parlamentares de Camocim

Neste capítulo, destacaremos as várias postagens publicadas no blog *Camocim Pote de Histórias*, que fazem um apanhado dos vários políticos camocinenses que exerceram mandatos parlamentares na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, na Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Para fins de organização deste livro, optamos por colocá-los numa sequência cronológica do que no aparecimento das postagens feitas no blog, referenciando, no entanto, as datas em nota de rodapé para uma posterior localização do leitor.

Murilo Rocha Aguiar¹

Figura 46 - Deputado Murilo Aguiar.

MURILO ROCHA AGUIAR

PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO



Fonte: Deputados Estaduais: 16ª legislatura, 1963-1966. Fortaleza: INESP, 2006, p. 161.

1 Postado na sexta-feira, 25 de novembro de 2016. Disponível em: camocimpotedehistorias.blogspot.com/search?q=Murilo+Aguiar.

Quando **Murilo Rocha Aguiar** tomou assento na **Assembleia Constituinte de 1947** já era o terceiro político do clã dos **Aguiar** a ter uma cadeira naquela casa legislativa. Na Legislatura de 1947, seu sogro, o **Coronel Antonio de Carvalho Rocha** (Tonico Rocha), pai de sua esposa **Maria Stela Rocha Aguiar**, também era deputado constituinte. Murilo Aguiar foi o segundo filho do casal **Vicente de Paula Aguiar** e Iracema Rocha Aguiar e quando nasceu em Camocim, havia quatro meses que tinha irrompido a **Primeira Guerra Mundial**. No seu percurso de estudos, realizou os estudos primários em Camocim. Depois estudou em **Fortaleza** no Colégio Castelo Branco e, posteriormente ingressou no Seminário em **Sobral** onde continuou os estudos secundários, até 1928.

Ainda muito jovem, “dedicou-se ao comércio, estabelecendo-se em 1931 em Reriutaba (antiga Santa Cruz), de onde se transferiu em 1932 para Camocim, ali constituindo a firma individual Murilo Aguiar, uma das mais importantes do norte do Estado, tornando-se, ao mesmo tempo, figura de prola da sociedade, no seio da qual desfruta de arraigadas simpatias e de todo o conceito”.

Devido a sua desenvoltura exerceu vários cargos na comunidade camocinense como diretor da **Associação dos Retalhistas**, Presidente da **Associação Comercial** e do **Banco Auxiliar Agrícola, Camocim Clube**, dentre outros. Fundou a **Voz de Camocim**.

Depois da experiência como deputado entre 1947-1950 onde foi membro da **Comissão de Indústria e Comércio** e Segundo Secretário em 1950, foi prefeito de Camocim entre 1954-1957.

Posteriormente retornou à Assembleia Legislativa como deputado eleito nas legislaturas de **1958, 1962, 1966 e 1982**. Nesta última legislatura aconteceu o infausto que causou sua morte:

Quando da renovação da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa em 1985, apresentaram-se à disputa dois candidatos: Murilo Aguiar e Castelo de Castro. O primeiro, apoiado pelo Governador do Estado, Gonzaga Mota, enquanto Castelo de Castro recebia o beneplácito da oposição e do Presidente da Casa, Aquiles Peres Mota. A previsão do resultado de empate favorecia o mais velho, no caso Murilo

Aguiar. A votação decorreu em clima dos mais tumultuados na história do Legislativo Cearense. Quase no final da apuração, o Presidente concluiu pela anulação de um voto favorável a Murilo Aguiar, determinando a vitória de Castelo de Castro. Não suportando o impacto do resultado, viu-se acometido de infarto do miocárdio, falecendo logo após atendimento hospitalar. Como homenagem dos deputados, foi dado o seu nome ao Auditório da Assembleia Legislativa do Ceará. Como homenagem dos deputados, foi dado o seu nome ao Auditório da Assembleia Legislativa do Ceará. Murilo Aguiar faleceu, em Fortaleza, a 1º de março de 1985, antes de concluir seu mandato.



FERNANDO MAIA
DIÁRIO
POLÍTICO

Morte e renúncia

“Companheiro, como é que você fez isso comigo?” Essa frase, foi proferida pelo deputado Murilo Aguiar, após Aquiles Peres Mota declarar a vitória de Castelo de Castro, na última eleição registrada para a escolha de presidente na Assembleia Legislativa do Ceará, em 1985. Portanto, há 31 anos. A eleição terminou com os dois candidatos rigorosamente com o mesmo número de votos e, pelo critério de idade, Murilo venceu o pleito, consagrando-se como novo presidente. Murilo era o candidato do Governo e Castelo de Castro, apadrinhado por Aquiles, que presidia a eleição, representava a oposição. Não é, portanto, teimosia do deputado Sérgio Aguiar disputar a presidência da Assembleia Legislativa. Para ele, trata-se de uma questão de honra, que diz respeito a uma tradição familiar que remonta ao século passado. Está no seu DNA. Ontem, Aguiar voltou ao governador que já lhe fizera, anteriormente, um apelo para renunciar, com o objetivo de comunicar ao chefe do Executivo, que face a compromissos assumidos com o grupo que o apoiava, não renunciaria ao seu direito de enfrentar o deputado José Albuquerque, candidato “in pectore” do sistema dominante que tem a frente o governador Camilo Santana. A morte do avô por ataque fulminante do coração na conturbada sessão que o alijou de uma eleição ganha, tem sido uma das razões que estimulam o primeiro-secretário da atual mesa diretora, a manter a continuidade do seu propósito, mesmo sabendo das consequências a sua estabilidade política no “day after”, sem o apoio do Governo nas suas bases eleitorais. Sérgio Aguiar entende que não há mais como recuar e tocará o que encara como desafio: derrotar não apenas o seu contendor, mas o próprio governador, por considerar que é da competência dos deputados a escolha do presidente da “Casa do Povo”.

Fonte: MAIA, Fernando. Diário Político. *Jornal O Estado*, 24 nov. 2016.

Trinta e um anos depois os jornais cearenses trazem os bastidores de mais uma disputa pela Presidência da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Ceará que envolve um membro da Família Aguiar, desta vez, um dos netos de Murilo, **Sérgio Aguiar** (PDT), atual primeiro se-

cretário que, com o atual presidente **Zezinho Albuquerque**, também do PDT, próxima quinta-feira, 01 de dezembro de 2016. Que tudo ocorra dentro da tradição

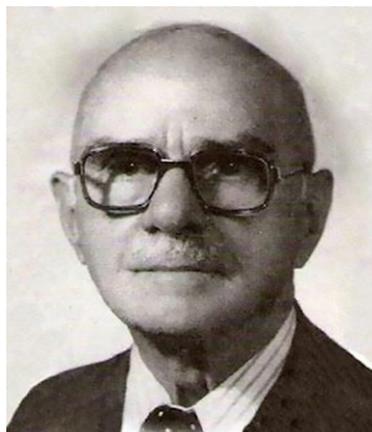
Fontes:

Deputados Estaduais: 16ª legislatura, 1963-1966. Fortaleza: INESP, 2006. p.161.

Jornal O Estado, 24/11/2016.

Anésio Frota Aguiar (Frota Aguiar)²

Figura 47 - Anésio Frota Aguiar. Fonte: CPH



Ele já foi motivo de postagem no blog, destacando-se seus escritos na seção “ESCRITORES DE CAMOCIM”. Hoje, abrindo mais uma série, procuraremos destacar os camocinenses que se destacaram mundo afora no campo da política. Daí, pesquisando, encontramos a ficha de Frota Aguiar publicada no site da Câmara dos Deputados, que reproduzimos abaixo.

FROTA AGUIAR - UDN/GB

Anésio Frota Aguiar

Nascimento: 7/8/1901.

Naturalidade: Camocim, CE.

2 Postado no Sábado, 28 de abril de 2012. Disponível em: <https://camocimpotedehistorias.blogspot.com/search?q=Frota+Aguiar>

Profissões: Advogado, Comerciante e Funcionário Público.

Filiação: Francisco Felinto de Aguiar e Rosa Frota Aguiar

Mandatos (na Câmara dos Deputados):

Deputado Federal, 1952-1954, GB, UDN. Dt. Posse: 29/01/1952; Deputado Federal, 1955-1959, GB, UDN; Deputado Federal, 1960-1963, GB, UDN.

Suplências e Efetivações:

Assumiu, como Suplente, o mandato de Deputado Federal, na Legislatura 1959-1963, de 6 de julho a 1 de dezembro de 1960, e efetivado em 2 de dezembro de 1960, na vaga do Dep. Carlos Lacerda.

Filiações Partidárias:

UDN, -1965; PTB; MDB, 1965-.

Atividades Partidárias:

Vice-líder da UDN, 1957.

Atividades Parlamentares:

CÂMARAS MUNICIPAIS, ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS E CÂMARA LEGISLATIVA DO DF:

AL Guanabara: Vice-presidente, 1963-1967; CM-DF, 1947-1951.

CÂMARA DOS DEPUTADOS:

CPI: Para estudar a organização da administração acreana: Membro, 15 de julho de 1955; investigar denúncias da oposição sobre os créditos concedidos pelo Banco do Brasil ao jornal Última Hora: Relator, 1953.

Mandatos Externos:

Vereador, Rio de Janeiro/RJ, Partido: PTB, Período: 1947 a 1950 Deputado Estadual, N/D, Partido: UDN, Período: 1963 a Deputado Estadual, N/D, Partido: MDB, Período: 1967 a 1971 Deputado Estadual, N/D, Partido: MDB, Período: 1975 a

Atividades Profissionais e Cargos Públicos:

Trabalhou na Estrada de Ferro Central do Brasil, 1920; Delegado Distrital, DF; Delegado Auxiliar, DF; Delegado Especializado, DF; Presidente do Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro, 1971-1975.

Estudos e Cursos Diversos:

Primeiros estudos na cidade de Masapê-CE, curso secundário no Colégio Pedro II, Rio de Janeiro; Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais - Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Obras Publicadas:

Lenocínio como problema social do Brasil; O debatido Caso Pierrot; Palestras Policiais.

Fonte: http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=121915

Setembrino Fontenele Veras³

Figura 48 - Setembrino Fontenele Veras. Fonte: Deputados Estaduais: 14ª Legislatura 1955-1958. 2ª. Ed. – Fortaleza: INESP, 2006, p.139.



A figura de **Setembrino Veras** composta de seu óculos escuros e seu jipe 55 (ou seria 51?) era indefectível para os camocinenses. Apesar de ter sido deputado estadual, a memória de seus mandatos como vereador, vice-prefeito e prefeito de dois mandatos (1951-54 e 1967-71) ainda aparece nas conversas dos mais velhos em Camocim. Na cena política de **Camocim**, Setembrino Veras foi uma espécie de divisor ideológico quando do rompimento político de **Murilo Aguiar** e **Alfredo Othon Coelho**, como nos disse o Sr. **Orion Menezes**:

Aí o Murilo Aguiar disse: “vou lançar um candidato, o Vaqueiro da Esperança, Setembrino Veras”. Ele estava lá nas Amarelas, no terreno dele lá, ele vivia mais no interior. (...) O Murilo Aguiar lançou a candidatura dele, quando foi no outro dia o Setembrino entrou aqui no carro, foi foguete, às sete horas da noite. Vaqueiro da Esperança, botaram o apelido dele, aí o Setembrino ganhou

3 Postado na segunda-feira, 28 de novembro de 2016. Disponível em: <https://camocimpotedehistorias.blogspot.com/search?q=Setembrino+Veras>

a prefeitura, aí meteu o pau no outro candidato, ajeitou a cidade, aí começou a intriga do Alfredo Coelho com o Murilo Aguiar. Foi o rompimento.

Quando prefeito, Setembrino ficou conhecido pelo rigor na fiscalização da venda da carne e do peixe, tendo construído o **Curro Municipal (matadouro)**, a balastrada margeando o Rio Coreaú e a reforma do Mercado Público após um incêndio, dentre outras importantes de infraestrutura.

Na sua página do memorial dos deputados estaduais do Ceará está escrito:

Nasceu em Camocim/CE a 06.02.1918. Filho de José Zeferino Veras e Rosa Fontenele Veras. Faleceu a 23.12.1998. Agrimensor. Iniciou os estudos em sua cidade natal, concluindo a formação de cadete no Colégio Militar de Fortaleza. Frequentou a Escola Militar de Realengo, entretanto, não chegou a terminar seus estudos por motivo de doença. Retornando a Camocim, passou a exercer as atividades de agrimensor. Ingressou na política, sendo eleito Vereador de Camocim, chegando posteriormente a Prefeito, em dois mandatos, e Vice-Prefeito. Eleito Deputado Estadual na legislatura de 1955.

Fontes: Deputados Estaduais: 14ª Legislatura 1955-1958. 2ª. Ed. – Fortaleza: INESP, 2006, p.139-40.

Blog Camocim Pote de Histórias.

Onofre Muniz Gomes de Lima⁴

Figura 49 - Onofre Muniz Gomes de Lima.



Fonte: www.7bib.eb.mil.br.

Neste trabalho de recuperação biográfica dos parlamentares camocinenses, observamos que a maioria deles começava numa carreira militar e depois adentrava na política. Isso explica uma certa tradição militarista em **Camocim**, sendo sede de batalhão da Polícia Militar do Ceará, tendo representação do **Exército – Tiro de Guerra 10001** e da **Marinha do Brasil** com a **Capitania dos Portos**. Com o **General Onofre Muniz Gomes de Lima** não foi diferente. Ele nasceu em Camocim, no dia 17 de abril de 1891, filho de **Luís Gomes de Lima** e **Elisa Moniz Gomes de Lima**. No seu resumo biográfico temos:

Fez os preparatórios no Colégio Militar do Rio de Janeiro e Escola Militar de Porto Alegre, cursando em seguida a Escola de Artilharia e Engenharia de Realengo. Fez brilhante carreira militar, culminando com o posto de General. Foi Delegado Substituto da Comissão de Limite e Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguaí e adido militar do nosso governo no México.

4 Postado na terça-feira, 6 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://camocimpotedehistorias.blogspot.com/search?q=Onofre+Muniz>.

Foi também comandante da **10ª Região Militar**, sediada em **Fortaleza**. Na política, candidatou-se ao **Governo do Ceará** nas eleições de **1947**, mas foi derrotado pelo desembargador **Faustino de Albuquerque**, que tinha iniciado na magistratura como juiz em Camocim. Foi eleito **senador** (1951/1959), na legenda da coligação formada pelo **Partido Social Democrático (PSD)** e o **Partido Social Progressista (PSP)**, tendo desempenhado importantes funções, inclusive a presidência da **Comissão de Segurança Nacional**, em nossa principal casa legislativa.

Morreu em 23 de abril de 1969.

Fontes: CISNEIROS, A. *Parlamentares*; GIRÃO, R. *Ceará*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; SENADO. *Relação*; http://www.generals.dk/general/Lima/Onofre_Muniz_Gomes_de/Brazil.html. Acesso em: 10 de julho de 2008.

Fonte: www.7bib.eb.mil.br.

NOBRE, F. Silva. 1001 Cearenses Notáveis-F. Silva Nobre.

José Dias Macêdo (J. Macêdo)⁵

Figura 50 - José Dias Macêdo.



Fonte: <https://www.camara.leg.br>.

5 Postado na Sexta-feira, 11 de maio de 2012. Disponível em: <https://camocimpotedehistorias.blogspot.com/search?q=Jos%C3%A9+Dias+Mac%C3%AAdo>.

Continuando esta série, trazemos hoje os dados biográficos de **José Dias Macêdo** ou **J. Macêdo**, marca internacionalmente conhecida no mundo dos negócios, sendo um dos maiores empresários do Brasil. Além de uma escola que leva o nome de sua mãe, **Georgina Leitão Macêdo** (ou o Colégio da Dona Elzene), construída pelo grupo empresarial na casa onde nascera, as ligações desse homem com a cidade nos chegam através da memória dos camocinenses que se utilizaram de uma república de estudantes em Fortaleza, denominada Núcleo dos Estudantes de Camocim (**NEC**), em que grande parte das despesas eram pagas por J. Macêdo. Segue abaixo os dados capturados de sua biografia no site da Câmara dos Deputados.

José Dias Macêdo

Nascimento: 8/8/1919.

Naturalidade: Camocim, CE.

Profissões: Industrial e Economista.

Filiação: Manoel Dias Macêdo e Georgina Leitão Macêdo.

Mandatos (na Câmara dos Deputados):

Deputado Federal, 1959-1963, CE, PSD. Dt. Posse: 02/02/1959; Deputado Federal, 1963-1967, CE, PSD. Dt. Posse: 02/02/1963; Deputado Federal, 1967-1971, CE, ARENA. Dt. Posse: 02/02/1967.

Licenças:

Licenciou-se do mandato de Deputado Federal, na Legislatura 1963-1967, para tratamento de saúde, de 16 de abril a 3 de julho de 1963; de 7 de abril a 15 de junho, de 16 de julho a 11 de agosto, de 20 de setembro a 26 de dezembro de 1965. Licenciou-se do mandato de Deputado Federal, na Legislatura 1967-1971, para tratar de interesses particulares, de 3 a 28 de novembro de 1969; de 20 de abril a 18 de junho de 1970; e para tratamento de saúde, por 150 dias, a partir de 21 de agosto de 1968.

Atividades Parlamentares:

CÂMARA DOS DEPUTADOS:

COMISSÕES PERMANENTES: Economia: Membro efetivo, 1963 e 1967.

Atividades Profissionais e Cargos Públicos:

Diretor-presidente da J. Macedo S.A. Comércio Indústria e Agricultura, 2000.

Estudos e Cursos Diversos:

Educandário Fênix Caixeiral, CE; Economia, Universidade do Ceará.

Haroldo Sanford⁶

Figura 51 - Haroldo Sanford.

HAROLDO SANFORD BARROS

ARENA – ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL



Fonte: Deputados Estaduais: 19ª legislatura 1975 – 1978. Fortaleza: INESP, 2000, p. 89.

Minha lembrança do Sr. **Haroldo Sanford Barros** advém dos cartazes das campanhas políticas para Deputado Federal nos anos 1970 e 1980, quando era apoiado pelo grupo político do deputado estadual **Murilo Rocha Aguiar**. Nasceu em Camocim no dia 11 de setembro de 1925, filho do camocinense Antônio Fernando Barros e da sobralense Susana Sanford Barros, sendo chefe político por muito tempo na região de Meruoca. Seguiu carreira militar, ingressando em 1947 na **Academia Militar das Agulhas Negras**, depois na **Escola de Artilharia Antiaérea** em 1950, e, finalmente, na **Escola de Aperfeiçoamento de Comando de Oficiais** em 1957.

Na política, disputou as eleições para a Assembleia Legislativa do Ceará pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) no pleito de novembro de 1962. Eleito, tomou posse em fevereiro de 1963. Após o golpe de 1964, filiou-se à **Aliança Renovadora Nacional (Arena)**. Seguindo seus dados biográficos:

6 Postado na terça-feira, 29 de novembro de 2016. Disponível em: <https://camocimpotedehistorias.blogspot.com/search?q=Haroldo+Sanford>.

No pleito de novembro de 1966 foi reeleito deputado estadual na legenda da Arena, sendo empossado em fevereiro de 1967. Foi novamente eleito deputado estadual para as legislaturas de 1971 a 1975 e de 1975 a 1979, sempre na legenda da Arena. Nos trabalhos legislativos, foi primeiro-vice-presidente da mesa diretora da Assembléia por duas vezes e membro de diversas comissões técnicas ao longo de seus mandatos.

No pleito de novembro de 1978, disputou uma vaga para a Câmara dos Deputados. Eleito, tomou posse em fevereiro do ano seguinte. Com o fim do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979 e a conseqüente reorganização partidária, ingressou no Partido Democrático Social (PDS), agremiação que sucedeu a Arena no apoio ao governo.

[...] Reeleito deputado federal no pleito de novembro de 1982, tomou posse em fevereiro de 1983. [...] No Colégio Eleitoral, reunido em 15 de janeiro de 1985 em consequência da não-aprovação da emenda Dante de Oliveira, votou em Paulo Maluf. [...] Ainda em 1985, Sanford chegou a anunciar sua filiação ao PMDB, porém terminou por filiar-se ao Partido da Frente Liberal (PFL). Sua estada no PFL foi curta e no pleito de novembro de 1986 já estava filiado ao PMDB, no qual disputou a reeleição, obtendo apenas uma suplência. [...] No pleito de outubro de 1994 tentou voltar à Câmara, desta vez na legenda do Partido Progressista Reformador (PPR), mas só obteve uma suplência. Em outubro de 1998, foi mais uma vez derrotado na disputa de um mandato de deputado federal, agora na legenda do Partido Progressista Brasileiro (PPB). Teve quatro filhos.

Fonte: Deputados estaduais: 19ª Legislatura 1975 – 1978 / Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Memorial Deputado Pontes Neto. – Fortaleza: INESP, 2000.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sanford-haroldo>

Alfredo Veras Coelho⁷

Figura 52 - Alfredo Veras Coelho (Alfredinho).

ALFREDO VERAS COELHO

UDN - UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL



Fonte: Deputados estaduais: 16ª legislatura, 1963-1966. – Fortaleza: INESP, 1998. p. 206.

Em postagens muito anteriores, enfocamos dois parlamentares que tiveram assento na Câmara Federal e nasceram em **Camocim: Frota Aguiar** e José Dias Macedo. Retomando a seção “**Parlamentares de Camocim**”, vamos agora reportar os deputados estaduais, políticos mais próximos de nós, por terem vivido aqui e recebido o apoio eleitoral de seus munícipes, principalmente. Desse modo, enfocaremos hoje **Alfredo Veras Coelho**, nascido aos 24 dias do mês de abril, no ano da **Grande Depressão de 1929**, uma crise econômica que varreu o mundo. Para a região Nordeste, o alívio naquele ano foi ter havido um bom inverno, que interrompeu a seca que vinha desde 1926 e dali continuaria até a famosa **Seca de 1932**. Filho do coronel **Alfredo Othon Coelho** e **Hilda Veras Coelho**, “**Alfredinho**”, como ficou conhecido na intimidade familiar e entre a população camocinense, era também neto dos coronéis **Tomaz Zeferino Veras** e **Joaquim Francisco da Fonseca Coelho**, famílias tradicionais do município. Foi deputado estadual suplente na 16ª (1963-1966) e 17ª (1967-1970) legislaturas,

7 Postado na quinta-feira, 24 de novembro de 2016. Disponível em: <https://camocimpotedehistorias.blogspot.com/search?q=Alfredo+Veras+Coelho>.

assumindo em algumas ocasiões, como em 1964, beneficiado pela cassação de alguns deputados pelo golpe civil-militar daquele ano. No livro **Deputados Estaduais** encontramos seu resumo biográfico.

Agrônomo. Iniciou seus estudos na terra natal. Coursou o 1º e 2º graus no Colégio São João, em Fortaleza. Formado em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará. Com apenas 18 anos começou a mostrar seu dinamismo como Secretário do Prefeito de Camocim Francisco Coelho. Eleito Vereador por este município em 1950, [...]. Suplente de Deputado Estadual na legislatura de 1963. [...] Após o cumprimento de seu mandato, foi chamado para ocupar os cargos de Diretor Administrativo e Diretor Comercial da CEPESCA, hoje CEDAP, nos Governos Virgílio Távora e Aduino Bezerra. Diretor Administrativo do Banco de Desenvolvimento do Estado do Ceará - BANDECE, nos Governos Plácido Castelo e Gonzaga Mota. [...] através de seus esforços, Camocim foi o segundo município do interior brasileiro a conseguir energia da hidroelétrica de Paulo Afonso, substituindo os velhos motores a diesel nos distritos de Bitupitá e Arara. Esta façanha aconteceu no Governo do Presidente João Baptista de Figueiredo. Criador da Companhia de Turismo de Camocim, com a consequente construção do Hotel Municipal de Camocim. Conseguiu a primeira concessão de rádio para o município, instalando a Rádio Pinto Martins a 19.12.1981. Foi colaborador incansável de seu irmão Edilson Veras Coelho, quando este foi Prefeito de Camocim, no período de 1977 a 1982. Aposentou-se pela Secretaria de Agricultura como Técnico em Administração. Deixou para os que com ele conviveram uma lição de dignidade e trabalho, virtudes características de sua personalidade. Faleceu em dezembro de 1985.

Em 1986, através da Lei nº 11.187, de 09.06.86, o Governador **Gonzaga Mota** concedeu uma pensão mensal com base em dois terços do subsídio de deputado estadual à viúva **D. Terezinha Costa Coelho**.

Fontes: Diário Oficial do Estado do Ceará - 19.06.1986.

Deputados estaduais: 16ª legislatura, 1963-1966. – Fortaleza: INESP, 1998, p. 206.

Libório Gomes da Silva⁸

Figura 53 - Coronel Libório Gomes da Silva.

LIBÓRIO GOMES DA SILVA

ARENA – ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL



Fonte: Deputados estaduais: 19ª legislatura 1975-1978. Fortaleza: INESP, 2000, p. 116.

A localidade de Tremedal, distrito de Amarelas, Camocim-CE foi o berço de Libório Gomes da Silva. No dia 22 de julho de 1923, um domingo, Amâncio Gomes da Silva e Ana Augusta Pessoa da Silva viram nascer um menino que se tornou homem e nunca esqueceu sua terra natal. Tornou-se militar e político. No memorial dos deputados estaduais cearenses, o seu resumo biográfico nos diz:

Militar. Fez seus primeiros estudos na Escola Profa. Madalena de Castro e no Externato Santa Tereza de sua cidade natal, concluindo o 2o grau na Escola Prof. André Pessoa. Militar por formação e vocação, ingressou na carreira militar como soldado, em 1941, chegando à patente de Coronel, por merecimento, em 1966. Sua trajetória dentro da PM foi de invulgar brilhantismo. Delegado Especial em Aquiraz, Baturité, Coreau e Itapajé de 1946 a 1950; Tesoureiro Geral da Polícia Militar de 1954 a 1959; Assessor da Secretaria da Fazenda do Estado nas Administrações dos Generais Edson Ramalho e Assis Bezerra; Chefe da Casa Militar

8 Postado no sábado, 26 de novembro de 2016. Disponível em: <https://camocimpotedehistorias.blogspot.com/search?q=Lib%C3%B3rio+Gomes+da+Silva>.

do Governo do Estado, de 1966 a 1970; Superintendente da FUNCEME – Fundação Cearense de Meteorologia, de 1979 a 1982.

Sua atuação política foi expressiva e extremamente profícuca, e muitas as realizações e benefícios que carrou para o município de Camocim, que representou dignamente no Parlamento Estadual. Foi Deputado Estadual nas legislaturas de 1971/74 e 1975/78. No período de 1973 a 1975 foi 2o Secretário da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Entre suas realizações, podemos destacar a construção e implantação das seguintes obras:

Casa de Parto Ana Augusta Pessoa da Silva, no Distrito de Amarelas;

Galpão Comunitário no povoado de Tapuiú, no Distrito de Amarelas;

Creche Francisco de Souza Araújo, no lugar Montevidéu, mantendo 40 crianças, permanentemente;

Igreja Católica, no Distrito de Amarelas;

Posto Telefônico, no Distrito de Amarelas;

Extensão da Rede de Alta Tensão de Fortaleza a Camocim, beneficiando as cidades localizadas no percurso, inclusive o município de Sobral. Este Projeto contrariou pareceres da CHESF (Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco) e SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), que opinavam contrariamente, sob a alegativa de que a energia de Paulo Afonso não poderia se estender além de Fortaleza. A argumentação técnica do Engo. Alberto Tavares da Silva – Diretor da CENORTE (Companhia de Eletrificação do Nordeste), autor do projeto, provou que o referido sistema energético poderia se estender a Camocim, e até Parnaíba, dependendo de vontade política dos governantes da época; Estação telefônica automática;

Doação de 304 lotes de terra ao Instituto São José, destinados à venda em favor dos pobres;

Doação de uma quadra de terra ao Estado do Ceará, para a construção da Escola de 1º Grau Monsenhor José Augusto da Silva, no Governo Adauto Bezerra.

Libório Gomes da Silva faleceu em 25 de novembro de 2002. Em seu registro autobiográfico intitulado “De soldado a coronel: narração biográfica de Libório Gomes da Silva” está registrado:

Em 1970, Libório foi convidado para suceder a candidatura do deputado estadual Murilo Rocha Aguiar, líder em Camocim. Ele contou com o apoio e incentivo do prefeito Setembrino Veras, seu grande amigo e, nesse instante, deu início a sua carreira política. Contando com o grande apoio de Murilo Aguiar, que escreveu várias cartas para amigos e lideranças políticas em Camocim, iniciou seus primeiros passos em direção à sua candidatura. Muito respeitado em virtude do seu comportamento íntegro, recebeu apoio de outros municípios e outras lideranças que contribuíram significativamente para sua eleição. Eleito terceiro suplente em 30/12/1970, sem proventos do cargo, continuou a trabalhar em prol do povo de Camocim. Fortalecido pelo Governador César Cals de Oliveira Filho, candidatou-se a deputado e elegeu-se, cumprindo na íntegra o mandato de 1974 a 1978, assumindo a mesa diretora da Assembleia Legislativa, como segundo secretário. Concluindo o último mandato que lhe foi concedido, em razão da cota política de Murilo Aguiar para candidatar-se a deputado estadual, Libório, numa demonstração de fidelidade política, abriu mão da candidatura em prol do amigo, demonstrando, desse modo, seu caráter, sua dignidade e seu desprendimento político.

Atualmente em Camocim, pode-se perceber a sua fortuna nomenclatural em vários lugares, como:

Policlínica Coronel Libório Gomes da Silva (D.O.E. Lei Nº 14.549, de 21 de dezembro de 2009).

Escola de Ensino Fundamental Libório Gomes da Silva
Quartel da PM Coronel Libório Gomes da Silva

Fontes:

Deputados estaduais: 19ª legislatura 1975-1978 / Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Memorial Deputado Pontes Neto. Fortaleza: INESP, 2000, p. 116.

Diário Oficial do Estado do Ceará. Lei Nº 14.549, de 21 de dezembro de 2009.

RODRIGUES, Maria das Graças Gomes. De soldado a coronel: narração biográfica de Libório Gomes da Silva ; 2. ed. – Fortaleza: INESP, 2009.

Francisco Rocha Aguiar (Rocha Aguiar)⁹

Figura 54 - Francisco Rocha Aguiar.



Fonte: Deputados Estaduais. 20ª Legislatura. 1979-1982. Fortaleza: INESP, 2002, p. 88.

Prosseguindo no destaque dos parlamentares camocinenses, trazemos hoje Francisco Rocha Aguiar (Rocha Aguiar). Ano passado, comemorou-se o seu primeiro centenário. Mais ligado ao município de Ipu-CE, Rocha Aguiar foi o deputado estadual mais votado em Camocim nas eleições de 15 de novembro de 1978. A seguir, transcrevemos um perfil biográfico editado pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Nasceu em Camocim/CE a 02.03.1921, filho de Vicente de Paula Aguiar e Maria Virgínia Rocha Aguiar. Faleceu em Fortaleza, a 01.02.2001. Médico. Fez seus estudos iniciais em sua cidade natal e o secundário no Liceu do Ceará, em nossa capital. Formado em Medicina pela Universidade da Bahia em 1949. Principiou sua vida profissional na cidade de Potiraguá/BA, onde exerceu liderança política, chegando a ocupar as funções de Prefeito Municipal daquele município. De volta ao Ceará, veio fixar residência em Ipu, cidade onde desenvolveu sua atividade profissional, propiciando assistência médi-

9 Postado na quarta-feira, 20 de julho de 2022. Disponível em: <https://camocimpotedehistorias.blogspot.com/search?q=Francisco+Rocha+Aguiar>.

ca sobretudo à comunidade carente daquele município. Exercendo a clínica médica em caráter assistencial, ocupou paralelamente os cargos de Chefe do antigo Serviço Nacional contra a Peste, Chefe do Posto de Bouba do Ministério da Saúde, Chefe do Posto de Saúde do Município de Reriutaba, Chefe da Unidade Regional de Saúde em Pires Ferreira e Médico do antigo IAPFESP – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Funcionários do Ensino Superior, e do Corpo de Bombeiros. Consolidada sua atuação como médico humanitário, sentiu a necessidade de servir a coletividade de forma mais efetiva. Ingressou então na política, filiando-se em 1956 ao extinto Partido Social Democrático – PSD. Eleito Prefeito, exerceu mandato no período de 1967/1970. Sua administração foi pautada por grandes realizações e forte trabalho de cunho social. Sua esposa, Maria Antonieta Rocha Aguiar foi igualmente eleita Prefeita de Camocim, administrando a cidade no período de 1972/1976. Candidatando-se ao Parlamento Estadual nas eleições de 15 de novembro de 1978, recebeu consagração popular representada por 21.332 votos, obtidos nos municípios de Camocim, Chaval, Ipu, Ipueiras, Tianguá, Uruoca, dentre outros, que o fizeram Deputado Estadual. Na Assembléia Legislativa integrou as Comissões de Educação e Saúde, de Transporte e de Constituição e Justiça.

Fonte: Deputados Estaduais. 20ª Legislatura. 1979-1982. Fortaleza: INESP, 2002, p. 88-89.

Francisco de Paula Rocha Aguiar (Chico Aguiar)¹⁰

Figura 55 - Francisco de Paula Rocha Aguiar (Chico Aguiar).

FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR

PSDB – PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA



Fonte: Deputados Estaduais. 23ª Legislatura. 1991-1994/ – Fortaleza: INESP, 2007, p. 67.

Filho de **Murilo Rocha Aguiar** e **Maria Stela Rocha Aguiar**, nasceu a **04 de abril de 1947**, em Fortaleza/CE. Fez seus estudos no **Colégio São João**, em Fortaleza/CE. Formado em **Administração de Empresas**. Com a morte do pai, o Deputado Murilo Rocha Aguiar, em 1985, assumiu o seu legado político, inclusive sendo deputado constituinte como seu pai fora. No **Memorial dos Deputados Estaduais Cearenses**, sua biografia dar conta de uma extensa folha de serviços profissionais nas áreas de serviços público e privado, como mostramos abaixo: Gerente Administrativo-Financeiro do Grupo Financeiro Aplitec (1970-1973); Gerente Administrativo-Financeiro do Grupo Sul América Seguros (1974-1977); Membro Administrativo da Cagece (1983-1984); Membro do Conselho Superior Administrativo da Cohab (1985); e Diretor de Operações da IOCE (1986).

10 Postado na segunda-feira, 12 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://camocimpot-dehistorias.blogspot.com/search?q=Francisco++de+Paula+Rocha+Aguiar>.

Como deputado estadual exerceu cinco mandatos, destacando-se em várias funções. Segue-se um resumo de suas atividades legislativas.

1º Mandato: de 01.02.1987 a 31.01.1991.

Deputado Constituinte. Exerceu o cargo de 2º Secretário da Mesa Diretora no período de 1987- 1988

1988-1989 – Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação;

1989 – Líder do PMDB;

1989-1990 – Presidente da Redação de Leis;

Apresentou 23 emendas na elaboração da Constituição de 1989 e

Membro Titular da Comissão de Sondagens e Proposições na Constituinte de 1989.

2º Mandato: De 01.02.1991 a 31.01.1995.

1991-1992 – vice-Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças;

De 1993 a 1994 – Presidente da Assembléia;

De 08.10 a 31.12.1994 – Governador do Estado do Ceará, quando, como Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, o Governador Ciro Ferreira Gomes renunciou ao cargo para assumir o Ministério da Fazenda no Governo do Presidente Itamar Franco; e

De fevereiro a abril de 1995 – Líder do PSDB.

3º Mandato: de 01.02.1995 a 31.01.1999.

De 1995 a 1998 – Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação;

De 1995 a 1998 – vice-Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público;

De 1997 a 1998 – Líder do PPS;

Em 1998 participou da CPI das Carteiras de Estudantes e da CPI destinada a apurar irregularidades no pagamento dos benefícios dos aposentados rurais, ordenada pela Justiça.

4º Mandato: de 01.02.1999 a 31.01.2003.

De 1999 a 2003 – Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação; e

Em 2002 – Membro Titular da CPI destinada a apurar fraudes contra beneficiários do seguro obrigatório - DP-

VAT; e Indicado pela Presidência da Casa para integrar, como Membro Titular, o Conselho de Ética Parlamentar.

5º Mandato: de 01.02.2003 a 31.01.2007.

De 2003 a 31.01.2007 – Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação;

De 2003 a 01.2007 – Membro Titular da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público;

De 2003 a 01.2007 – vice-Líder do Governo;

Em 2006 – Presidente da CPI do Desmonte para apurar a dilapidação do patrimônio público nas Prefeituras Municipais do Estado do Ceará.

Exerceu, como Governador do Estado do Ceará, a missão de assinar, juntamente com o Presidente da República, o contrato de financiamento do Prodetur, e o Contrato de Financiamento, com o Banco Mundial, do Projeto Sanear.

Por sua atividade parlamentar foi laureado com várias comendas e títulos, conforme relação abaixo:

Comendas/Medalhas/Títulos

01. Comendas: Diploma de Amigo da Marinha (1987); Outorga de Ordem Estadual do Mérito de Renascença do Piauí, no Grau de Grão-Mestre (1993); Diploma Especial Comemorativo dos 140 anos da Banda de Música da Polícia Militar do Ceará (1994).

02. Medalhas: Medalha do Mérito Policial Militar (1993); Machadinha Simbólica do Corpo de Bombeiros (1993); Medalha do Mérito Bombeiro Militar (1994).

03. Títulos: de Cidadão Honorário das seguintes cidades de Barroquinha, Bela Cruz, Chaval, Ipu e Uruoca.

Em 2005 **Francisco Aguiar** teve seu nome aprovado pelo Legislativo Cearense para o **Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará**, onde exerce a função de Conselheiro, sendo presidente deste órgão entre 2006 a 2016.

Fontes:

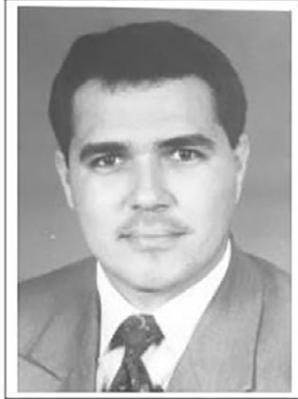
Deputados Estaduais. 23ª Legislatura. Fortaleza: INESP, 2007.
<http://www.tcm.ce.gov.br/tcm-site/composicao-Atual>.

Edilson Veras Coelho Filho¹¹

Figura 56 - Edilson Veras Coelho Filho.

EDILSON VERAS COELHO FILHO

PDT – PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA



Fonte: Deputados Estaduais: 23ª. Legislatura 1991-1994. Fortaleza: INESP, 2006, p. 179.

O ex-deputado **Edilson Filho**, como é mais conhecido em **Camocim** e região, concorreu a dois mandados para a **Assembleia Legislativa do Estado do Ceará**, nas eleições de **1990**, quando ficou na suplência, e de **1994**, quando foi eleito. Membro de importante família política no município, nasceu em 26.11.1963, filho de **Edilson Veras Coelho** e **Maria Fátima Silva Coelho**.

Em sua breve biografia no **Memorial dos Deputados Estaduais Pontes Neto**, da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, está escrito:

Administrador. Estudou os primeiros anos em Camocim, no Colégio 7 de Setembro, depois indo para o Colégio João Ramos (escola pública), onde fez a 7ª série. Em seguida, transferiu-se para Fortaleza, 1979, onde fez a 8ª série no Colégio Salesiano da Piedade, concluindo o 2º grau no Colégio Farias Brito. Em 1983, passou no vestibular da Universidade Federal do Ceará (UFC), para o curso de Administração. Nesse mesmo ano foi trabalhar

11 Postado na sexta-feira, 16 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://camocimpotedehistorias.blogspot.com/search?q=Edilson+Filho>.

na Imprensa Oficial do Ceará (IOCE), exercendo o cargo de Assessoria e Chefia de Almoxarifado. Devido às incompatibilidades de horário entre a Imprensa Oficial e a Universidade Federal, optou por transferir seu curso de Administração de Empresa para a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), onde colou grau em 1989.

Em 1990, aos 26 anos, foi candidato a Deputado Estadual obtendo 12.320 votos, assumindo o mandato em setembro de 1992, quando foi candidato a vice-prefeito do município de Camocim na chapa com Manuel Siqueira, que veio a falecer na campanha, faltando doze dias para a eleição.

No ano de 1994, candidatou-se novamente a Deputado Estadual e foi eleito com 19.752 votos. Depois deste mandato, não foi mais candidato a cargos eletivos até então.

Sua última função pública foi no cargo de Secretário de Desenvolvimento Sustentável do Município de Camocim, em 2006.

Fonte: Deputados Estaduais: 23ª. Legislatura 1991-1994. Fortaleza: INESP, 2006, p. 179.

Sérgio de Araújo Lima Aguiar (Sérgio Aguiar)¹²

Figura 57 - Deputado Sérgio Aguiar.



Fonte: al.ce.gov.br.

12 Postado na Terça-feira, 31 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://camocimpotedehistorias.blogspot.com/search?q=S%C3%A9rgio+Aguiar>.

Herdeiro de um capital político que remonta desde 1947 em Camocim, **Sérgio de Araújo Lima Aguiar** está no terceiro mandato como deputado estadual, obtendo as seguintes votações: em 2006, quando foi candidato pelo PSB substituindo seu pai, Francisco Aguiar, foi sufragado por 47.607 eleitores. Em 2010, ainda pelo PSB, obteve 67.357, votos ampliando também sua área de votação. Nas últimas eleições para deputado estadual, Sérgio Aguiar, atendendo orientação do grupo dos irmãos **Ferreira Gomes**, filiou-se ao PROS e atingiu a soma de 85.060 votos. Atualmente é filiado ao PDT. Sérgio Aguiar nasceu em 31 de janeiro de 1971. É neto de **Murilo Aguiar**, deputado constituinte de 1947, e filho de **Francisco Aguiar**, ex-presidente do **Tribunal de Contas dos Municípios (TCM)**. Foi vereador em Camocim aos 20 anos de idade e presidiu a **Câmara Municipal** (1993-1994). Em 1996, foi eleito prefeito e reeleito em 2000.

No seu currículo político consta ainda a passagem como assessor parlamentar do gabinete “do então Ministro da Integração Nacional, **Ciro Gomes**, em 2005”. É casado com **Mônica Aguiar**, atual prefeita de **Camocim** e pai de quatro filhas. Até a legislatura anterior, era da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, ocupando o cargo de Primeiro Secretário. É graduado em Administração de Empresas, Economia e Direito, com mestrado em Gestão Pública e Modernização Administrativa pela Universidade Internacional de Lisboa. Sua atuação legislativa se destaca pela defesa do empreendedorismo e “representa os segmentos produtivos da economia como turismo, comércio e serviços”. Tal atuação tem repercutido no estado, sendo escolhido por três vezes entre os Melhores da Política e Administração Pública do Ceará.

Ideologicamente, o deputado Sérgio Aguiar se situa como centro-esquerda e tem sua base eleitoral em vários municípios do Ceará, destacando-se Camocim, Barroquinha, Granja, Cruz, Uruoca, Forquilha, Ipu, Aracati, Pedra Branca, entre outros. No final de novembro de 2016, disputou a presidência da Assembleia Legislativa, mas foi derrotado por seu colega de partido Zezinho Albuquerque (PDT). Completa hoje 46 anos de idade.

Fonte: al.ce.gov.br
Anuário do Ceará 2015.

ATUALIZANDO: O deputado Sérgio Aguiar atualmente está no quarto mandato. Em 2018, concorreu pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), números 12888, obtendo a votação de 100.925 votos, o terceiro mais votado no seu partido. Em Camocim, sua votação atingiu a marca de 17.268 votos (51,03%).

Capítulo III

Eleições

Neste capítulo, o objetivo é mostrar como se deram as escolhas dos nossos administradores, trazendo os números dos pleitos eleitorais, um pouco das histórias das campanhas e outros processos políticos que marcaram as várias administrações do município, além de detalhes das composições das mesas diretoras da Câmara Municipal de Camocim.

Outrossim, face às conjunturas estadual ou nacional, ou mesmo pelas peculiaridades locais, tais períodos apresentaram especificidades diferentes, apresentando vários momentos de instabilidade política, mudanças de regime político e outros fatores.

Se no Brasil Colônia os poderes executivo, legislativo e judiciário eram exercidos pela Câmara Municipal, inspirado no modelo português, tendo a incumbência de coletar impostos, regular o exercício das profissões e do comércio, além de preservar o patrimônio público, tendo no Presidente da Câmara o chefe da administração pública, no Brasil Império a autonomia das Câmaras Municipais foi diminuída, com a centralização administração pública como um todo. A legislatura foi fixada em quatro anos e o Presidente da Câmara, eleito entre os vereadores mais votados, passou a ter obrigações comparáveis às do prefeito, atualmente, além das funções de vereador.

No início da República, as Câmaras Municipais foram dissolvidas e criados os Conselhos de Intendência, com responsabilidade exclusiva de gerir o poder executivo. O poder legislativo continuou com as Câmaras Municipais quando foram recompostas. No entanto, muitas vezes, o intendente era a mesma pessoa que presidia a Câmara, daí a confusão dos termos e funções. Os intendentes eram nomeados pelo Presidente de Estado, cargo equivalente ao de Governador, atualmente. Na docu-

mentação oficial, é possível observar vários intendentes num mesmo ano ou legislatura, visto que a permanência destes nos cargos estava condicionada às alterações da política estadual ou federal.

No início do século XX, em 1905, foi instituída a Intendência Municipal e a figura do Intendente Geral. A diferença é que a partir de então: *“Não mais há a coincidência entre os dois cargos, o de intendente e o de presidente da Câmara. No entanto, ao mesmo tempo em que os membros da câmara municipal — e, portanto, indiretamente o presidente da Câmara — são eleitos pelo povo, o intendente geral continua a ser apontado pelo presidente de cada estado”*.

Nesse sentido, embora a contagem dos prefeitos de Camocim comece a partir de 1919, com o Padre José Augusto da Silva, até 1930 os comandantes do poder executivo eram oficialmente chamados de “Intendente Geral”.

Com a Revolução de 1930, criou-se, finalmente, a figura do Prefeito e da Prefeitura Municipal, atribuindo-se as funções do Poder Executivo. Esse período em Camocim começa com a nomeação do Prefeito Gentil Barreira como interventor, posto que somente a partir da Constituição de 1934, os prefeitos seriam escolhidos pelo povo. No entanto, a partir de 1937 até 1945, quando da Ditadura Vargas, o cargo de prefeito “voltou a ser preenchido por apontamento dos governos federal ou estadual”.

Na lista abaixo, trazemos os nomes de intendentes e prefeitos do município de Camocim até o final da Era Vargas, período em que estes eram nomeados. A partir de 1945, procuramos discorrer sobre cada eleição, onde foi possível coletar informações.

INTENDENTES

1883 – Diogo José de Souza

1887 – Leonel Dias da Fonseca

1888 – Serafim Manoel de Freitas

1889 – Luís Gomes de Lima

1890 – Francisco Freire Napoleão

1890 – Francisco José Bernardo Teixeira (até nov.)

1891 - José Evangelista Barbosa

- 1891 – Quariguazil Barreto (mai.)
1891 - Raymundo Thiers (ago.)
1901 - 1902 – Dr. João Thomé de Saboia e Silva
1903 – Joaquim Inacio Pessoa
1903 – Zeferino Ferreira de Vêras
1904 - Zeferino Ferreira de Vêras
1909 - Zeferino Ferreira de Vêras
1912 - Severiano José de Carvalho (jan.)
1912 – Zeferino Ferreira de Vêras
1914 – Francisco Louzada
1917 – Tasso Augusto Napoleão

PREFEITOS

- 01 -1919 - Pe. José Augusto da Silva.
02- 1920 - Tenente Coronel José Vitorino de Meneses
03- 1921 - Moisés Cavalcante Rocha
04- 1923 - Francisco Nelson Pessoa Chaves
05- 1927 - Thomaz Zeferino Veras
06- 1930 - Dr. Gentil Barreira
07- 1935 - João da Silva Ramos
08- 1944 - Tenente João Batista de Souza Brandão
09- 1945 - Horácio Pessoa (março a junho)
10- 1945 - Antonio Alcindo Rocha - (jul. a out.)
11- 1945 - Antonio de Albuquerque Souza (nov)
12- 1945- Francisco Othon Coelho (dez.)
13- 1946 - Tenente Luís Marques de Souza
14- 1947 - José Pinheiro Pessoa.

Como afirma o historiador, sociólogo, cineasta e poeta camocinense Ruy Vasconcelos de Carvalho. “A versão do jogo político em Camocim nos fornece, em miniatura, os principais movimentos da política a nível nacional”.¹ Dessa relação de prefeitos acima referida, ele destaca a ascensão da família Veras nas primeiras quatro décadas do século XX. No entanto, essa trajetória já vinha sendo traçada desde o século anterior,

1 CARVALHO, Ruy Vasconcelos de. *O verbo contra o vento: as vilas volantes*. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, 1991, p. 65.

como se pode observar pelo nome de Zeferino Ferreira de Veras, intendente por várias vezes.

A verdade é que, desde o início do século até meados da década de quarenta, Camocim não conheceu políticos que estivessem distantes das patentes da Guarda Nacional. Tomás Zeferino Veras, que possuía o revelador apelido de “o papa-terras”, foi talvez, o político mais influente deste período. Ele viveu o suficiente para assistir a queda de Washington Luís, mas não o bastante para presenciar o início da Segunda Guerra. Foi sucedido por seu genro, Alfredo Coelho — que só não herdou-lhe também o apelido por uma dessas insondáveis complacências populares.²

Alfredo Coelho, como veremos mais adiante, continuará no comando político do grupo, com algumas posições contrárias, como a de Pedro Rufino. Na análise de Ruy de Vasconcelos Carvalho, os Veras-Coelho viam a política “apenas como meio de legalizar o seu apossamento ilícito de terras”. Mesmo no período revolucionário de 1930, esse procedimento das famílias Veras-Coelho não sofreu abalo, visto que “eles não possuíam adversários de peso. Além disso, sempre haviam encarado o poder como algo que lhes era inerente. Um bastão que passava de mão em mão, entre família”.³ Em outras palavras, a linha entre o âmbito privado e público era muito tênue nesse caso.

Período da Redemocratização em diante

O ano de 1945 foi marcante na política brasileira. Como nos diz o historiador Jorge Ferreira, entre fevereiro e outubro de 1945, o país viveu um “intenso processo de transição democrática”, começando pela famosa entrevista de José Américo de Almeida, rompendo o “cerco da censura” do Estado Novo, à deposição de Vargas, em 29 de outubro daquele ano. Na verdade, desde 1942 que o governo Vargas vinha dando

2 *Idem*, p. 65-66.

3 CARVALHO, Ruy Vasconcelos de. *O verbo contra o vento: as vilas volantes*. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, 1991, p. 67.

sinais de que preparava uma transição democrática sob seu controle. Contudo, os eventos políticos aceleraram essa transição, inclusive com uma vertente com Vargas liderando o processo, denominado de “queremismo”, que propunha uma “Constituinte com Getúlio”.

Com efeito, após a entrevista de José Américo de Almeida, em fevereiro de 1945, que exigia eleições livres e exaltava a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, outras ações se somaram na escalada de declínio do governo Vargas, como a perda de apoio dos altos escalões das Forças Armadas. Ainda em fevereiro, foram revogados os artigos constitucionais de “caráter repressivo da Constituição de 1937 e marcava para 90 dias o estabelecimento do calendário eleitoral”. Em maio, o Código Eleitoral estabeleceu que “eleições para presidente da República, deputados federais e senadores seriam a 2 de dezembro e, em maio de 1946, novas eleições para governadores e deputados estaduais”. Ainda em abril de 1945, um decreto “anistiou todos os condenados por crimes políticos desde 16 de julho de 1934”.⁴

Mesmo assim, os fatos políticos daquele ano de 1945 acabaram por deflagrar um golpe militar em 29 de outubro. Forças políticas militares e civis depuseram Getúlio Vargas, iniciando a desmontagem do Estado Novo e começando o que se convencionou chamar de “redemocratização”. O movimento seguinte foi a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita em 18 de setembro de 1946.

No plano local, ficamos com a análise de Ruy Vasconcelos de Carvalho:

O advento da Segunda Guerra, subitamente, sintonizou a cidade com o resto do mundo. Em torno do ondas curtas do sindicato dos ferroviários, a Beneficente, ouvintes repartiam-se entre integralistas e comunistas, unidos na tarefa de decifrar o que pudessem dos boletins de notícias do Serviço Brasileiro da BBC. Os integralistas, no entanto, não sobreviveram à guerra pelo menos institucionalmente. Os comunistas contavam com adeptos não

4 FERREIRA, Jorge. A transição democrática de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O Brasil Republicano 3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964. Terceira República (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 11.

só entre os ferroviários — que, então, representavam a mais influente categoria profissional da cidade. O sindicato dos estivadores era, além dos portões do mercado, o local favorito para as preleções de Pedro Rufino.⁵

A seguir, faremos um passeio pelos vários momentos eleitorais, de 1945 a 1982, não somente para oferecer os números das vitórias e derrotas dos pleitos, mas procurando situar Camocim no contexto político cearense e entrando, de quando em vez, nos meandros da cena política local.

Eleições de 1945

Com a redemocratização, as eleições voltaram a acontecer no Brasil. No Ceará, as eleições ocorreram em 2 de dezembro de 1945, para a escolha dos membros da Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela elaboração da Constituição de 1946, necessária para a restauração da estabilidade democrática após o Estado Novo varguista.

O vínculo dessa eleição com Camocim começa com a escolha de Gentil Barreira, prefeito nomeado pelo Estado Novo durante os anos de 1930 a 1935. Nascido em Solonópole, fez carreira na zona norte do Estado. Em Camocim, como prefeito, foram construídos em sua gestão o prédio da Prefeitura Municipal, os Correios e Telégrafos, o Mercado Público e a organização da planta da cidade, com a nomenclatura oficial de ruas e praças. Foi prefeito de Fortaleza em 1935 e deputado estadual de 1928 a 1930 e de 1935 a 1937.

5 CARVALHO, Ruy Vasconcelos de. *O verbo contra o vento: as vilas volantes*. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, 1991, p. 66.

Figura 58 - Dr. Gentil Pinheiro Barreira.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Gentil_Barreira.

Na escolha dos nomes para concorrer ao mandato de deputado federal pelo Ceará, a União Democrática Nacional (UDN), Gentil Barreira foi citado como “Dr. Gentil Barreira, advogado, residente nesta capital”.⁶ Foi o quarto mais votado com 13.942 votos. Deve ter sido bem votado em Camocim; contudo, não foi possível encontrar os números de votos por município.

Pelo estado do Ceará foram eleitos, além de dois senadores (Plínio Pompeu (UDN), natural de Ipu, e Olavo Oliveira, (PPS), nascido em Granja), 17 deputados federais, como mostra a tabela abaixo:

6 ATA DE ESCOLHA DOS CANDIDATOS AO PLEITO DE 02/12/1945 PELO PARTIDO UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL - UDN. Ata da décima quarta sessão da Executiva da UDN secção do Ceará. In: MOTA, Aroldo. *República*. Partidos Políticos. Atas. Fortaleza: ABC Editora, 2006, p. 20.

Relação dos Deputados Federais do Ceará - 1945⁷

DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS	PARTIDO	VOTAÇÃO	CIDADE ONDE NASCEU	UNIDADE FEDERATIVA
Fernandes Távora	UDN	23.024	Jaguaribe	CE
Paulo Sarasate	UDN	15.131	Fortaleza	CE
Moreira da Rocha	PSD	14.107	Fortaleza	CE
Gentil Barreira	UDN	13.942	Solonópole	CE
Beni Carvalho	UDN	12.175	Aracati	CE
Frota Gentil	PSD	11.673	Sobral	CE
Francisco Monte	PSD	11.630	Sobral	CE
Edgar Arruda	UDN	11.450	Fortaleza	CE
Stênio Gomes	PPS	10.952	Baturité	CE
João Adeodato	PPS	10.700	Sobral	CE
Raul Barbosa	PSD	9.626	Fortaleza	CE
Osvaldo Studart	PSD	9.522	Fortaleza	CE
Egberto Rodrigues	UDN	6.707	Fortaleza	CE
Fernandes Teles	UDN	6.667	Crato	CE
Alencar Araripe	UDN	5.991	Pereiro	CE
José de Borba	UDN	5.866	João Pessoa	PB
Leão Sampaio	UDN	5.553	Barbalha	CE

Eleições de 1947

Após o grande período varguista sem eleições, o pleito se deu em 19 de janeiro de 1947. Camocim teve uma participação especial nas eleições daquele ano para governador. É que os dois principais candidatos tinham raízes e relações políticas com Camocim. O general Onofre Muniz Gomes de Lima era camocinense e o desembargador Faustino de Albuquerque e Souza havia exercido a magistratura no município, no início de sua carreira, sendo o primeiro juiz da Comarca de Camocim.

⁷ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%B5es_estaduais_no_Cear%C3%A1_em_1947. Acesso em: 06 jun. 2022. Grifos nossos.

Além disso, o nome de Faustino de Albuquerque estava ligado ao apoio dos comunistas, embora não oficializado por ele e por seu partido. Contudo, esse apoio foi decisivo para a sua eleição. Em Camocim, o PCB tinha uma célula muito ativa e o resultado nas urnas confirmou a decisão dos comunistas em sufragar o seu nome.⁸

Votação de Faustino de Albuquerque⁹
Maioria superior a 80,01%

Município	Votos	Percentual
Camocim	3.080	84.33%

No cômputo geral, os números para a eleição de governador registraram uma votação de 147.911 votos para Faustino de Albuquerque e 124.852 votos para Onofre Muniz Gomes de Lima.¹⁰

No plano do legislativo estadual, Camocim começou a colocar seu nome no cenário cearense através de seus políticos locais. A candidatura do jovem comerciante camocinense Murilo Rocha Aguiar à Assembleia Legislativa, nas eleições de 1947, iniciou essa etapa, sendo eleito deputado constituinte naquele ano.

Nascido no contexto da Primeira Guerra Mundial (25 de novembro de 1914), aos 33 anos, Murilo Aguiar, como se disse antes, um próspero e jovem comerciante, resolve experimentar a política, depois de exercer vários cargos de relevância na cidade de Camocim, como presidente da Associação Comercial, Camocim Clube, Associação dos Retalhistas, entre outros. Além do mais, a política também estava no sangue da família Aguiar — seu avô Moysés Cavalcante Rocha havia sido prefeito de Camocim entre 1921 e 1923.

Tendo como área de atuação a região em que atuava como comerciante, Murilo Aguiar acionou os seus contatos e se candidatou a deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN), obtendo 4.300 votos. Ficou entre os três primeiros colocados daquela sigla partidária:

8 Para uma melhor compreensão da inserção dos comunistas em Camocim, ver: SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Cidade Vermelha: A militância comunista nos espaços do trabalho. Camocim-CE. (1927-1950)*. Fortaleza: UFC/BNB/TRT-CE.2007. Coleção Mundos do Trabalho.

9 Fonte: T.R.E. Cf. “Gazeta de Notícias”. Fortaleza, 4 fev. 1947. p. 3. *Apud* NOCA, Francisco Wilson. *Sermões, matracas e alcatrão: religiosos e comunistas na luta pelo poder. 1946-1950*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora/Fundação Cultural de Fortaleza, 1996, p. 153.

10 Ata da Eleição de 1947 para Governador. Fonte: TRE-CE, p. 3.

Figura 59 - Trecho da Ata da Eleição de 1947.

U. D. N.

1 - Antônio Perilo de Sousa Teixeira ...	4.368
2 - Adail Barreto Cavalcante	4.521
3 - Murilo Rocha Aguiar	4.300

Fonte: TRE-CE, p. 6.

Nas eleições de 1947, Camocim pertencia à 25ª Zona Eleitoral do Estado do Ceará. Nesse pleito, as principais famílias políticas do município — Coelho, Veras e Aguiar — ainda não haviam se separado politicamente. Tanto é que Murilo Aguiar disputou o mandato de Deputado Estadual pela UDN. A cisão só se daria três anos depois, nas eleições de 1950.

No exercício do mandato, Murilo Aguiar foi eleito 2º Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, de 24 de março de 1950 a 13 de março de 1951.¹¹

No plano municipal, os resultados da eleição mostram o amplo domínio dessas famílias filiadas à União Democrática Nacional (UDN) sobre os demais grupos políticos representados pelo Partido Republicano (PR), onde se abrigavam os comunistas, e do Partido Social Democrático (PSD).

11 A Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará de 24 de março de 1950, traz a composição da Mesa Diretora. Presidente - Amadeu Furtado; 1º Vice-Presidente - Péricles Moreira da Rocha; 2º Vice-Presidente - José Crispino; 1º Secretário - José Ramos Torres de Melo; 2º Secretário - Murilo Aguiar; Suplentes - Augusto Tavares de Sá e Benevides e Silveira Aguiar. In: MOTA, Aroldo. *História Política do Ceará*. 1950-1954. Fortaleza: ABC Fortaleza, 1997, p. 347.

Camocim

CARGO	PARTIDO/ COLIGAÇÃO	SITUAÇÃO	CANDIDATO	VOTOS
Prefeito	UDN	Eleito	FRANCISCO OTTONI COÊLHO	2.609
	PR	Não Eleito	JOAQUIM ROCHA VERAS	761
	PSD	Não Eleito	JOÃO BRAGA FILHO	118
Vereador	UDN	Eleito	ALFREDO OTHON COELHO	489
	UDN	Eleito	JOSÉ MOACIR ROCHA AGUIAR	460
	UDN	Eleito	JOSÉ TERCEIRO FONTENELLE	388
	UDN	Eleito	SETEMBRINO FONTENELE VERAS	272
	UDN	Eleito	FERNANDRO TRÉVIA	246
	UDN	Eleito	LUIZ ALVES NÓBREGA	239
	UDN	Eleito	EDUARDO NORMANDIA DE ALBUQUERQUE	180
	UDN	Eleito	JOSÉ SILVESTRE MAGALHÃES	159
	UDN	Suplente	JOSÉ PAULA GOUVEIA	73
	UDN	-	VOTOS DE LEGENDA	-
	UDN	-	TOTAL DO PARTIDO	2.506
	PR	Eleito	PEDRO TEIXEIRA DE OLIVEIRA	484
	PR	Suplente	ODILON FRANCISCO DA ROCHA	93
	PR	Suplente	JOÃO FARIAS DE SOUSA	83
	PR	Suplente	JOSÉ PEREIRA DE SOUSA	43
	PR	Suplente	SOTERO LOPES	16
	PR	Suplente	ELIEZER RIBEIRO VERAS	16
	PR	Suplente	ALBANITA BRITO DE SOUSA	7
	PR	Suplente	CIRILO JOSÉ CALDAS	5
	PR	Suplente	JOÃO FERREIRA FERRO	4
	PR	-	VOTOS DE LEGENDA	-
	PR	-	TOTAL DO PARTIDO	751
	PSD	Não eleito	JOAQUIM PEREIRA DE BRITO	82
	PSD	Não eleito	EDMUNDO PINTO DE ALMEIDA	62
	PSD	Não eleito	MANOEL PINHEIRO DA ROCHA	36
	PSD	Não eleito	MANOEL SALDANHA DE BRITO JÚNIOR	27
	PSD	-	VOTOS DE LEGENDA	-
	PSD	-	TOTAL DO PARTIDO	207
			VOTOS EM BRANCO	33
			VOTOS NULOS	66
			VOTOS VÁLIDOS	3.497

			QUOCIENTE ELEITORAL	389
			QUOCIENTE PAERTIDÁRIO	-
			UDN	8
			PR	1
			PSD	0

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/CE.

Figura 60 - Prefeito Francisco Ottoni Coelho (1947-1951).



Fonte: Memorial do Legislativo Camocinense.

Como dito acima, o Partido Republicano (PR) serviu de abrigo para as candidaturas de alguns nomes de lideranças comunistas no Estado do Ceará. Em Camocim, como observamos na fonte acima referida, tivemos os comunistas disputando a eleição para prefeito, através do Sr. Joaquim Rocha Veras (Quinca Veras) e para vereadores, elegendo o Sr. Pedro Teixeira de Oliveira (Pedro Rufino). Na avaliação de Ruy Vasconcelos de Carvalho, Pedro Rufino era

[...] proprietário de um jipe de fretes, era um pouco o Prestes da cidade. Elegeu-se vereador pelo PCB — em seu exíguo período de legalidade — e permaneceu fiel aos velhos dogmas stalinistas até sua morte, no início da década de setenta. Ele conseguiu o respeito de gregos e troianos [...].¹²

A eleição e atuação desse vereador podem ser acompanhadas nas atas das sessões da Câmara Municipal de Camocim, atuando de acordo

12 CARVALHO, Ruy Vasconcelos de. *O verbo contra o vento: as vilas volantes*. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, 1991, p. 66.

com o programa do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado no município em 1928.¹³

Eleições de 1950

Nas eleições de 1950, os principais partidos políticos do estado do Ceará formaram duas grandes coligações. A UDN, que vencera a eleição anterior para o Governo do Estado, se coligou com o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), vencendo a eleição majoritária para prefeito de Fortaleza com Paulo Cabral de Araújo.

A outra coligação, formada pelo Partido Social Democrático (PSD), Partido Social Progressista (PSP) e Partido Republicano (PR), venceram a eleição para governador com Raul Barbosa (PSD), vice-governador, Stênio Gomes da Silva (PSP) e para senador, o general camocinense Onofre Gomes Muniz (PSD).¹⁴

Não há dados registrados no Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) para as eleições municipais de Camocim em 1950. Apenas a informação de que o eleitorado de Camocim era de apenas 2.413 eleitores¹⁵

Como dito acima, em 1950 é quando se dá o rompimento entre as famílias já tradicionais na política — Aguiar, Coelho e Veras. A partir daí, uma rivalidade surge, fazendo com que as famílias passem para o imaginário popular a ser reconhecidas por apelidos que durariam décadas na política camocinense. Os Aguiar seriam os “Cara Preta” e os Coelho/Veras, os “Fundo Mole”.

Ruy Vasconcelos de Carvalho contempla na sua versão sobre os fatos um antagonismo entre os grupos que ora se separavam, em relação ao contexto político nacional. Para ele, os Veras-Coelho representavam o passado e que “até então haviam sido avessos ao contato direto com

13 Para um maior conhecimento da presença dos comunistas em Camocim, ver: SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos; NASCIMENTO, Carlos Manuel do; ROCHA, Francisco Pereira. *Sobre Camocim*. Política, trabalho e cotidiano. Sobral: Edições UVA, 2013.

14 MOTA, Aroldo. História Política do Ceará. 1950-1954. Fortaleza: ABC, 1997, p. 7-8.

15 Eleições 1950: Resultado. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza, 2003, p. 7.

os eleitores. Esquivos a comícios, não raro, evitavam comprometer-se com cargos majoritários através da indicação de testas-de-ferro”.¹⁶.

Figura 61 - Alfredo Coelho (ao centro, camisa branca e gravata) em reunião política com correligionários na empresa comercial Casa Coelho.



Foto: Arquivo Dr. Marcos Coelho (neto de Alfredo Coelho).

Já o perfil de Murilo Rocha Aguiar é associado com o novo tipo de burguês, representante da “emergente influência da classe média”. Assim o define o referido autor:

Um político capaz de suplantá-los [Os Veras-Coelho] deveria ser, antes de tudo, um aplicado comunicador. Além disso, deveria ter algo de um *self made man*, ter ascendido às próprias custas, ser jovem e ter carisma. [...] Murilo Aguiar iniciou comerciando com farinha de mandioca no eixo Belém- Camocim. Narra-se que trocou café por uísque, em transações de algum risco, na Barra do Timonha. [...] Na época em que ascendeu na política, era o representante do Lloyd em Camocim e proprietário de um armazém de secos e molhados. [...] Murilo era um homem assemelhado com Juscelino. E, através dele, mais do que nunca, a cidade sentia-se sintonizada com o sul do país. Pessoalmente, era tratável e simpático. Gostava de vestir-se bem e era afeito a cumprimentos e discussões. Nos palanques, era imbatível. Nunca teve o pudor de solicitar a esforçados colegas a redação de seus discursos,

16 CARVALHO, Ruy Vasconcelos de. *O verbo contra o vento: as vilas volantes*. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, 1991, p. 68.

embora fosse bom de improviso e um criador de frases de efeito. Ele era, de fato, o homem que conseguiu medir forças com a velha oligarquia. E seu prestígio nunca foi maior do que quando, em 1955, Juscelino e Jango, em plena campanha presidencial, desembarcaram em Camocim para um comício relâmpago. A cidade incendiou-se. E Murilo tornou-se tão popular que, segundo um dito da época, dentro de Camocim ele não perdia eleição, “ainda que candidatasse uma porca”.¹⁷

Existem algumas versões sobre essa história que fazem parte do folclore político do município de Camocim, que podem ser conferidas em alguns livros de historiadores e memorialistas locais.¹⁸ Versões à parte, pode-se perceber a partir daí o crescimento da liderança de Murilo Aguiar na região norte do Ceará. Na eleição para prefeito os Aguiar venceram com Setembrino Veras,¹⁹ derrotando seus adversários e consolidando o grupo formado por Murilo Aguiar. Devido ao rompimento já aludido, Murilo Aguiar não concorreu às eleições, pois ficou sem legenda pela UDN.

Os registros locais apontaram os seguintes candidatos eleitos.

Setembrino Fontenele Veras – Prefeito

VEREADORES:

Joaquim Pereira de Brito – Presidente da Câmara

Francisco Veras Fontenele

Francisco Martiniano Marques

Francisco de Paulo Rocha

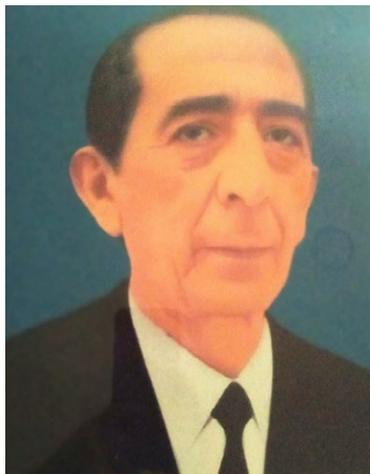
17 CARVALHO, Ruy Vasconcelos de. *O verbo contra o vento: as vilas volantes*. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, 1991, p. 68-70.

18 Para versões mais utilizadas desta história ver: SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos; NASCIMENTO, Carlos Manuel do; ROCHA, Francisco Pereira. *Sobre Camocim*. Política, trabalho e cotidiano. Sobral: Edições UVA, 2013 e TRÉVIA, José Maria Sousa. *Memórias de um saudosista*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017, p. 44-47.

19 Transcrevemos aqui mais uma versão para as alcunhas dos partidos em Camocim: “Neste meio termo, Setembrino Veras, um colaborador próximo de Murilo e duas vezes prefeito de Camocim, montou um bloco carnavalesco em que os integrantes apareciam com os rostos pintados de preto. Reza a tradição que é daí que provém a alcunha Cara Preta, impingida pelos Fundo Mole a seus adversários. In: CARVALHO, Ruy Vasconcelos de. *O verbo contra o vento: as vilas volantes*. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, 1991, p. 70.

Francisco Ottoni Coelho
José Hindenburg Sabino Aguiar
João Oldernes Fiúza Lima
João Demétrio Tahim
José Silvestre Magalhães
(Suplente) Manuel Saldanha de Brito Júnior.²⁰

Figura 62. Prefeito Setembrino Veras. 1951-1955.



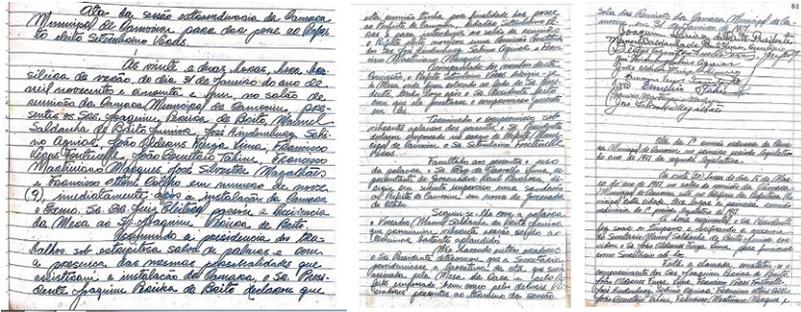
Fonte: Memorial do Legislativo Camocinense.

Naquela época, a posse dos eleitos se dava na data de 31 de janeiro do ano seguinte. Desse modo, a Câmara Municipal de Camocim marcou para a noite de 31 de janeiro de 1951 as solenidades de posse dos vereadores e eleição da Mesa Diretora da Câmara, além da posse do prefeito eleito Setembrino Fontenele Veras.

Os relógios marcavam 22 horas quando começou a Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Camocim para dar posse ao prefeito eleito, introduzido no recinto da Sala de Reuniões da Câmara pelos vereadores José Hindenburg Sabino Aguiar e Francisco Martiniano Marques. Na verdade, essa sessão começava seguidamente à anterior, de instalação da Câmara, que havia começado às 20 horas. Talvez pelo adiantado da hora, o secretário foi sucinto na redação da ata que narra o evento, seguindo um modelo de praxe. Segue a cópia do referido documento:

²⁰ Fonte: SANTOS, Carlos Augusto P. dos. *O parlamento camocinense*. Fatos Históricos. 1879-2019. Sobral-CE: SertãoCult, 2020, p. 52-53.

Figura 63 - Ata de posse do Prefeito Setembrino Fontenele Veras. 1951.



Fonte: 2º Livro de Atas da Câmara Municipal de Camocim, p. 82-83.

Quase sempre nesse tipo de solenidade, podemos observar a presença do juiz eleitoral e representantes do governo estadual e demais autoridades. Nesta em específico, além do juiz, registra-se a presença do funcionário público Eloy Carvalho Lima, representando o governador do Estado do Ceará, Raul Barbosa.

Eleições de 1954

Em 1954, foram eleitos para governador e vice-governador do Ceará, Paulo Sarasate Ferreira Lopes e Flávio Portela Marcílio, respectivamente, pela coligação União Democrática Nacional (UDN), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Republicano (PR), derrotando Armando Ribeiro Falcão e Raimundo Ivan Barroso de Oliveira, da coligação Partido Social Democrático (PSD), Partido Social Progressista (PSP) e Partido da Representação Popular (PRP).

Em 1954, uma nova configuração de disputa e rivalidade locais entre as famílias Aguiar x Coelho/Veras se estabeleceu para a eleição de deputado estadual, visando a uma representação na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Na disputa local, a família Aguiar ampliou sua base, disputando a Prefeitura e elegendo Murilo Aguiar para prefeito. Segundo a memória política dos mais velhos, foi eleito com “expressiva votação”. Infelizmente, o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, na referida eleição, não divulgou os números do pleito para termos ideia da “expressividade” da conquista de Murilo Aguiar, trazendo apenas a relação de prefeitos

eleitos de cada município.²¹ Da composição da Câmara, o grupo político liderado por Murilo Aguiar elegeu seis vereadores (José Maria Parente Viana, Amanajás Passos de Araújo, Francisco Veras Fontenele, Francisco Basílio Cardoso, Kleber Pessoa Navarro Veras e Luís Lopes Viana) contra três do grupo dos Coelho/Veras. (Alfredo Veras Coelho, João Demétrio Thaim e Gregório Francisco Alexandrino).

Murilo Aguiar já tinha mudado de partido e agora pertencia ao PSD, que indicou o seu amigo Setembrino Veras para disputar a cadeira de deputado estadual. A família Coelho tentou pela primeira vez uma representação no parlamento cearense com a indicação de Francisco Ottoni Coelho, pela UDN. Vejamos as votações de cada um em meio a outros postulantes:

Figura 64 - Trecho da Ata da Eleição de 1954. Votação de Francisco Ottoni Coelho (UDN): 1.960 votos.

 PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ -10-		 PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ -10-	
Francisco Barniva Xavier	7462	Francisco Barniva Xavier	7462
Nigoberto Ribeiro de Barros	7429	Nigoberto Ribeiro de Barros	7429
José Costa Lima	7396	José Costa Lima	7396
Guilherme Teles Gouveia	7302	Guilherme Teles Gouveia	7302
Edson da Mota Correia	6604	Edson da Mota Correia	6604
Manuel Gomes Sales	6495	Manuel Gomes Sales	6495
Celso Barreira Filho	6477	Celso Barreira Filho	6477
Cincinato Partido Leite	6256	Cincinato Partido Leite	6256
José Napoleão de Araújo	6176	José Napoleão de Araújo	6176
Liberto Ibsair de Aguiar	6158	Liberto Ibsair de Aguiar	6158
Rival de Melo Távora	6067	Rival de Melo Távora	6067
Antonio Barros dos Santos	6029	Antonio Barros dos Santos	6029
João Frederico Ferreira Gomes	5755	João Frederico Ferreira Gomes	5755
José de Encarnação	5503	José de Encarnação	5503
Quintílio de Alencar Teixeira	5503	Quintílio de Alencar Teixeira	5503
Aquiles Jurea Maia	5350	Aquiles Jurea Maia	5350
Augusto Douras de Sá e Benevides	5195	Augusto Douras de Sá e Benevides	5195
Péricles Gomes de Araújo	4967	Péricles Gomes de Araújo	4967
Francisco Edmilson Zimleiro	4763	Francisco Edmilson Zimleiro	4763
Luiziano Campos de Magalhães	4552	Luiziano Campos de Magalhães	4552
Abdonal Timó	4403	Abdonal Timó	4403
Raimundo de Moura Fê	4184	Raimundo de Moura Fê	4184
Raimundo Napoleão Ximenes	3107	Raimundo Napoleão Ximenes	3107
Uilary Magalhães Uchôa	2960	Uilary Magalhães Uchôa	2960
Francisco Pessoa de Araújo	2449	Francisco Pessoa de Araújo	2449
José Jorge de Sousa	2340	José Jorge de Sousa	2340
Francisco Ottoni Coelho	1960	Francisco Ottoni Coelho	1960
Pávila Ribeiro	1556	Pávila Ribeiro	1556
Antonio Teixeira Chagas	175	Antonio Teixeira Chagas	175
José Nereides Martins	13	José Nereides Martins	13

Fonte: TRE-CE, p. 10.

21 Além do Prefeito Murilo Aguiar, a Câmara Municipal de Camocim ficou composta por: José Maria Parente Viana (Presidente), Alfredo Veras Coelho, Amanajás Passos de Araújo, Francisco Veras Fontenele, Francisco Basílio Cardoso, Gregório Francisco Alexandrino, João Demétrio Thaim, Kleber Pessoa Navarro Veras, Luis Lopes Viana, Raimundo Nonato Vasconcelos e José Deolindo de Araújo — (Suplentes UDN) e Joaquim Pereira de Brito (Suplente PSD). In: SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *O Parlamento Camocinense. Fatos Históricos.* (1879-2019). Sobral: SertãoCult, 2020, p. 56.

Figura 65 - Eleição de 1954. Votação de Setembrino Veras (PSD): 4.664 votos.


 PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
 - 12 -

Expedito Maia Costa	3010
Lourival Azevedo Muehler	3712
Gerardo Pereira de Melo	3505
Francisco de Assis Arruda Pardo ..	1332
Francisco das Chagas Tito	1231
Usoel Batista de Oliveira	400
Tullington Pereira Godinho	266
Partido Social Progressista	
Francisco Deusimar Lima Cavalcante ..	6633
José de Juntas Neto	6370
Fláudio Aderaldo Castelo	6344
Francisco Julio Filizola	3333
Almano Isidoro de Alencar	3194
Antonio de Carvalho Rocha	3123
Francisco Vasconcelos de Arruda	4704
Setembrino Fontenele Veras	4664
Tibúrcio Valeriano Soares Diniz	4618
Usoel Martins de Lima	4198
José Crispino	4149
Mauri Honorato Cavalcante Filho	4090
Leuro Usiel Severiano	3735
Salustiano Rodrigues Pinto	2001
Antonio da Costa Leitão	2047
Luís de Souto Maranhão	2771
Eduardo de Almeida Sanford	2557
Alfredo de Abreu Pereira Marques	2353
Usoel Pasquim de Sobrinho Magalhães	2369
Osvaldo Brito Firuzza	2234
José Neves de Castro	2167
José Cláudio de Oliveira	2068

Fonte: TRE-CE, p. 12.

Para os já cognominados de “Cara Preta”, o triunfo de Setembrino Veras para a prefeitura em 1950 consolidou o grupo, a ponto de, terminado seu mandato, ele ter sido indicado por Murilo Aguiar para disputar a eleição de deputado estadual. Nas eleições de 1954, a rivalidade entre Fundo Mole e Cara Preta extrapolaram os limites do município, com cada grupo buscando eleger seu representante. A UDN candidatou Francisco Ottoni Coelho, prefeito entre 1947 e 1950, obteve 1.960 votos, não conseguindo se eleger. Já Setembrino Fontenele Veras, pelo PSD (que quatro anos antes tinha sido eleito prefeito com o bordão “Va-queiro da Esperança”, uma alusão ao “Cavaleiro da Esperança”, expressão nacionalmente atribuída ao líder comunista Luís Carlos Prestes), receberia 4.664 votos elegendo-se pelo PSD.

A eleição de Murilo Aguiar em 1954 para prefeito, por outro lado, iniciou uma hegemonia de mais de 20 anos de poder em Camocim até as eleições de 1976, só quebrada no biênio 1971-1972, quando os grupos políticos entraram em acordo. As eleições de 1970 para prefeito tiveram candidatura única. Os Coelho/Veras indicaram como candidato a prefeito Dr. José Maria Primo de Carvalho e os Aguiar indicaram o

vice, Sr. Luís Lopes Viana. Voltaremos a falar desse episódio adiante. Mais uma vez, o Tribunal Regional Eleitoral não divulgou os números oficiais da eleição, assim como de outros municípios do estado.

Vale ressaltar que a administração do comerciante Murilo Aguiar (1955-1958) se deu num período de grande seca em todo o Nordeste brasileiro. Mesmo assim, atuou para que o município tivesse um mínimo de estrutura. Respondendo a um questionário pelo autor do livro *Camocim Centenário. 1879-1979*, de Tóbis Monteiro, Murilo Alencar elencou as principais obras do seu período como prefeito (1955-1959):

- b) Construí o Serviço de Abastecimento D'água em convênio com o DNOCS;
- Construí o Mercado Auxiliar;
- Construí o calçamento das principais ruas;
- Construí várias unidades escolares, inclusive o prédio onde funciona a Escola Estadual Padre Anchieta;
- Construí estradas carroçáveis interligando Distritos;
- Porto: Obtive autorização do Presidente Juscelino Kubitschek para construção do cais de atracação e do armazém do porto, o que foi feito;
- Draga: Consegui a vinda de uma draga para abertura de nosso ancoradouro, mas com 35 dias de trabalho ela pifou, tendo sido rebocada para Natal a fim de ser consertada. Não mais voltou, uma vez que o Presidente Kubitschek já estava fora do Governo e a sua ordem anterior não foi integralmente cumprida;
- Rodagem: Consegui autorização presidencial para que fossem iniciadas as construções da estrada de rodagem Camocim-Coreaú e Chaval-Parnaíba, onde foram empregados cerca de 20.000 flagelados da seca de 1958;
- _ Campo de Pouso: Consegui recursos do Ministério da Aeronáutica para ampliação do nosso campo de pouso, onde foram empregados 600 pais de família que passavam fome, também na seca de 1958.²²

Muitas dessas obras e outras que vieram no mandato seguinte foram fruto do prestígio político de Murilo Aguiar junto aos governos estadual

22 MONTEIRO, Tóbis de Melo. *Camocim Centenário. 1879-1979*. Imprensa Oficial do Ceará (IOCE), 1984, p. 26.

e federal. Na campanha anterior para presidente da República, o candidato Juscelino Kubitschek esteve em Camocim realizando comícios e prometendo obras.

Figura 66 - Murilo Aguiar (segundo da esquerda para a direita) sendo recebido pelo presidente Juscelino Kubitschek. Rio de Janeiro, 1958.



Fonte: Arquivo Nacional.

Sobre a presença de Juscelino Kubitschek em Camocim, no período da campanha política de presidente da República, ver capítulo 1 (JK em Camocim).

Eleições de 1958

Nas eleições de 1958, o eleitorado camocinense ainda não passava de 6.500 votantes. A partir desse pleito, passou a pertencer à 32ª Zona Eleitoral do Estado, incluindo Camocim e Chaval. Compareceram às urnas 83,21% dos eleitores, perfazendo um total de 5.362 votantes, apresentando uma abstenção de apenas 16,79%, conforme mostra o documento abaixo:

Figura 67 - Eleições Municipais de 1958. Dados Estatísticos.

ZONAS	MUNICÍPIO	ELEITORADO	COMPARTECIMENTO		ABSTENÇÃO	
			NÚMEROS ABSOLUTOS	%	NÚMEROS ABSOLUTOS	%
24	Sobral	17.532	15.051	85,81	2.481	14,19
	Alicantara	1.485	1.378	94,00	88	6,00
	Miravaca	2.249	1.898	84,30	353	15,70
	Granja	4.918	4.321	87,84	597	12,14
25	Martinopolis	780	720	92,31	60	7,69
	Uroca	1.843	1.148	62,48	695	37,52
26	Mirreiros	2.840	2.500	88,03	340	11,97
	Abaiara	753	708	94,02	45	5,98
	Barro	3.898	2.591	66,41	307	10,59
27	Crato	11.536	9.929	86,07	1.607	13,93
28	Itazeiro do Norte	12.210	10.183	83,40	2.027	16,60
	Limoeiro do Norte	4.181	4.018	96,44	148	3,56
29	Alto Santo	1.676	1.501	89,58	175	10,44
	São João do Jaguaribe	1.577	1.480	93,85	97	6,15
	Tibauzinho do Norte	2.794	2.667	95,48	127	4,55
30	Acaratá	13.139	10.427	79,36	2.712	20,64
	Bela Cruz	2.879	2.153	74,78	726	25,22
31	Reboulosa	3.175	3.014	94,87	161	5,13
32	Camocim	6.444	5.362	83,21	1.082	16,79
33	Camurê	422	394	93,37	28	6,63
	Camde	7.641	5.615	73,36	2.027	26,64
	Itaira	2.166	1.861	85,92	305	14,08
34	Parapon	-	692	-	-	-
	Caridade	-	-	-	-	-
35	Cedro	4.935	4.318	87,50	617	12,50
36	Viçosa do Ceará	4.822	4.023	83,58	809	16,74
	S. Gonçalo do Amarante	3.965	3.466	87,41	499	12,59
37	Purucuru	2.445	3.058	125,07	337	13,78
	Itaiti	2.716	2.426	89,33	290	10,68
38	Chacata	8.438	7.472	88,57	964	11,43
39	Campos Sales	4.451	3.981	89,44	470	10,56
40	Independência	6.355	5.593	88,01	762	11,99
	Novo Oriente	1.276	1.142	89,50	134	10,50
41	Ipueiras	5.857	4.520	77,17	1.337	22,83
	Paranga	950	790	83,16	160	16,84
42	Itapagé	6.443	5.757	89,39	686	10,61
	Iracubá	2.005	1.672	83,39	333	16,61
43	Jardim	3.326	2.861	86,02	465	13,98
44	Juás	2.966	2.623	88,44	343	11,56
	Cariri	2.538	2.087	82,29	449	17,71
45	Sanana do Acaratu	2.573	3.113	120,99	460	17,89
	Marco	2.455	1.971	80,33	483	19,67
46	Mombembe	1.500	1.395	93,00	105	7,00
	Massapé	5.802	4.799	82,71	1.003	17,29
47	Senador Sa	774	665	85,92	109	14,08

Fonte: Boletim Eleitoral - Nr.20/61. TRE-CE, p. 7.

Um das formas de se consolidar um grupo político passa pelas vitórias nos cargos majoritários e proporcionais. Deste modo, o grupo liderado por Murilo Aguiar se fortalece mais ainda nas eleições de 1958 com a eleição de Carlos Trévia para prefeito e a volta de Murilo Aguiar à Assembleia Legislativa para seu segundo mandato.

Murilo Aguiar desta vez ficou em terceiro lugar entre os deputados eleitos pelo Partido Social Democrático (PSD), embora o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará não tenha informado a votação dos deputados, apenas a relação dos eleitos:

Figura 68 - Relação dos deputados eleitos pelo PSD.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES ELEITORAIS
SEÇÃO DE ESTATÍSTICAS ELEITORAIS

RESULTADO DA VOTAÇÃO PARA A CÂMARA ESTADUAL

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

CANDIDATO	SITUAÇÃO
Carlos Mauro Cabral Benevides	Eleito
Francisco Diógenes Nogueira	Eleito
Murilo Rocha Aguiar	Eleito
Antônio Paes de Andrade	Eleito
Esio Pinheiro	Eleito
Raimundo Gomes da Silva	Eleito
Jose Correia Pinto	Eleito
Emani de Queiroz Viana	Eleito
Joel Marques	Eleito
Antônio de Melo Arruda	Eleito
Almir Santos Pinto	Eleito
Joaquim de Figueiredo Correia	Eleito
Ernesto Gurgel Valente	Eleito
Franklin Gondim Chaves	Eleito
Candido Ribeiro Neto	Eleito
Hugo de Gouveia Soares	Eleito

Fonte: Eleições 1958: Resultado. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza, 2001, p. 114.

Mais uma vez o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará não fornece os números das eleições municipais, apenas a relação dos eleitos em 3 de outubro de 1958. Na Câmara Municipal, observa-se que o número de vereadores subiu de nove para onze edis em relação à legislatura anterior, conforme mostra o boletim eleitoral abaixo:

Figura 69 - Eleições Municipais de 1958. Eleitos no Município de Camocim.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA DE INFORMÁTICA
SEÇÃO DE ESTATÍSTICAS ELEITORAIS

ELEIÇÕES MUNICIPAIS de 03 de outubro de 1958
ELEITOS NO MUNICÍPIO DE CAMOCIM

CARGO	PARTIDO	CANDIDATO	VOTOS
PREFEITO	PSD-PSP	Carlos Trévia	-
VICE-PREF.		José Maria Parente Viana	-
V E R E A D O R	PSD-PSP	Pedro Vêras	-
		Raimundo Nonato de Vasconcelos	-
		Luis Lopes Viana	-
		Manoel Araújo Coutinho	-
		Jaime Geminiano de Sousa	-
		Joaquim Soares Parente	-
		Joaquim Pereira de Brito	-
	UDN-PR-PRP	Osmundo Rodrigues Campos	-
		Octávio de Santana	-
		Maria Carmelita Veras de Paula	-
		Tomaz de Aquino Cavalcante	-

Fonte: Boletim Eleitoral - Nrs. 13/59 e 14/59

Fonte: Nrs. 13/59 e 14/59. TRE-CE, p. 20.

Como podemos perceber, a coligação PSD-PSP (Cara Preta), capitaneada por Murilo Aguiar, elege o prefeito Carlos Trévia e mais sete vereadores, enquanto a coligação UDN-PR-PRP (Fundo Mole) fez qua-

tro vereadores apenas. Pelo documento, não é possível saber quem disputou a prefeitura com Carlos Trévia.

Figura 70 - Prefeito Carlos Trévia. (1959-1963).



Fonte: Memorial do Legislativo Camocinense.

Nessa legislatura, foi eleita a primeira mulher para o parlamento camocinense, a Sra. Maria Carmelita Veras de Paula (do grupo Fundo Mole), representante do então distrito de Barroquinha. Na solenidade de posse dos vereadores, realizada em 24 de março de 1959, outro vereador eleito por Barroquinha, Pedro Veras (da ala Cara Preta), por ter sido o mais votado entre os vereadores daquela legislatura, “assumiu a direção dos trabalhos”, declarando que a finalidade daquela sessão era a “instalação, posse dos vereadores e a constituição da Mesa da Câmara Municipal de Camocim”.²³

Para o legislativo estadual, a coligação PSD/PSP elegeu dois deputados estaduais ligados ao município de Camocim: Murilo Rocha Aguiar, eleito pelo PSD, e seu cunhado Francisco Aniceto Rocha (PSP), com votação majoritária no município de Uruoca-CE²⁴. No início da legislatura, Murilo Aguiar foi eleito terceiro secretário da Mesa Diretora

23 4º Livro de Atas. 1957-1962. Ata da Sessão Preparatória de Instalação, posse dos vereadores e constituição da Mesa da Câmara Municipal de Camocim. 24 de março de 1959. Arquivo da Câmara Municipal de Camocim. Nesta legislatura foi eleito Presidente da Câmara o vereador Joaquim Pereira de Brito.

24 No seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa (1947-1950), Murilo Aguiar foi eleito deputado constituinte, juntamente com seu sogro, o deputado Antonio de Carvalho Rocha (Tonico Rocha).

da Assembleia Legislativa, sob a presidência do deputado Almir dos Santos Pinto.²⁵

Figura 71 - Eleições para Deputado Estadual. 1958. Murilo Aguiar e Aniceto Rocha.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES ELEITORAIS
SEÇÃO DE ESTATÍSTICAS ELEITORAIS

RESULTADO DA VOTAÇÃO PARA A CÂMARA ESTADUAL

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

CANDIDATO	SITUAÇÃO
Carlos Mauro Cabral Benevides	Bleito
Francisco Diógenes Noqueira	Bleito
Murilo Aguiar	Bleito
Antônio Paes de Andrade	Bleito
Elói Pinheiro	Bleito
Raimundo Gomes da Silva	Bleito
José Correia Pinto	Bleito
Emami de Queiroz Viana	Bleito
Joel Marques	Bleito
Antônio de Melo Amada	Bleito
Amir Santos Pinto	Bleito
Joaquim de Figueiredo Correia	Bleito
Ernesto Gurgel Valente	Bleito
Franklin Gondim Chaves	Bleito
Cândido Ribeiro Neto	Bleito
Hugo de Gouveia Soares	Bleito

UNião DEMOCRÁTICA NACIONAL

CANDIDATO	SITUAÇÃO
Filomon Fernandes Teles	Bleito
Edival de Melo Távora	Bleito
Manuel Castro Filho	Bleito
Chorizado Furtado Leite	Bleito
Guilherme Teles Gouveia	Bleito
Aquiles Petes Mota	Bleito
João Frederico Ferreira Gomes	Bleito
Edmundo Rodrigues dos Santos	Bleito
Quintillo de Alencar Teixeira	Bleito
José Adauto Bezerra	Bleito
Edison da Moura Correia	Bleito
José Napoleão de Araujo	Bleito
Antônio Barros dos Santos	Bleito
Abelardo Gurgel Costa Lima	Bleito
Manuel Gomes Sales	Bleito

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA - PSP

CANDIDATO	SITUAÇÃO
Percilio Monera da Rocha	Bleito
José Pontes Neto	Bleito
Francisco Aniceto Rocha	Bleito
Francisco Vasconcelos de Araujo	Bleito
Antônio de Oliveira Castro	Bleito
Amirino Lodi de Alencar	Bleito
Francisco Vitalino Mendes	Bleito

Fonte: Boletim Eleitoral 12/59. TRE-CE, p. 114.

Para o Governo do Estado, a liderança de Murilo Aguiar se manteve, com a maioria da votação para governador dada a José Parsifal Barroso (PSD) sobre Virgílio Fernandes Távora (UDN), com uma diferença de mais de 1.800 votos, conforme a tabela mostrada abaixo:

25 MOTA, Aroldo. História Política do Ceará. 1950-1954. Fortaleza: ABC, 1997, p. 351.

Figura 72 - Eleições para Governador. 1958. Votação no Município de Camocim.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
COORDENADORIA DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES ELEITORAIS
SEÇÃO DE ESTATÍSTICAS ELEITORAIS

RESULTADO DA VOTAÇÃO PARA A CÂMARA ESTADUAL

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

CANDIDATO	SITUAÇÃO
Carlos Mauro Cabral Benevides	Eleito
Francisco Diógenes Noqueira	Eleito
Murilo Rocha Aguiar	Eleito
Antônio Paes de Andrade	Eleito
ESIO Pinheiro	Eleito
Raimundo Gomes da Silva	Eleito
José Cortes Pinto	Eleito
Emílio de Queiroz Viana	Eleito
Joel Marques	Eleito
Antônio de Melo Arruda	Eleito
Amir Santos Pinto	Eleito
Joaquim de Figueiredo Correia	Eleito
Ernesto Gurgel Valente	Eleito
Franklin Gondim Chaves	Eleito
Cândido Ribeiro Neto	Eleito
Hugo de Gouveia Soares	Eleito

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

CANDIDATO	SITUAÇÃO
Filomon Fernandes Teles	Eleito
Edval de Melo Távora	Eleito
Manuel Castro Filho	Eleito
Cinonato Furtado Leite	Eleito
Guilherme Teles Gouveia	Eleito
Aquiles Pires Mota	Eleito
JOÃO FREDERICO FERREIRA GOMES	Eleito
Edmundo Rodrigues dos Santos	Eleito
Quintillo de Alencar Teixeira	Eleito
José Adauto Bezerra	Eleito
Edson da Mota Correia	Eleito
José Napoleão de Araújo	Eleito
Antônio Barros dos Santos	Eleito
Abeardo Gurgel Costa Lima	Eleito
Manuel Gomes Sales	Eleito

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA - PSP

CANDIDATO	SITUAÇÃO
Perciles Moreira da Rocha	Eleito
José Pontes Neto	Eleito
Francisco Anísio Rocha	Eleito
Francisco Vasconcelos de Araújo	Eleito
Antônio de Oliveira Castro	Eleito
Almino Lúcia de Alencar	Eleito
Francisco Vimar Pontes	Eleito

Fonte: Boletim Eleitoral 12/59. TRE-CE, p. 99.

Para o cargo do Senado Federal, o candidato Francisco Menezes Pimentel (PSD/PTB), apoiado por Murilo Aguiar, também levou nítida vantagem sobre o candidato da UDN/PSP, Olavo Oliveira, natural de Granja-CE, obtendo 3.355 votos contra 1.389, respectivamente.

Figura 73 - Eleições para Senador. 1958. Votação no Município de Camocim.

ZONAS	MUNICÍPIOS	Francisco Menezes Pimentel (PSD/PRB)	Olavo Oliveira (UDN/SP)	Votos em Branco	Votos Nulos	Votantes
29*	Limoeiro do Norte	1934	1440	561	79	4013
	Alto Santo	742	642	102	15	1501
	São João do Jaguaribe	572	762	107	39	1480
	Taboleiro do Norte	1483	997	162	25	2867
30*	Acarau	4913	3760	694	1060	10427
	Bela Cruz	500	1454	77	92	2153
31*	Barbalha	1624	1536	659	95	3914
32*	Camocim	3355	1389	473	145	5362
	Chaval	257	463	56	8	784
33*	Caninde	2797	1973	702	138	5610
	Paramoti	239	381	67	6	692
	Itaitira	892	771	160	38	1881
34*	Cedro	2147	1729	267	175	4318
	Viçosa do Ceará	1862	1203	110	70	3245
35*	General Tibúrcio	316	421	30	11	778
	São Gonzalo do Amarante	1762	1144	481	49	3465
36*	Paracuru	945	1704	371	38	3058
	Trairi	1407	807	172	40	2426
37*	Caucaia	3523	3396	462	91	7472
38*	Campos Sales	2050	1654	214	63	3981
	Independência	2056	2972	475	390	5593
39*	Novo Oriente	408	627	79	28	1142
	Ipuera	2166	1995	309	50	4520
40*	Poranga	619	116	41	14	790
	Itapagé	3477	1954	330	56	5757
41*	Itaragua	432	1110	123	7	1672
	Jardim	1232	1285	123	221	2861
43*	Jucás	1266	1083	223	31	2623
	Canas	1304	532	230	21	2087
44*	Santana do Acaraú	1001	988	144	360	3113
	Marco	867	1017	81	7	1972
	Morinhos	945	378	63	9	1395

Fonte: Boletim Eleitoral 12/59. TRE-CE, p. 106.

Voltando para a análise da volta de Murilo Aguiar ao parlamento estadual, observa-se que o líder camocinense, diferentemente da eleição de 1947, busca ampliar sua base política. Desse modo, seja por laços familiares ou comerciais, Murilo Aguiar obterá votos na eleição de 1958 nos municípios de Chaval, Granja, Uruoca, Massapê, Tianguá, Ubajara, Reriutaba e Ipu, principalmente. A base se ampliará ainda mais nas eleições posteriores até sair da vida pública, deixando-a como legado para a família Aguiar, que teve em seu filho Francisco de Paula Rocha Aguiar e seu neto Sérgio de Araújo Lima Aguiar (atual deputado estadual), continuadores desse assento na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Eleições de 1962

A coligação PSD/UDN realizada em 1962, que ficou conhecida como “União Pelo Ceará”,²⁶ foi mais do que uma estratégia para ganhar a eleição e manter o privilégio e *status* político de algumas famílias tradicionais da

26 Para uma leitura mais aprofundada sobre a União Pelo Ceará, ver: RIBEIRO, Francisco Moreira. A reação política conservadora: o caso da União Pelo Ceará. 2006, 213 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

cena política cearense. Segundo alguns analistas, no Ceará, as oligarquias eram frágeis a ponto de não poderem manter-se no poder por muito tempo. Daí a busca de coligações no sentido de sobreviverem no poder.

A “União Pelo Ceará”, portanto, foi mais do que a eleição. PSD e UDN encabeçaram uma coligação que já vinha se desenhando desde 1947 para vencer uma jovem liderança que se formava no estado: Carlos Ribeiro Jereissati do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), inaugurando um período na política cearense chamado de “tempo dos coronéis”, que perduraria até 1985.

Apesar de todo esforço coligativo das elites cearense, as eleições de 1962 não representaram a vitória plena da “União Pelo Ceará”:

A União pelo Ceará elegeu o governador, o vice e um senador. Até aí tudo bem. Mas perdeu a outra cadeira para o Senado, que ficou com Carlos Jereissati, da coligação PTB-PSP-PRT e PR. Com essa eleição, acontece a consolidação de duas lideranças estaduais muito representativas para esse quadro final do século; Virgílio Távora, o vencedor para governar o Ceará pela coligação UDN, PSD e PTN, e Carlos Jereissati, que conseguiu derrotar o esforço governamental de limitar sua candidatura.²⁷

Abaixo, trazemos o quadro completo dos eleitos para o Senado e Governo do Estado do Ceará nas eleições de 7 de outubro de 1962, para o quadriênio 1963-1966:

Senado da República:
Wilson Gonçalves – PSD
Suplente: Vicente Augusto – PSD
Carlos Jereissati – PTB
Suplente: Antônio Jucá – PTB
Governo do Estado
Virgílio Távora – UDN
Vice-Governador Joaquim Figueiredo Correia – PSD²⁸.

27 PARENTE, Francisco José C. O Ceará dos “coronéis” (1945 a 1986). In: SOUZA, Simone (Org.). *Uma nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 395.

28 CEARÁ. Assembleia Legislativa. Deputados Estaduais: 16ª legislatura, 1963-1966. Fortaleza: INESP, 1998, p. 19.

Para deputado estadual, Murilo Aguiar ficou entre os dez primeiros eleitos pela coligação “União Pelo Ceará”, com 6.855 votos, conforme mostra a tabela abaixo:

Aliança “União Pelo Ceará”

NOME DO CANDIDATO	VOTOS
CARLOS MAURO CABRAL BENEVIDES	10.834
HUGO DE GOUVEIA SOARES PEREIRA	9.125
JOSÉ ADAUTO BEZERRA	8.364
FRANCISCO DIÓGENES NOGUEIRA	7.990
RAIMUNDO GOMES DA SILVA	7.747
ERNANI DE QUEIROZ VIANA	7.468
JOEL MARQUES	7.236
MANOEL DE CASTRO FILHO	7.203
GUILHEME TELES GOUVEIA	6.962
MURILO ROCHA AGUIAR	6.855
MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS	6.695
JOSE CORREIA PINTO	6.504
FRANCISCO CASTELO DE CASTRO	6.422
JOÃO BATISTA DE AGUIAR	6.039
JOSÉ MÁRIO MOTA BARBOSA	5.839
ÉSIO PINHEIRO	5.699
FRANCKLIN GONDIM CHAVES	5.528
ALMIR SANTOS PINTO	5.470
JOSÉ DE FIGUEIREDO CORREIA	5.347
QUINTILIO DE ALENCAR TEIXEIRA	5.315
FILEMON FERNANDES TELES	5.310
CANDIDO RIBEIRO NETO	5.201
JOÃO FREDERICO FERREIRA GOMES	5.107
CINCINATO FURTADO LEITE	5.040
ANTONIO AFONSO DINIZ	4.923
STÊNIO DANTAS DE ARAÚJO	4.834
ANTONIO CUSTÓDIO DE AZEVEDO	4.701
SAMUEL LINS CAVALCANTE	4.699
ANTONIO DE MELO ARRUDA	4.696
JOSÉ NAPOLEÃO DE ARAÚJO	4.572

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará / Secretaria de Informática COESI/SESTE.

Nessas eleições houve disputa entre as famílias Aguiar e Coelho Veras para a disputa de deputado estadual. Alfredo Veras Coelho (Alfredinho) foi candidato pelo Partido Social Trabalhista (PST), obtendo apenas 2.367 votos, ficando na nona colocação do seu partido.²⁹ Para efeito de comparação, Murilo Aguiar obteve uma diferença de 4.488 sobre seu adversário. Infelizmente não temos os números para deputado estadual em Camocim para aquilatar melhor a votação dos dois candidatos locais em nosso município. Nessa legislatura (1963-1966), Alfredinho chegou a assumir o mandato em 1964 por conta de várias cassações de deputados pela ditadura militar. Na eleição, Alfredo Veras Coelho também concorreu às eleições para prefeito de Camocim e perdeu para João Batista Aguiar, irmão de Murilo Aguiar.³⁰

Nas eleições municipais de 1962, nota-se a desvinculação dos votos do prefeito e do vice-prefeito, sendo eleitos separadamente. João Batista Rocha Aguiar e Setembrino Fontenele Veras (PSD) disputaram com Alfredo Veras Coelho (Alfredinho) e Francisco das Chagas Sobrinho (Neném Lúcio) (UDN), respectivamente, obtendo-se os seguintes resultados:

29 Os deputados eleitos pelo Partido Social Trabalhista (PST) foram: Raimundo Ximenes Neto, José Blanchard Girão, José Fiúza Gomes e Aécio de Borba Vasconcelos. *In: CEARÁ. Assembleia Legislativa. Deputados estaduais: 16ª legislatura, 1963-1966. – Fortaleza: INESP, 1998, p. 21.*

30 Nas eleições de 1962, a legislação eleitoral permitia que o mesmo candidato pudesse concorrer a dois cargos diferentes, como foi o caso de Alfredo Veras Coelho, candidato a deputado estadual e a prefeito de Camocim.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ					
SECRETARIA DE INFORMÁTICA					
SEÇÃO DE ESTATÍSTICAS ELEITORAIS					
ELEIÇÕES MUNICIPAIS de 7 de outubro de 1962					
MUNICÍPIO DE CAMOCIM					
CARGO	PARTIDO	SITUAÇÃO	CANDIDATO	VOTOS	
PREFEITO	PSD	Eleito	João Batista Rocha Aguiar	2.905	
	UDN	Não Eleito	Alfredo Veras Coelho	1.712	
	VOTOS EM BRANCO			225	
	NULOS			203	
	PSD	Eleito	Setembrino Fontenele Veras	2.653	
VICE-PREFEITO	UDN	Não Eleito	Francisco das Chagas Sobrinho	1.797	
	VOTOS EM BRANCO			437	
VEREADOR	NULOS			158	
	PSD	Eleito	Luís Lopes Viana	336	
		Eleito	Amanajás Passos de Araújo	326	
		Eleito	Antônio Marques de Almeida	305	
		Eleito	Maurício Lacerda Rêgo	277	
		Eleito	João Oldernes Fiuzza Lima	265	
		Eleito	Luís Damião de Oliveira	230	
		Eleito	Raimundo Ferreira de Albuquerque	206	
		Suplente	Valdemar Bessa	168	
		Suplente	Joaquim Pereira de Brito	167	
		Suplente	Francisco das Chagas Teixeira	151	
		Suplente	João Ricardo da Silva	116	
		Suplente	Joaquim Soares Parente	71	
	UDN	Suplente	Maria Mendonça Vieira	55	
		Suplente	Hélio Ribeiro Veras	38	
		VOTOS DE LEGENDA			42
		Eleito	Maria Carmélia Veras de Paula	273	
		Eleito	Carlos Nóbrega	266	
		Eleito	Octávio de Sant'Anna	193	
		Eleito	Gregório Francisco Alexandrino	184	
		Suplente	José Maria Lúcio	181	
		Suplente	Raimundo Pereira Neto	162	
		Suplente	Tomás de Aquino Cavalcante	150	
		Suplente	Leocádio Ferreira Neto	127	
	Suplente	José Santiago Monteiro	89		
	Suplente	Francisco das Chagas Nascimento	78		
	Suplente	Francisco Soares Viana	48		
	Suplente	Abel Francisco Teles	43		
	Suplente	Alberto Thiers	33		
	VOTOS DE LEGENDA			23	
	VOTOS EM BRANCO			313	
	NULOS			128	
	APTOS			7.651	
VOTANTES			5.045		
ABSTENÇÃO			2.606		

Fonte: Ata Geral de Apuração.

Figura 74 - Prefeito João Batista Aguiar. 1963-1967.



Fonte: Memorial do Legislativo Camocinense.

Dois aspectos saltam aos olhos, notadamente na composição da Câmara Municipal de Camocim: o domínio da família Aguiar no executivo e legislativo e a configuração eleitoral do voto da zona rural dada à família Coelho/Veras — dos quatro vereadores eleitos pela UDN, três eram oriundos dos distritos de Barroquinha e Guriú (Maria Carmelita Veras de Paula, Carlos Nóbrega e Gregório Francisco Alexandrino, respectivamente). Desse modo, somente Octávio de Sant’Anna (1914-2016), Segundo Tenente (Ref) da Marinha Brasileira, foi eleito com a maioria dos votos da zona urbana.³¹

Figura 75 - Santinho de Convite Missa do 30º dia da morte de Octávio de Sant’Anna.



Fonte: <https://www.revistacamocim.com/2016/08/convite-missa.html>.

31 Dirigiu a Agência da Capitania dos Portos em Camocim de 1952 a 1957. Foi Presidente da Câmara Municipal de Camocim entre 1971 a 1972.

Por outro lado, pode-se perceber a força do sindicalismo local, elegendo vereadores e evidenciando as disputas entre as famílias tradicionais que também chegavam aos espaços de trabalho, acirrando a rivalidade entre PSD e UDN no seio do operariado camocinense. Nesse sentido, Maurício Lacerda Rêgo (estivador) e Luís Damião de Oliveira (salineiro) se elegeram pelo PSD. Francisco das Chagas Teixeira (Sindicato Rural) ficou na suplência. Pela UDN, José Santiago Monteiro e Tomás Aquino Cavalcante (estivadores) ficaram na suplência.

Eleições de 1966

As eleições de 1966 para o legislativo e executivo foram as primeiras no regime de ditadura civil-militar, após o golpe de 1964. A escolha do 15 de novembro como data de realização de eleições no Brasil foi instituída a partir de 1966, dentro das prerrogativas balizadas pelos famigerados Atos Institucionais baixados pelo governo militar:

A primeira previsão do 15 de novembro como data eleitoral veio no Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966, para os cargos de senador e deputado federal e estadual. A constitucionalização desse dia foi trazida pela Constituição Federal (CF) de 1967, no artigo 175, e valeu durante todo o regime militar. Nesse período, as eleições para os parlamentos nos três níveis (municipal, estadual e federal) mantiveram-se diretas. Não se elegiam pelo voto direto, por outro lado, os ocupantes dos cargos de presidente, governador e prefeito de capitais de estados e municípios considerados de segurança nacional.³²

Assim, o governador do Ceará foi escolhido de forma indireta em 3 de setembro de 1966, recaindo a escolha em Plácido Castelo e para vice-governador, Humberto Ellery. Ainda conforme ditava o AI-3, numa segunda fase foram eleitos em 15 de novembro de 1966 os senadores Paulo Sarasate e Menezes Pimentel, além de 65 deputados estaduais e 21 deputados federais.

32 Disponível em: <https://www.tre-sp.jus.br/imprensa/noticias-tre-sp/2020/Novembro/trinta-e-um-anos-depois-eleicao-volta-para-15-de-novembro>. Acesso em: 16 jun. 2022.

Em Camocim, nas eleições de 1966, no plano estadual, a rivalidade local entre Aguiar e Coelhos/Veras continua sem alteração. Murilo Aguiar é reeleito para o seu terceiro mandato e Alfredo Veras Coelho (Alfredinho) tenta novamente a eleição para deputado estadual, mas fica na suplência. Apesar de ambos pertencerem ao partido do governo militar, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o casuísmo da sublegenda permitia que as rivalidades locais ficassem abrigadas sob o mesmo teto, diferenciando apenas a numeração (Arena 1, Arena 2 e, às vezes, até Arena 3). A eleição de 1966 foi a primeira dentro do regime ditatorial e apontou os seguintes resultados para os candidatos a deputado estadual por Camocim:

MURILO ROCHA AGUIAR	DEPUTADO ESTADUAL	ARENA	ELEITO	7.927
ALFREDO VERAS COELHO	DEPUTADO ESTADUAL	ARENA	SUPLENTE	3.139

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.
Secretaria de Informática COESI/SESTE.

Como se pode perceber, ambos os candidatos aumentaram suas votações em relação à eleição de 1962. Mesmo assim, Alfredo Veras Coelho (Alfredinho) não conseguiu se eleger em 1966. Dentro de um quadro comparativo, nos municípios em que os dois foram votados na eleição, tivemos os seguintes resultados.

MUNICÍPIOS	MURILO ROCHA AGUIAR	ALFREDO VERAS COELHO
Fortaleza	395	359
Camocim	2.762	1.507
Chaval	277	109
Granja	808	13
Martinópolis	07	13
Moraújo	03	03
Viçosa do Ceará	15	747
Coreaú	26	43
Ipu	1.388	04
Acaraú	08	28
Bela Cruz	01	16

Marco	02	01
Massapê	982	01
Cariré	23	12
Tianguá	55	19
Reriutaba	605	05
Senador Sá	55	06
Canindé	03	10
Itapipoca	02	10
Cascavel	13	03
Capistrano	04	02

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará - Secretaria de Informática COESI/SESTE.

Nas eleições municipais, o grupo liderado por Murilo Aguiar retorna com a indicação de Setembrino Fontenele Veras (Arena 1) para disputar a prefeitura contra Francisco das Chagas Sobrinho, o Neném Lúcio, (Arena 2). Para essa eleição, a legislação eleitoral vinculou os votos de prefeito e vice-prefeitos, instituindo o bipartidarismo: ARENA, como partido do governo, e MDB, a oposição consentida. Os resultados podem ser verificados na tabela abaixo:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ						
SECRETARIA DE INFORMÁTICA						
SEÇÃO DE ESTATÍSTICAS ELEITORAIS						
ELEIÇÕES MUNICIPAIS de 15 de novembro de 1966						
MUNICÍPIO DE CAMOCIM						
CARGO	PARTIDO	SITUAÇÃO	CANDIDATO	VOTOS		
PREFEITO	ARENA 1	Eleitos	Setembrino Fontenele Veras	2.737		
VICE-PREF.			João Oldernes Fiuza Lima	2.737		
PREFEITO	ARENA 2	Não Eleitos	Francisco das Chagas Sobrinho	2.013		
VICE-PREF.			Osmundo Rodrigues Campos	2.013		
VOTOS EM BRANCO				389		
NULOS				302		
TOTAL DE VOTANTES				5.482		
VEREADOR	ARENA 1	Eleito	Carlos José P. Navarro Veras	417		
		Eleito	Luís Lopes Viana	370		
		Eleito	Raimundo Filomeno Ferreira	326		
		Eleito	Antônio Marques de Almeida	325		
		Eleito	Raimundo Ferreira de Albuquerque	299		
		Eleito	Joaquim Pereira de Brito	292		
		Eleito	Manuel Soares Veras	224		
		Suplente	Luís Damião de Oliveira	217		
		Suplente	Francisco das Chagas Teixeira	200		
		Suplente	Valdemar Bessa	182		
		VOTOS SÓ DE LEGENDA				-
	VOTOS DO PARTIDO				2875	
	ARENA 2	Eleito	Raimundo Pereira Neto	340		
		Eleita	Maria Carmelita Veras de Paula	258		
		Eleito	Antônio Minguiera Braga	236		
		Eleito	Octávio de Sant'Anna	229		
		Suplente	José Airton Louzada Coêlho	211		
		Suplente	José Maria de Lima	185		
		Suplente	Carlos Nóbrega	179		
		Suplente	Raimundo Nonato Gomes	107		
		VOTOS SÓ DE LEGENDA				-
	VOTOS DO PARTIDO				1774	
	MDB	Não Eleito	Nilo Cordeiro de Oliveira	225		
		Não Eleito	Abêncio de Araújo Batista	105		
		VOTOS SÓ DE LEGENDA				-
		VOTOS DO PARTIDO				330
	VOTOS EM BRANCO				313	
NULOS				190		
VOTANTES				5.482		

Fonte: Ata Geral de Apuração e Boletim Eleitoral. Ano XII. Nrs. 28 e 30.

Obs.: Alguns totais fornecidos pela Ata não coincidem com os realizados pelo computador.

Duas observações podem ser feitas. Primeiro, a volta da militância comunista ao cenário político local, abrigada no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) através da candidatura a vereador do Sr. Nilo Cordeiro da Silva. Filho de Pedro Teixeira de Oliveira (Pedro Rufino), um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Camocim no ano de 1927, o Sr. Nilo ficou como uma espécie de “herdeiro” das tradições comunistas no município. Sua candidatura, apesar de não ter tido êxito eleitoral, fez ressurgir a militância do pai, que foi vereador na primeira legislatura após a redemocratização de 1946.

Outra questão a ser abordada é que, após 12 anos de hegemonia do grupo liderado por Murilo Aguiar, a diferença eleitoral, apesar do crescimento do número de eleitores, caiu abruptamente de uma eleição para outra. Se em 1962 a maioria dos Aguiar tinha sido de 1.793 votos, em 1966 foram apenas 724 sufrágios. Sinal vermelho ligado, a administração de Setembrino Veras transcorreu sem maiores problemas. Contudo, a cassação dos direitos políticos de Murilo Aguiar pela ditadura civil-militar em 1969 iria ter repercussão na eleição de mandato tampão de 1970, como veremos a seguir.

Eleições de 1970

Desde o golpe civil-militar de 1964 que o país vinha sendo governado em regime de exceção. Com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), instituído em 1968, já na gestão do segundo general no poder, Costa e Silva, foi aberta a temporada de cassação de parlamentares em todos os níveis e em todo o Brasil. A repressão política era brutal e atingiu indiscriminadamente políticos de variadas orientações políticas, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), imprensa, cidadãos comuns.

O “golpe final” à democracia veio através da imposição da censura prévia. Com critérios vagos, ficou instituída a possibilidade de censura total e sem chance de recurso da imprensa e de qualquer obra artística. A medida era aplicada amplamente na música, cinema, teatro e televisão. Até mesmo obras simpáticas ao regime militar, mas que

não se encaixassem aos critérios de “moral e bons costumes” do censor, estariam sujeitas a cortes.³³

No Ceará, vários deputados federais e estaduais tiveram seus mandatos cassados. Mesmo antes do AI-5, na esteira dos eventos que marcaram o golpe de 31 de março de 1964, quando, em 9 de abril do mesmo ano,

[...] seis deputados estaduais do Estado do Ceará foram cassados por motivos políticos: o próprio Raimundo Ivan, além de José Pontes Neto, Amadeu Arrais, José Fiúza Gomes, Aníbal Fernandes Bonavides e Blanchard Girão. Depois de formalizadas as cassações, todos foram presos no 23º Batalhão de Caçadores. Posteriormente, eles teriam o decoro parlamentar restituído pelo Poder Legislativo.³⁴

Com a pressão exercida em nível nacional pelo político e jornalista Carlos Lacerda, que acusava ser o estado do Ceará um polo de atividades de contrabandistas, inclusive de políticos envolvidos com o contrabando,³⁵ o governo do regime civil-militar cassou nove deputados estaduais da Arena “acusados de corrupção, sem direito a julgamento”.³⁶ Todos os deputados exerciam a 17ª legislatura quando tiveram seus mandatos cassados.

Na legislatura ora examinada, e de acordo com Ata abaixo transcrita, registraram-se cassações de nove Deputados Estaduais: Dorian Sampaio, Ernani de Queiroz Viana, José Firmo de Aguiar, José Haroldo Magalhães Martins, Luciano Campos Magalhães, Mossclair Cordeiro

33 Disponível em: https://especiais.opovo.com.br/acervo/2018/ai-5_50anosdogolpedentrodogolpe/index.html. Acesso em: 23 jun. 2022.

34 “As cassações atingiram ainda três vereadores por Fortaleza: Tarcísio Leitão, Manoel Aguiar de Arruda e Luciano Barreira. Em 2011, por iniciativa da então vereadora Eliana Gomes (PCdoB) e do presidente da Câmara, o atual deputado estadual Acrísio Sena (PT), o Poder Legislativo municipal restaurou o decoro parlamentar dos vereadores cassados”. Disponível em: <https://portaldoservidor.al.ce.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2022.

35 Para um panorama geral das acusações de Carlos Lacerda e a defesa de um dos envolvidos, o deputado federal Esmerino Arruda, de Granja, ver: ARRUDA, Esmerino. É isso aí, meu filho! Fortaleza: Gráfica Encaixe, 2004.

36 Disponível em: https://especiais.opovo.com.br/acervo/2018/ai-5_50anosdogolpedentrodogolpe/index.html. Acesso em: 23 jun. 2022.

Leite, Murilo Rocha Aguiar, Raimundo Ferreira Ximenes Neto e Sebastião Brasilino de Freitas.³⁷

Um contraponto a esse teatro de horrores foi a consagração da Seleção Brasileira de Futebol, ao conquistar o Tricampeonato Mundial em 1970 no México, trazendo definitivamente para o Brasil a Taça Jules Rimet. Embora o futebol tenha sido apropriado politicamente pelo regime, servindo para fins de propaganda, o feito futebolístico trouxe imensa alegria para o povo brasileiro.

Voltando à seara política, em Camocim, os ecos dessa ditadura podem ser flagrados em pequenos fragmentos das atas da Câmara Municipal, principalmente, de alinhamento político com o “governo revolucionário”, moções de felicitações e agradecimento ao regime, feitas pelo vereador Octávio de Sant’Anna, oficial da Marinha Brasileira, eleito continuamente desde a legislatura de 1962 até 1970.

Num contexto geral, observou-se um clima de rejeição às eleições de 1970. Em números redondos, cerca de 60% dos eleitores se abstiveram ou votaram nulo, dando um recado direto ao governo que permitia somente o bipartidarismo, em que a ARENA era o partido oficial e o MDB, o partido da oposição controlada pelo próprio regime, retirando de cena o clima de disputa.

O governo federal controlava tudo. Para as eleições municipais de 1970, foi estipulado pela legislação eleitoral que o mandato seria também, isto é, de vigência de apenas dois anos, no sentido de coincidir com as eleições em 1972 em todo o país. Desse modo, os prefeitos e os vereadores eleitos em 15 de novembro de 1970 assumiram seus mandatos em 31 de janeiro de 1971, com vigência até 31 de janeiro de 1973. Ao todo, 29 milhões de eleitores estavam aptos a votar para escolher “701 deputados estaduais, 310 federais e 46 senadores, renovando assim, as 22 assembleias legislativas, a Câmara Federal e dois terços do Senado”. Para prefeito e vereadores, houve votação em “1.393 municípios e para vereador em 2.125”, respectivamente.³⁸

37 Ceará. Assembléia Legislativa. Memorial Deputado Pontes Neto. Deputados Estaduais: 17ª Legislatura. 1967-1970. -Fortaleza: INESP, 1999, p. 21.

38 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2020/11/1970-brasil-faz-eleicao-para-senadores-deputados-federais-e-estaduais.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2022.

Como foi dito acima, Murilo Aguiar em 1970 estava cassado pelo governo militar. Com os direitos políticos cassados e a proibição de fazer campanha política, deixou um grupo liderado por ele fragilizado. Por outro lado, as conveniências políticas locais acabaram por possibilitar um acordo político para as eleições de 1970. Afinal, as duas facções (como se dizia antigamente, sem o sentido pejorativo atual) eram ligadas à ARENA, partido oficial do governo.

Do lado da família Coelho/Veras, vislumbrou-se uma oportunidade de voltar ao comando do município após 20 anos.³⁹ Murilo estava casado e um acordo para voltar a administrar o município poderia alavancar projetos futuros. Havia também a leitura de que as forças políticas, juntas, poderiam resultar num maior desenvolvimento municipal, visto que, a partir de então, a cada quatro anos uma dessas famílias estaria à frente dos destinos do município.

Nesse sentido, convencionou-se que não haveria concorrentes à Prefeitura Municipal de Camocim. A Arena apresentaria uma CHAPA ÚNICA ao executivo municipal. Os Coelho/Veras apresentaram o nome do médico pernambucano radicado em Camocim e com ligações familiares com os Coelho, o Dr. José Maria Primo de Carvalho. O candidato a vice-prefeito saiu do grupo Aguiar, o ex-vereador Luís Lopes Viana. Na costura do acordo, todos votariam para deputado estadual (na impossibilidade de Murilo Aguiar se candidatar) no coronel da Polícia Militar, Libório Gomes da Silva. O acordo foi selado, segundo o atual vereador Marcos Coelho (PSDB), em Sobral, sob o beneplácito do então governador do Estado do Ceará, César Cals de Oliveira.

39 Desde o rompimento político das famílias Coelho/Veras e Aguiar, em 1950, que o grupo liderado por Murilo Aguiar conseguiu eleger os prefeitos do município (Setembrino Veras, Murilo Aguiar, Carlos Trévia, Setembrino Veras novamente e João Batista Aguiar).

Figura 76 - Dr. José Maria Primo de Carvalho.

Fonte: Camocimonline.

Camocim tinha naquela época 10.801 eleitores aptos a votar; compareceram às urnas apenas 7.431 votantes. Com 3.370 eleitores ausentes, causando a maior abstenção nas eleições no município (31,2%) até então, além de 1.776 votos em branco e 135 nulos dados para prefeito, parece ter sido um recado dos eleitores de parte a parte contra esse acordo de cúpula. Ao final do pleito, o candidato eleito José Maria Primo de Carvalho obteve 5.520 votos dos 10.801 eleitores aptos a votar. Dos que foram votar (7.431), conseguiu cerca de 74,2% dos votos. No quadro abaixo, o resultado oficial desta eleição:

Figura 77 - Resultado das Eleições Municipais de 1970. Camocim-CE.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA DE INFORMÁTICA
SEÇÃO DE ESTATÍSTICAS ELEITORAIS
ELEIÇÕES MUNICIPAIS de 15 de novembro de 1970
MUNICÍPIO DE CAMOCIM

CARGO	PARTIDO	SITUAÇÃO	CANDIDATO	VOTOS
PREFEITO	ARENA	Eleito	José Maria Primo de Carvalho	5.520
VICE-PREF.	-	-	Luis Lopes Viana	-
NULOS				135
VOTOS EM BRANCO				1.776
V E R E A D O R	A R E N A	Eleito	Antônio Minguiera Braga	965
		Eleito	Carlos José Pessoa Navarro Veras	621
		Eleito	Otávio de Santana	470
		Eleito	Edmundo de Paula Moreira	449
		Eleito	Tomás Zeferino Veras Coelho	438
		Eleito	Haroldo Carvalho de Oliveira	394
		Eleito	Raimundo Pereira Neto	392
		Eleito	Silas Chaves Fontenele	305
		Eleito	Francisco Romão de Menezes	304
		Eleito	Artur Carneiro de Queirós	246
		Eleito	Francisco Fontenele Frota	109
VOTOS DE LEGENDA				10
NULOS				914
VOTOS EM BRANCO				1.814
APTOS				10.801
VOTANTES				7.431
ABSTENÇÃO				3.370

Fonte: Ata Geral de Apuração

Fonte: Ata Geral de Apuração. TRE-CE.

Na eleição para vereadores, destaque para a votação do vereador Antonio Minguiera Braga, natural de Itapipoca-CE, tenente da Polícia Militar, radicado em Camocim desde 1959 e ligado politicamente ao grupo Coelho/Veras. Estreante na política na legislatura anterior pela Arena 2, quando obteve 236 votos, na segunda candidatura foi eleito o vereador mais votado, com 965 votos, sendo reeleito posteriormente por várias legislaturas e presidente da Câmara por três vezes.⁴⁰

Figura 78 - Vereador Antonio Minguiera Braga (Tenente Minguiera).



Fonte: CPH.

Outro dado interessante foi a eleição de Haroldo Carvalho de Oliveira.⁴¹ Mesmo sendo comunista por convicção, conseguia disputar um mandato pela ARENA, o que demonstra duas possibilidades. A primeira é que a repressão aos comunistas não era tão grande assim, principalmente em municípios do interior, mesmo Camocim tendo uma tradicional célula comunista desde os anos 1920. Vale destacar que nessa mesma composição da Câmara havia militares entre os vereadores (Tenente Minguiera, da Polícia Militar e Octávio de Sant'Anna, oficial da Marinha do Brasil). Já a segunda é que os comunistas não tinham tanto escrúpulos doutrinários, a ponto de se filiarem à ARENA, partido oficial do Governo.

40 Foi candidato a vice-prefeito em 1972 na chapa com Dr. Aristóbulo Primo de Carvalho, derrotados por João Pascoal de Melo. Foi eleito vereador em 1976 e 1982. Presidente da Câmara nos períodos 1977-1982; 1983-1984 e 1987-1988. Foi vice-prefeito de 1989-1992 na gestão de Murilo Rocha Aguiar Filho.

41 Haroldo Carvalho de Oliveira era neto de Pedro Teixeira de Oliveira, fundador do PCB em Camocim. Nas eleições de 1988, concorreu para Prefeito de Camocim pelo Partido Comunista do Brasil (PCB).

A administração do Dr. José Maria Primo de Carvalho, no curto espaço de dois anos, colecionou sucessos e polêmicas. Além de tentar organizar a cidade em aspectos higiênicos, notadamente no Mercado Público, abriu estradas, construiu calçamentos, a bucólica Pracinha do Amor à beira mar e fundou a Biblioteca Municipal Pinto Martins, entre outras obras.

Por outro lado, foi alvo de denúncia por parte dos vereadores Haroldo Oliveira, Arthur Queiroz, Sillas Chaves Fontenele, Carlos José Pessoa Navarro Veras e Francisco Romão Menezes. Ele teria falsificado o valor de um projeto de lei aprovado pela Câmara para contrair empréstimo junto ao Banco do Brasil, aumentando seu valor inicial para comprar máquinas e caminhões para a Prefeitura. Na mesma denúncia, os vereadores acusaram o prefeito de utilizar os caminhões adquiridos sem licitação para transporte de gente para

[...] fazer inscrição eleitoral, o que não pode deixar de ser qualificado como ato de corrupção administrativa, desde que a Prefeitura Municipal de Camocim nada tem a dispende com o alistamento eleitoral, razão pela qual constitui ilícito administrativo o desvio dos referidos veículos dos serviços do interesse do Município de Camocim, sua finalidade precípua, para serem utilizados, ilicitamente, em interesse político-partidário.⁴²

Com relação à eleição de deputado estadual, o acordo acima referido previa que as forças políticas votariam conjuntamente no candidato Libório Gomes da Silva, indicado pelo grupo Aguiar. Aberta as urnas, Libório obteve 3.116 votos em Camocim e 8.346 votos no total, ficando na suplência.

A não eleição do coronel Libório Gomes da Silva a deputado estadual foi creditada pelos “Cara Preta” a uma espécie de “traição” ou falta de empenho do grupo “Fundo Mole”, em votar em peso no candidato murilista, visto que Libório não foi eleito por falta de 400 votos a mais. Tal avaliação decorre de que, em Camocim, o candidato Fonseca Coe-

42 Ministério da Justiça. Comissão Geral de Investigações. Subcomissão Geral de Investigação no Ceará. Proc. 27/72, p. 09.

lho (representante de Senador Pompeu com ligações familiares com os Coelho de Camocim) recebeu exatos 418 sufrágios.⁴³

Já para deputado federal, não houve discordâncias posteriores à eleição, visto que o candidato Marcelo Caracas Linhares recebeu a votação de 3.164 camocinenses.

No caso da eleição para governador, o Ato Institucional nº 3 (AI-3) previa que o pleito fosse indireto. Ocorreu em 3 de outubro de 1970, escolhendo o coronel César Cals para governador e Humberto Bezerra para vice-governador. A outra fase das eleições ocorreu em 15 de novembro de 1970, quando foram eleitos no Ceará dois senadores, Virgílio Távora e Wilson Gonçalves, além de 39 deputados estaduais e 15 deputados federais.

Eleições de 1972

Passado o mandato tampão de prefeito, as eleições voltariam à sua normalidade. Pelo acordo de 1970, os “Cara Preta” indicariam o candidato a prefeito da ARENA e os “Fundo Mole”, o vice-prefeito. Contudo, a administração considerada boa do Dr. José Maria Primo de Carvalho fortaleceu o rompimento do acordo anterior, pois na avaliação do grupo “Fundo Mole”, a cassação de Murilo e a não eleição do Coronel Libório fragilizavam uma candidatura “Cara Preta”.

No entanto, mesmo fora do cenário político, Murilo Aguiar conseguiu influir em mais uma vitória do seu grupo pela Prefeitura Municipal. Desta vez, indicou o funcionário público João Pascoal de Melo, seu concunhado, para prefeito e Francisco Veras Fontenele (Chico Veras) para vice-prefeito. Os Coelho/Veras foram para a disputa de prefeito, indicando o Dr. Aristóbulo Primo de Carvalho, odontólogo, primo do então prefeito Dr. José Maria Primo de Carvalho e para vice-prefeito, Antonio Minguiera Braga, o vereador mais votado na eleição anterior. Como se pode perceber, as relações familiares naquele tempo, assim como atualmente, ainda são um ponto preponderante na política, pro-

43 Para os números de deputado estadual em 1970, ver: *Eleições 1970: Resultado Oficial no Ceará*. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza, p. 184-187, 2002.

vocando uma relação de interesses que diz muito sobre a noção do que é público e privado na política.

Para a eleição de 1972, o eleitorado de Camocim, distribuído em 47 seções eleitorais, somava 13.091 eleitores. Compareceram às urnas 9.352 votantes, com uma abstenção de 3.739 eleitores, isto é, cerca de 28,5%.⁴⁴

Realizada a eleição municipal, por sinal bastante acirrada, os números confirmaram a vitória do grupo murilista abrigado na ARENA 1, por apenas 226 votos de diferença sobre a ARENA 2 dos Coelho/Veras. No quadro abaixo, os números finais da eleição para prefeito e vereador.

Figura 79 - Resultado das Eleições Municipais de 1972. Camocim-CE.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
SECRETARIA DE INFORMÁTICA
SEÇÃO DE ESTATÍSTICAS ELEITORAIS
ELEIÇÕES MUNICIPAIS de 15 de novembro de 1972
MUNICÍPIO DE CAMOCIM

CARGO	PARTIDO	SITUAÇÃO	CANDIDATO	VOTOS	
PREFEITO	ARENA 1	ELEITO	JOAO PASCOAL DE MELO	4637	
VICE-PREF.	-	-	FRANCISCO VERAS FONTENELE		
PREFEITO	ARENA 2	NAO ELEITO	ARISTOBULO PRIMO DE CARVALHO	4411	
VICE-PREF.	-	-	ANTONIO MINGUEIRA BRAGA		
PREFEITO	-	-	NULOS	96	
-	-	-	BRANCOS	208	
V E R E A D O R	A R E N A	ELEITO	JOSE MARIA DE LIMA	621	
		ELEITO	JONAS MARQUES DA SILVEIRA	604	
		ELEITO	RAIMUNDO FILOMENO FERREIRA	588	
		ELEITO	ALVARO DOMINGUES FERREIRA	554	
		ELEITO	JOSE CARLOS VASCONCELOS	541	
		ELEITO	CARLOS JOSE PESSOA NAVARRO VERAS	514	
		ELEITA	MARIA LUIZA NAVARRO VERAS	509	
		ELEITO	AUGUSTO TELES DA SILVA	493	
		ELEITO	ANGELO CORNELIO BEVILAQUA CRUZ	492	
		ELEITO	JOAO GOMES DA SILVA	444	
		ELEITO	FRANCISCO ROMAO DE MENESES	436	
		SUPLENTE	OSMARINA TEIXEIRA DA SILVA	399	
		SUPLENTE	RAIMUNDO PEREIRA NETO	392	
		SUPLENTE	JOSE FLAVIO TAHIM LIMA	381	
		SUPLENTE	SYLLA CHAVES FONTENELE	371	
		SUPLENTE	JOSE CARLOS VERAS FONTENELE	298	
		SUPLENTE	MANOEL GOMES DA SILVA	280	
		-	-	VOTOS DE LEGENDA	0
		-	-	NULOS	531
		-	-	BRANCOS	904

APTOS	12743
VOTANTES	9352
ABSTENÇÃO	3391

Fonte: Ata Geral de Apuração

Fonte: Ata Geral de Apuração. TRE-CE.

Na composição final da Câmara Municipal de Camocim, o grupo “Fundo Mole” obteve a maioria, fato que geraria grandes dificuldades para a administração de João Pascoal de Melo, inclusive sua cassação por um breve período, provocando ainda mais desgaste para o grupo “Cara Preta”.

⁴⁴ Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Eleições Municipais de 1972. Resultado Oficial do Ceará. Fortaleza-CE, p. 8.

Figura 80 - Prefeito João Pascoal de Melo. 1973-1977.



Fonte: Memorial do Legislativo Camocinense.

Na sessão de posse dos vereadores eleitos em 1972, ocorrida em 31 de janeiro de 1973, no Auditório do Instituto São José, pode-se distinguir os dois grupos que iriam medir forças por toda a legislatura (1973-1976). O grupo “Fundo Mole” perdeu a eleição para prefeito, mas obteve maioria na Câmara, elegendo sete vereadores: José Maria Lima (Magazine), Cornélio Beviláqua Cruz, Jonas Marques da Silveira, Raimundo Filomeno Ferreira, José Carlos Vasconcelos, Álvaro Domingues Ferreira e Augusto da Silva. O grupo “Cara Preta” elegeu quatro vereadores: Carlos José Pessoa Navarro Veras, Maria Luiza Navarro Veras, João Gomes da Silva e Francisco Romão de Meneses. A sessão foi presidida por José Maria Lima (Magazine). Por ter sido o vereador mais votado na eleição (621 votos), escolheu a mesa diretora, elegendo Cornélio Beviláqua Cruz para presidente (1973-1974), recebendo seis votos e deu posse aos vereadores, prefeito e vice-prefeito.⁴⁵ Mais tarde, no segundo período dessa legislatura (1975-1976), a correlação de forças entre “Fundo Mole” e “Cara Preta”, que era de sete a quatro, mudou para oito a três, perfazendo dois terços de maioria.⁴⁶

45 Fonte: 7º Livro de Atas da Câmara Municipal de Camocim. 1969-1973. Sessão de Instalação da 1ª Sessão Preparatória do 1º Período Legislativo da 8ª Legislatura da Câmara Municipal de Camocim, p. 72-74.

46 A essa altura dois vereadores suplentes, Osmarina Teixeira da Silva e Raimundo Pereira Neto, assumiram as vagas deixadas por João Gomes da Silva (extinção de mandato por faltas) e Maria Luiza Navarro Veras (licença médica por um ano), respectivamente. Com isso os “Fundo Mole” ficaram com oito vereadores: José Maria Lima, Cornélio Beviláqua Cruz, José Carlos Vasconcelos, Augusto Teles da Silva, Álvaro Domingues Ferreira, Jonas Marques da Silveira, Raimundo Filomeno Ferreira e Raimundo Pereira Neto. Os “Cara Preta”, apenas com três: Carlos José Pessoa Navarro Veras, Francisco Romão de Meneses e Osmarina Teixeira da Silva.

A cassação do prefeito João Pascoal de Melo

O fato mais relevante na oitava legislatura foi a cassação do prefeito João Pascoal de Melo. No livro *O Parlamento Camocinense*,⁴⁷ já exploramos um pouco dessa questão, fundamentando-a nas atas da Câmara. Atingindo o prefeito, os vereadores de situação também almejavam atacar a figura de Murilo Aguiar, que se encontrava cassado em seus direitos políticos, mas que conseguiu, mesmo assim, interferir direta e indiretamente no processo eleitoral a favor de João Pascoal de Melo. Os arquivos da ditadura comprovam a ação de Murilo Aguiar, como se pode constatar no documento abaixo:

Figura 81 - Murilo Rocha Aguiar. CNV. ACE N° 3481/83, fls.65.

MURILLO ROCHA AGUIAR
 EX-DEP EST/ARENA/CE
 CME e SDP - DOU - 14.03.69
 - Reside em FORTALEZA, à Rua Monsenhor Bruno, 1300.
 - Exerce atividades agrícolas, industriais e comerciais no Município de CAMOCIM/CE.
 - É considerado o principal Chefe Político de CAMOCIM/CE. Nas eleições municipais de 15 NOV 72, teve destacada atuação em favor de um dos candidatos a Prefeito. Nas últimas eleições, realizadas em 15 NOV 74, atuou na área política. É tido, nos bastidores políticos, como líder de uma das facções da ARENA, na cidade de CAMOCIM/CE.
 - Procura sempre intervir na vida político-partidária do Município, através de pessoas de sua confiança.

Fonte: Arquivo Nacional.

Voltando ao caso de cassação do prefeito João Pascoal de Melo, ele acabou sendo inocentado das denúncias que lhe foram feitas, como a de “ter infringido o inciso X do art. 4º do Decreto Lei 201/67, em virtude de ter se aposentado com tempo de serviço falso e ainda por terem sido desaprovadas suas contas do exercício de 1973, com graves irregularidades”,⁴⁸ face às várias falhas no rito processual.

Para a recuperação histórica do fato por outro tipo de fonte, utilizaremos aqui um documento produzido pelo CENIMAR (Centro de

47 Ver: SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *O Parlamento Camocinense*. Fatos Históricos. 1879-2019. Sobral: SertãoCult, p. 222-233, 2020.

48 Fonte: 1ª Sessão Ordinária – 8ª Legislatura – 3º Período – 31 de janeiro de 1975, p. 30v. Arquivo da Câmara Municipal de Camocim.

Informações da Marinha), através da Agência da Capitania dos Portos de Camocim.⁴⁹ O documento em apreço tinha um grau de sigilo CONFIDENCIAL e consta, além da apreciação do agente da Capitania dos Portos em Camocim (Ofício 0118 de 28 de abril de 1975), o projeto de lei 01/75 da Câmara Municipal de Camocim e denúncia oferecida pelo Sr. Antonio Mingueira Braga à Câmara Municipal de Camocim contra o prefeito João Pascoal de Melo.

É por demais interessante o relatório apresentado à época pelo capitão-tenente da Marinha José Rosário.⁵⁰ Para além de uma linguagem policialesca, típica dos órgãos de repressão política de então, o testemunho parece insuspeito, posto que não poupa críticas aos oficiais da Marinha nem a membros da Polícia Militar envolvidos no processo de cassação do prefeito João Pascoal de Melo — portanto, não apresentando caráter corporativista. Por outro lado, a leitura do documento produzido pelo tenente da Marinha, para um desavisado, pode sugerir uma tendência em defesa do chefe político Murilo Aguiar.

Para uma melhor compreensão do que dissemos acima, recorremos ao documento supracitado, transcrevendo sua maior parte em resumo:

1. Como já é do conhecimento de V. Sa. o *affaire* Câmara Municipal de Camocim *versus* Prefeito vinha se estendendo de longa data, a primeira fazendo ameaças de casar o segundo e este defendendo-se como pudesse, finalmente na manhã de hoje deu-se o desenlace do drama que vinha e vem tirando a tranquilidade de toda comunidade, tendo a Câmara cumprido as ameaças efetivando a cassação do segundo.

2. A situação até o dia de hoje apresentava-se nebulosa, havendo ameaças de parte a parte, num verdadeiro processo de agitação e quase subversão.⁵¹

49 Documento grau de sigilo CONFIDENCIAL. Disseminação: AC/SNI - DSI/MJ-CENIMAR/RIO. PROTOCOLO 0111917 27.6.75.

50 CT (AM) José Rosário. Portaria DPMM 1876 de 14/09/73. Apresentação em 08/07/72. Fonte: Arquivo Nacional. br_rjanrio_cnv_0_rce_6004100274820201315_d0001de0002.

51 Documento grau de sigilo CONFIDENCIAL. Disseminação: AC/S p.3NI - DSI/MJ-CENIMAR/RIO. PROTOCOLO 0111917 27.6.75, p. 3.

A segunda-feira, 28 de abril de 1975, realmente foi um dia atípico em Camocim. Segundo uma memória popular que se guarda do episódio, a cidade amanheceu agitada. Carros de placas de outras cidades, pessoas que ninguém conhecia passeando e se postando em lugares públicos próximos do prédio da Câmara. O presidente da Câmara Municipal oficiou dias antes aos órgãos de segurança sobre o clima de tensão que se verificava, pedindo reforço policial. Tínhamos, portanto, um estado de animosidade política na cidade, conforme atesta ofício enviado ao delegado de polícia de Camocim.⁵²

Figura 82 - Ofício N° 30/75. Requisição de Força Policial.

Em 25 de abril de 1975

Ofício n. 30/75

Do: Presidente
 Ao: Sr. Capitão PM, Delegado Regional e Especial de Polícia de Camocim

Assunto: Requisição de força policial (fim)

Tendo esta Casa Legislativa de realizar Sessões Ordinárias nos dias 25 e 26 do corrente, às 10 horas, e, tendo tido conhecimento que existem grupos interessados em fazerem baderna nas referidas Sessões, solicito a V.S. sejam postas a disposição desta Câmara, 6 (seis) praças para manterem a ordem e a segurança, neste recinto, sob a orientação desta Presidência.

1 - A presente solicitação está amparada pelo n. XI do art. 27 da Lei Estadual n. 9 457 de 4/6/71 (Lei Orgânica dos Municípios do Estado do Ceará).

3 - Outrossim, esta Presidência, Outem, teve audiência com o Exmº Sr. Secretário de Polícia e Segurança Pública deste Estado, quando foi dada ciência da requisição ora feita.

Aproveito a oportunidade para agradecer a V.S. os bons protestos de elevada consideração e agrago.

Respeitosamente

João Maria de Lima
 João Maria de Lima
 Presidente

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Camocim.

52 No ofício destacado acima, em sua justificativa, o presidente da Câmara Municipal relata que “Tendo esta Casa Legislativa de realizar Sessões Ordinárias nos dias 25 e 26 do corrente, às 10 horas, e, tendo tido conhecimento que existem grupos interessados em fazerem baderna nas referidas Sessões, solicito a V. S. sejam postas à disposição desta Câmara, 6 (seis) praças para manterem a ordem e a segurança neste recinto, sob a orientação desta Presidência. Fonte: Ofício N° 30/75. 25 de abril de 1975. Arquivo da Câmara Municipal de Camocim.

Continuemos com o relato do capitão-tenente José Rosário:

Os adversários do Prefeito, componentes da Arena 2, vinham sempre hostilizando o mesmo, travando sua administração. A ideia de cassar o mandato do Prefeito já era antiga, porém como seus adversários, apesar da maioria, não contava com os $\frac{2}{3}$ necessário a sua pretensão, nada podiam fazer. Porém um fato veio ajudá-los sobremaneira quando um dos vereadores adversários, tendo deixado de comparecer a um número mínimo de reuniões, teve seu mandato cassado pela mesma, tratava-se do senhor João Gomes da Silva, a Câmara havia também já cassado o Vice-Prefeito. Porém, este através de Mandado de Segurança foi reintegrado nas suas atribuições e deverá assumir a Prefeitura dia 29 do corrente.⁵³

Na verdade, desde maio de 1974 que o grupo “Fundo Mole” obtivera os dois terços necessários para iniciar um processo de cassação de vereadores, prefeito e vice-prefeito, como veio a acontecer, conforme os acontecimentos foram registrados nas atas. Primeiramente, com a extinção do mandato do vereador João Gomes da Silva, por falta às cinco reuniões do mês de abril daquele ano. No entanto, o primeiro suplente era Osmarina Teixeira da Silva, ligada politicamente a Murilo Aguiar, que assumiu a vaga no dia 27 de maio de 1974.⁵⁴

No dia seguinte, 28 de maio de 1974, foi convocada uma nova sessão. Na ocasião, foi apreciado o pedido de licença de um ano da vereadora Maria Luiza Navarro Veras, também ligada à Murilo Aguiar, para tratar de assuntos particulares. Na sequência da suplência, o vereador a ser beneficiado pela vaga seria Raimundo Pereira Neto, notoriamente ligado aos “Fundo Mole”. Noutra sessão, ocorrida no dia seguinte, 29 de maio de 1974, o presidente convocou o referido suplente para substituir a vereadora acima citada. Passado o recesso legislativo, Raimundo

53 Documento grau de sigilo CONFIDENCIAL. Disseminação: AC/S p.3NI - DSI/MJ-CENIMAR/RIO. PROTOCOLO 0111917 27.6.75, p. 3.

54 8º Livro de Atas da Câmara Municipal de Camocim. Ata da 12ª Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo, realizada no dia 27 de maio de 1974, p. 10.

Pereira Neto foi efetivamente empossado em 1º de agosto de 1994.⁵⁵ Estabelecidos os dois terços, o próximo alvo seria o vice-prefeito, como narrou o capitão-tenente da Marinha na citação acima. A ideia era a seguinte: cassando o vice-prefeito e posteriormente o prefeito, o poder executivo viria para as mãos do presidente da Câmara, mudando completamente de mãos

Com efeito, em 10 de setembro de 1974, o cidadão Antônio Mingueira Braga ofereceu denúncia à Câmara Municipal contra o vice-prefeito Francisco Veras Fontenele, acusando-o de ter se aposentado do Serviço Público Federal com certidão de tempo de serviço falsa, emitida pela Prefeitura Municipal de Camocim.⁵⁶ Mais de um mês depois, na sessão de 16 de outubro de 1974, a Câmara Municipal fez o julgamento da denúncia acima referida: oito vereadores disseram “sim” e apenas um disse “não”. Verificando o número legal de oito votos a favor da cassação do vice-prefeito, o presidente mandou redigir o Decreto Legislativo nº 1, de 16 de outubro de 1974, que cassava o mandato do vice-prefeito Francisco Veras Fontenelle.⁵⁷ Estava consolidada a maioria dos dois terços!

As atas da Câmara Municipal de Camocim, no entanto, não fazem referência ao mandado de segurança que reintegrou o vice-prefeito a suas funções, como afirmou o capitão-tenente da Marinha. Sobre as distensões políticas no município, o agente da Capitania dos Portos em Camocim contextualiza os fatos, centrando na figura do ex-prefeito, Dr. José Maria Primo de Carvalho:

As dissensões partidárias em Camocim, tem uma longa história de acordos e desacordos, o Prefeito antecessor do atual, Dr. José Maria Primo de Carvalho foi eleito em face de um desse acordos, em que ficara estabelecido entre as partes, que as facções se alternariam no poder, porém após eleito, rompeu o acordo contrariando inclu-

55 8º Livro de Atas da Câmara Municipal de Camocim. Ata da 1ª Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo, realizada no dia 1º de agosto de 1974, p. 12.

56 8º Livro de Atas da Câmara Municipal de Camocim. Ata da 1ª Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo, realizada no dia 1º de agosto de 1974, p. 16v-17.

57 8º Livro de Atas da Câmara Municipal de Camocim. Ata da 14ª Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo, realizada no dia 16 de outubro de 1974, p. 20-21.

sive seu sogro e cunhado, chefes partidários da Arena 2,⁵⁸ rompendo o acordo fez um governo de franca hostilização aos adversários, além de várias irregularidades cometidas, das quais ainda responde a processos judiciais. Nas eleições passadas, fez uma campanha violenta contra os adversários, tentando desbancar inclusive seus parentes e líderes partidários pois contava com uma provável candidatura à Câmara Estadual, mas em face à derrota nas urnas e as dissensões familiares, abandonou a cidade, indispôs-se com familiares e aparentemente se afastou da política, porém, nos bastidores manobra com muitos cor-religionários. No entanto, a semente da discórdia e ódio plantada por ele continua a frutificar, embora a Arena 1 tenha eleito o Prefeito, a Arena 2 fez maioria na Câmara, sendo seus vereadores totalmente dominados pelos chefes políticos, homens semi alfabetizados e sem as mínimas condições de exercer o poder recebido.⁵⁹

Como se pode observar, a avaliação do oficial da Marinha sobre os vereadores não era das melhores. Por outro lado, percebe-se, talvez, um preconceito de classe do militar, visto que a Câmara Municipal de Camocim era formada por pequenos e médios comerciantes, pessoas comuns com liderança na zona rural, duas mulheres, entre outros. Pode-se dar crédito à afirmação de que os vereadores eram dominados pelos chefes políticos, mas essa é uma situação que independe da condição social ou grau de instrução. O exemplo atual das casas legislativas mostra que em determinados momentos o alinhamento dos interesses políticos suplanta os de caráter ideológico ou de outra natureza. Contudo, isto não invalida o testemunho, posto que ele é fruto de mediações e do lugar de fala, próprios da época. Continuemos, pois, com as considerações de José Rosário, desta vez referindo-se ao então prefeito João Pascoal de Melo.

58 Refere-se aos políticos coronel Alfredo Othon Coelho e Edilson Veras Coelho, pai e filho, respectivamente. Há uma memória entre os Coelhos, especialmente do atual vereador Dr. Marcos Antônio Silva Veras Coelho (PSDB), de que havia um consenso assinado em documento dos principais líderes do partido em apontar como candidato a prefeito o tabelião do Cartório do 1º Ofício, Mário Aguiar Coelho. No entanto, este documento se perdeu ou está perdido em algum arquivo pessoal e a imposição do então prefeito Dr. José Maria Primo de Carvalho prevaleceu, apontando para a disputa seu parente, o odontólogo Aristóbulo Primo de Carvalho.

59 Documento grau de sigilo CONFIDENCIAL. Disseminação: AC/S p.3NI - DSI/MJ-CENI-MAR/RIO. PROTOCOLO 0111917 27.6.75, p. 3-4.

O Prefeito, homem até então apolítico, aposentado, foi jogado na mesma pelo seu concunhado, o ex Deputado Cassado Murilo Aguiar, contra quem, todas as baterias adversárias estão apontadas, porém como o mesmo está inatingível, descarregam seu ódio no seu preposto, homem reconhecidamente, mesmo por eles, de honesto, correto e íntegro, cujo único crime foi ter sido candidato vencedor do adversário odiado.

Na verdade, embora a Câmara acuse o prefeito de não governar de acordo com a lei, é ela sem dúvida que entrava a Administração Municipal, principalmente tumultuando a vida da cidade com campanhas de fito único de desmoralizar o adversário.⁶⁰

A apreciação do capitão-tenente da Marinha sobre o prefeito se aproxima muito da memória popular das pessoas mais idosas que presenciaram este episódio. O alvo, em última instância era Murilo Aguiar que, mesmo cassado, conseguia burlar a lei e interferir na campanha política. Na sequência do seu relato, duas outras personagens são objeto do relatório do militar: o tenente reformado da Polícia Militar, Antonio Minguiera Braga, oferecedor da denúncia contra o prefeito, e o ex-vereador e ex-agente da Capitania dos Portos Octávio de Santana, considerado por ele o mentor intelectual da cassação do prefeito:

O drama da cassação desenrola-se desde o começo do ano, tendo sido feitas diversas reuniões na Câmara para tratar do assunto, finalmente foi enviada à mesma uma denúncia, assinada pelo Sr. Antonio Minguiera Braga, fazendo uma série de acusações ao Prefeito (anexo 3), convém salientar que o Sr. Minguiera, ex oficial reformado da Polícia, foi em tempos passados enviado a Camocim por políticos amigos [...]. Aqui chegando, tornou-se protegido do Sr. Murilo Aguiar e mais tarde bandeou para seus adver-

60 Documento grau de sigilo CONFIDENCIAL. Disseminação: AC/S p.3NI - DSI/MJ-CENI-MAR/RIO. PROTOCOLO 0111917 27.6.75, p. 4.

sários, é homem semi alfabetizado, [...] todas as denúncias de Camocim feitas contra os adversários da Arena 2 são assinadas por ele, mesmo aquelas contra o ex Agente de Camocim, 1º Te. (AM) Francisco Gomes Spinoza.

Por outro lado, se examinar com atenção a redação da denúncia vê-se logo o dedo de alguém que entende um pouco de lei, esse alguém trata-se sem dúvida do Sr. Otávio de Santana, ex Agente nesta Capitania dos idos de 1952, indivíduo inteligente, entendedor de leis, tanto é que funciona como advogado de defesa nos processos criminais que tramitam na justiça em Camocim; é também indivíduo inidôneo e praticamente a eminência parda por trás de todo esse processo; também ex apaniguado do Sr, Murilo Aguiar, a quem abandonou por motivos de receber maiores vantagens dos adversários do seu ex Chefe.⁶¹

A citação dos nomes de Antonio Minguiera Braga e Octavio de Santana dá bem a dimensão da polarização política em Camocim. Assim como essas duas pessoas receberam a proteção inicial de Murilo Aguiar e depois “viraram” para o lado dos Coelho/Veras, era normal outras pessoas fazerem o contrário. Aliás, conta-se que na adesão do tenente Minguiera aos Aguiar, 16 anos depois, na campanha política de 1988, ao figurar como candidato a vice-prefeito na retomada do poder pelos Aguiar naquela eleição, alguém teria dito no calor dos discursos, numa festa acontecida no Camocim Club, que tenente Minguiera voltava ao ninho dos “Cara Preta”.

Mas, voltando ao relato do capitão-tenente José Rosário, ele parece querer acertar as contas com o ex-colega de farda Otávio de Santana, informando mais sobre suas atividades na cidade de Camocim:

Convém salientar que a influência perniciosa desse indivíduo no seio da classe dos pescadores, da qual foi Presidente da Colônia, até hoje se faz sentir pois graças a corrupção que implantou, fez da mesma um campo fértil da subversão, felizmente sanada graças a pronta e enérgica intervenção do então Agente Ten. Francisco Spinoza,

61 Documento grau de sigilo CONFIDENCIAL. Disseminação: AC/S p.3NI - DSI/MJ-CENI-MAR/RIO. PROTOCOLO 0111917 27.6.75, p. 4.

de quem se fez inimigo fidagal. O Sr. Santana funciona como Assessor Especial da Câmara, na qual já teve assento como vereador [...].⁶²

Ainda se reportando aos antecedentes do dia da cassação do prefeito, o capitão-tenente em seu relato assevera:

[...] nos bastidores comentam os partidários do Prefeito que o prazo para defesa do mesmo expiraria hoje à meia noite e que o Prefeito foi cassado antes de apresentar sua defesa à Câmara. Esperavam também os partidários do mesmo que hoje a justiça desse a reintegração de posse do vereador cassado, Sr. João Gomes da Silva, cuja apelação estava sendo julgada hoje em Fortaleza, se isso acontecesse, esperavam invalidar todas decisões da Câmara no período em que esteve afastado, no entanto a justiça de Fortaleza manteve a decisão do Juiz local que julgou procedente a cassação, com isso a Câmara manteve os $\frac{2}{3}$ terços que tinha conquistado.⁶³

Caminhando para o término do seu relato, o capitão-tenente informou ainda sobre o clima de tensão do dia da cassação do prefeito:

5. A cidade foi invadida hoje por muita gente, inclusive grande número de jornalistas e cinegrafistas que vieram fazer a cobertura do acontecido.

Recebeu também a visita do Secretário de Polícia do Estado, Sr. Edilson Moreira da Rocha e o Deputado Almir Pinto, Presidente da Arena teria vindo a mando do Governador tentar contornar a situação, porém chegaram após a sessão da Câmara e fizeram uma reunião no Quartel da Polícia local, algumas pessoas alegam ter ouvido o Deputado Almir comentar que se tivesse sabido do problema antes, teria vindo com maior presteza tentar dissuadir a Câmara dos seus intentos, a ser verdade essa afirmativa seria bastante estranho tal autoridade alegar desconheci-

62 Documento grau de sigilo CONFIDENCIAL. Disseminação: AC/S p.3NI - DSI/MJ-CENIMAR/RIO. PROTOCOLO 0111917 27.6.75, p. 4.

63 *Idem*, p. 5.

mento do que aqui se passava, se não soubesse através dos canais políticos ou governamentais, deveria saber pelo menos através da Imprensa escrita ou falada que há dias comenta o assunto.⁶⁴

Parece haver um certo exagero no que diz respeito à cobertura do evento pela imprensa, relacionada “ao grande número de jornalistas e cinegrafistas”. Mas um detalhe salta aos olhos no que diz respeito à tentativa tardia do presidente da ARENA em resolver o imbróglio causado pelas sublegendas no município. Como se sabe, as rivalidades políticas locais, nesses casos, ultrapassavam a convenção partidária que abrigava as facções no mesmo partido, com o expediente das sublegendas. Na disputa pelo poder local, cada grupo buscava suplantar e derrotar o outro, sem pudores ideológicos. Concretizada a cassação do prefeito, o capitão-tenente termina seu relato tecendo considerações sobre o vice-prefeito e a motivação principal de todo esse processo:

6. Com o afastamento do Prefeito assumirá a Prefeitura o Vice-Prefeito, homem verdadeiramente incompatibilizado com seus adversários, se o Prefeito é homem honesto, íntegro e leal o mesmo não se pode afirmar do vice, em quem os próprios partidários não confiam e julgam desonesto, é homem conhecidamente criador de tumultos e comprador de brigas, sua gestão prevê ser uma situação mais caótica que a anterior.

7. Na verdade, toda essa ação visa apenas atingir os chefes da facção política contrária, os Srs. Murilo Rocha Aguiar e o Deputado Libório Gomes da Silva, como são praticamente inatingíveis diretamente seus prepostos sofrem os ímpetos que lhes são dirigidos.⁶⁵

Não sabemos que desdobramentos esse documento teve face ao seu caráter de confidencialidade, gerado em um dos órgãos das Forças Armadas em Camocim. No entanto, sua validade hoje para a escrita histórica revela não só um estado de exceção em que os atores políticos eram

64 Documento grau de sigilo CONFIDENCIAL. Disseminação: AC/S p.3NI - DSI/MJ-CENIMAR/RIO. PROTOCOLO 0111917 27.6.75, p. 5.

65 *Idem*, p. 5.

investigados e até mesmo vigiados, sendo produzidas avaliações sobre seus comportamentos cotidianos e funcionais, além de ser uma opinião fora do espectro polarizado da política local.

Eleições de 1974

Dois anos depois das eleições municipais de 1972, que marcaram a cena política da cidade, veio o pleito de 1974, com votação apenas para senador, deputado federal e estadual. Para governador, a eleição foi indireta, com a escolha de Aduino Bezerra para comandar os destinos do Ceará.⁶⁶

Nesta eleição estavam aptos a votar 11.503 eleitores. O comparecimento às urnas foi muito bom, registrando 9.168 votantes e 2.335 abstenções.⁶⁷

Murilo Aguiar continuava cassado e a representação de Camocim na Assembleia Legislativa era o seu amigo Coronel Libório Gomes da Silva. Suplente em 1970, já em 1972 assumiria o cargo de deputado. Como tal, compareceu à solenidade de posse do prefeito João Pascoal de Melo. Quatro anos depois, era a vez de tentar novamente sua reeleição. A polaridade e rivalidade política locais mais uma vez disputaram os votos dos camocinenses nos candidatos Libório Gomes da Silva e Fonseca Coelho. “Cara Preta” e “Fundo Mole” novamente fizeram uma campanha acirradíssima com ligeira diferença de 583 votos em favor do coronel Libório, quando as urnas foram abertas. No contexto geral, os dois candidatos foram eleitos pela ARENA. Vejamos os resultados:

Deputado Estadual

CANDIDATOS	VOTAÇÃO EM CAMOCIM	VOTAÇÃO GERAL
Libório Gomes da Silva (ARENA)	3.640	11.571
Francisco Fonseca Coelho (ARENA)	3.057	13.817

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Eleições de 1974. Resultado Oficial, p. 28 e 36.

66 Conforme determinava o AI-3, as eleições de 1974 ocorreram em duas fases. Desse modo, em 3 de outubro foi eleito indiretamente Aduino Bezerra para governador e Waldemar de Alcântara para vice-governador. Em 15 de novembro foi eleito diretamente Mauro Benevides para senador, 16 deputados federais e 40 deputados estaduais.

67 Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Eleições de 1974. Resultado Oficial, p. 5.

Para deputado federal, o equilíbrio na votação se manteve, com uma diferença: o candidato apoiado pelos Coelho/Veras, o juazeirense Francisco Humberto Bezerra, venceu, com 183 a mais, o aracatiense Ernesto Gurgel Valente, apoiado pelos Aguiar. Vejamos os resultados:

Deputado Federal

CANDIDATO	VOTAÇÃO EM CAMOCIM	VOTAÇÃO GERAL
Francisco Humberto Bezerra (ARENA)	3.227	74.923
Ernesto Gurgel Valente (ARENA)	3.044	34.219

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Eleições de 1974. Resultado Oficial, p. 35.

Para senador da República, como de resto no interior do Ceará, o candidato da ARENA, José Edilson de Melo Távora, foi votado maciçamente. Contudo, o eleito foi o candidato do MDB, Carlos Mauro Cabral Benevides, com uma votação estrondosa na capital Fortaleza, o que já marcava uma tendência do eleitorado em todo o país, onde o MDB saiu vitorioso na grande maioria das capitais. Vejamos como foi a votação para SENADOR em Camocim.

Senador

CANDIDATOS	VOTAÇÃO EM CAMOCIM	VOTAÇÃO GERAL
Edilson Távora (ARENA)	5.723	434.066
Mauro Benevides (MDB)	1.735	510.392

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Eleições de 1974. Resultado Oficial, p. 35.

Afora os resultados acima mostrados, algo digno de nota foi a proposição do vereador José Maria de Lima, solicitando um “voto de louvor” ao juiz eleitoral da 32ª Zona Eleitoral, Dr. Glauco Barreira Magalhães, pelo “desempenho daquela autoridade judiciária no evolover das eleições realizadas no dia 15 de novembro do corrente, durante as quais sua Excia., o MM Juiz, revelou sua capacidade de trabalho”, conforme mostra o documento abaixo:⁶⁸

68 8º Livro de Atas da Câmara Municipal de Camocim. Ata da 19ª Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo, realizada no dia 25 de novembro de 1974, p. 23-23v.

FIGURA 83 - Pedido de “louvor” ao Juiz de Direito de Camocim, Dr. Glauco Barreira Magalhães.

ORADOR. Foi lido um requerimento pelo vereador José Manoel de Lima, no qual aquele Edil solicitava, ao Sr. Presidente deste Casa, após ouvido o Plenário, fosse aprovado um voto de louvor ao Em: Sr. Dr. juiz Eleitoral da 32ª Zona, Dr. Glauco Barreira Magalhães, pelo desempenho daquela autoridade judiciária no processo das eleições realizadas no dia 15 de novembro corrente, durante as quais, sua Excia, o Sr. juiz, revelou sua capacidade de trabalho e dedicação a causa da justiça a que serve, garantindo com a força de sua prudente e páfua autoridade a realização de um pleito num clima de ordem, liberdade e segurança. Requerem mais o referido pleito que, aprovado que for, pelo Plenário deste respectivo Casa, o requerimento ora formulado, por o mesmo comunicado, por ofício, ao Em: Sr. Glauco Barreira Magalhães, ao Ex:pe Tribunal Regional Eleitoral, na pessoa do seu Presidente, Desembargador Desembargador Costa; Em: Sr. Procurador Regional Eleitoral, Sr. Flavio Ribeiro e ao Em: Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Helder Ribeiro de Cunha. O RDEM DO DTA - Requerimento do vereador

Fonte: 8º Livro de Atas da Câmara Municipal de Camocim. Ata da 19ª Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo, realizada no dia 25 de novembro de 1974, p. 23v.

O elogio registrado em ata pode sugerir algo mais do que uma praxe entre os poderes após uma eleição sem maiores problemas, visto que a disputa se dera apenas nos planos estadual e federal. Contudo, é possível que a bancada de oposição ao prefeito João Pascoal de Melo só estivesse procurando manter uma boa relação com a justiça, face ao que vinha preparando para cassá-lo, como se pode ver no tópico anterior.

Eleições de 1976

Passado o período conturbado da administração João Pascoal de Melo, como vimos no item anterior, vieram as eleições municipais de 1976. Da última eleição para prefeito em 1972, o eleitorado praticamente manteve o mesmo em 1976, com 13.172 eleitores aptos a votar.⁶⁹

⁶⁹ Em 1972 eram 13.091 eleitores aptos a votar. Na eleição para deputado estadual, federal e senador de 1974, apenas 11.503 eleitores estavam aptos a votar. A diminuição pode ser expli-

Afora os dois anos em que os Coelho/Veras comandaram o município (1970-1972), fruto do acordo político que já destacamos anteriormente, o grupo não contabilizava essa passagem pelo poder como quebra da hegemonia dos Aguiar e usou o discurso de “24 anos enganando o povo”, apostando no desgaste político do grupo “Cara Preta” que, segundo eles, vinha desde 1950.

Com efeito, alguns fatores acabaram favorecendo o desgaste político. Desde a cassação dos direitos políticos do deputado Murilo Aguiar em 1969; a frustração do acordo de 1970 em que os “Fundo Mole” não votaram em massa no deputado Libório Gomes da Silva, deixando-o na suplência e o posterior rompimento em 1972 na eleição para prefeito, em que a diferença de votos pró-Aguiar decresceu a olhos vistos, sinalizavam como fatores de que o grupo murilista, sem poder contar com seu líder à frente dos processos eleitorais, estava perdendo força.

Campanha eleitoral na rua, as forças políticas colocaram as cartas na mesa. Os “Cara Preta” apostaram numa chapa formada por dois ex-prefeitos: João Batista Aguiar (irmão de Murilo Aguiar) para prefeito e Setembrino Fontenele Veras, para vice-prefeito.⁷⁰ Já os “Fundo Mole” optaram por uma solução caseira e ligada diretamente à família Coelho/Veras. Para prefeito o escolhido foi Edilson Veras Coelho, filho do coronel Alfredo Othon Coelho e seu herdeiro político, e para vice-prefeito o Sr. Francisco das Chagas Sobrinho (Neném Lúcio), até então neófitos em campanhas eleitorais.

As tensões eleitorais da campanha aparecem nas atas da Câmara Municipal de Camocim. Na sessão de 16 de agosto de 1976, o vereador Álvaro Domingues Ferreira pede ao presidente que officie ao comandante da 10ª Região Militar, comandante do IV Exército e delegado especial da Polícia em Camocim sobre as atividades políticas do “ex-deputado cassado pelo AI-5 Murilo Rocha Aguiar neste município onde está abertamente, fazendo campanha política em favor dos seus correligionários”,⁷¹ reafirmando sua denúncia na sessão seguinte de 19 de agosto.

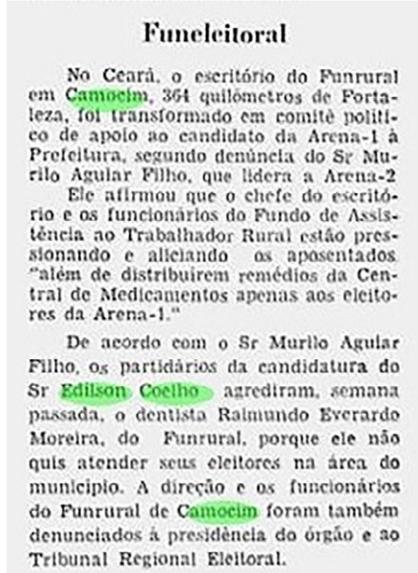
cada por algum recadastramento realizado à época.

70 João Batista Aguiar foi prefeito de Camocim entre 1963 a 1967 e Setembrino Veras em duas oportunidades: 1951-1954 e 1967 a 1971,

71 9º Livro de Atas da Câmara Municipal de Camocim. 1975-1977. Ata da 51ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura da Câmara Municipal de Camocim, realizada em

Por outro lado, os Aguiar denunciavam ao Tribunal Regional Eleitoral que o escritório do FUNRURAL em Camocim, dominado pelos Coelho/Veras, se transformara num “comitê eleitoral” dos mesmos, desviando funções e remédios para beneficiar o candidato Edilson Veras Coelho.⁷²

Figura 84 - Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 19 out. 1976. Edição 00194, p. 2.



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Após as eleições e apurados os votos das urnas, após mais de duas décadas, os “Fundo Mole” voltavam ao poder, com Edilson Veras Coelho no comando da Prefeitura Municipal. Além disso, fizeram maioria na Câmara dos Vereadores (6x5), o que dava uma tranquilidade polí-

16 de agosto de 1976, p. 46v-47.

72 Transcrição da nota do Jornal do Brasil: **“Funeleitoral**. No Ceará, o escritório do Funrural em Camocim, 364 quilômetros de Fortaleza, foi transformado em comitê político de apoio ao candidato a Arena-1 à Prefeitura, segundo denúncia do Sr. Murilo Aguiar Filho, que lidera a Arena-1. Este afirmou que o chefe do escritório e os funcionários do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural estão pressionando e aliciando os aposentados “além de distribuírem remédios da Central de Medicamentos apenas aos eleitores da Arena-1.” De acordo com o Sr. Murilo Aguiar Filho, os partidários da candidatura do Sr. Edilson Veras Coelho agrediram semana passada, o dentista Raimundo Everardo Moreira, do Funrural, porque ele não quis atender seus eleitores na área do município. A direção e os funcionários do Funrural de Camocim foram também denunciados à presidência do órgão e ao Tribunal Regional Eleitoral”. Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 19 out. 1976. Edição 00194, p. 2. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

tica para a próxima administração. Foram eleitos do lado da Arena-1 (Fundo Mole): Raimundo Pereira Neto, Jocunda Barroso Veras. Jaime Laurindo da Silva, Antonio Minguiera Braga, José Carlos Vasconcelos e Jonas Marques da Silveira. Pela Arena-2 (Cara Preta), foram eleitos: Ronaldo Torres de Sá e Benevides, Francisco das Chagas Oliveira, Adroaldo Martins Moura, José Oliveira Veras e Jonas Ferreira Veras.

Figura 85 - Quadro de Vereadores da Legislatura de 1977-81.



Fonte: Memorial do Legislativo Camocinense.

O resultado geral para as eleições municipais de 1976 para os poderes executivo e legislativo ficaram da seguinte forma, segundo o quadro abaixo:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ				
SECRETARIA DE INFORMÁTICA				
SEÇÃO DE ESTATÍSTICAS ELEITORAIS				
ELEIÇÕES MUNICIPAIS de 15 de novembro de 1976				
MUNICÍPIO DE CAMOCIM				
CARGO	PARTIDO	SITUAÇÃO	CANDIDATO	VOTOS
PREFEITO	ARENA 1	ELEITO	EDILSON VERAS COELHO	5.401
VICE-PREF.	-	-	FRANCISCO DAS CHAGAS SOBRINHO	
PREFEITO	ARENA 2	NÃO ELEITO	JOÃO BATISTA ROCHA AGUIAR	4.994
VICE-PREF.	-	-	SETEMBRINO FONTENELE VERAS	-
PREFEITO	-	-	NULOS	115
PREFEITO	-	-	BRANCOS	268
VEREADOR	ARENA	ELEITO	RAIMUNDO PEREIRA NETO	857
VEREADOR	ARENA	ELEITO	RONALDO T. DE SÁ E BENEVIDES	799
VEREADOR	ARENA	ELEITO	JOCUNDA BARROSO VERAS	767
VEREADOR	ARENA	ELEITO	JAIME LAURINDO DA SILVA	764
VEREADOR	ARENA	ELEITO	FRANCISCA DAS CHAGAS OLIVEIRA	763
VEREADOR	ARENA	ELEITO	ADROALDO MARTINS MOURA	751
VEREADOR	ARENA	ELEITO	ANTÔNIO MINGUEIRA BRAGA	730
VEREADOR	ARENA	ELEITO	JOSÉ CARLOS VASCONCELOS	658
VEREADOR	ARENA	ELEITO	JOSÉ OLIVEIRA VERAS	657
VEREADOR	ARENA	ELEITO	JONAS FERREIRA VERAS	624
VEREADOR	ARENA	ELEITO	JONAS MARQUES DA SILVEIRA	613
VEREADOR	ARENA	SUPLENTE	FRANCISCO ROMÃO DE MENEZES	527
VEREADOR	ARENA	SUPLENTE	CARLOS JOSÉ P. NAVARRO VERAS	518
VEREADOR	ARENA	SUPLENTE	JOSÉ MARIA DE LIMA	516
VEREADOR	ARENA	SUPLENTE	OSMARINA TEIXEIRA DA SILVA	9
VEREADOR	ARENA	SUPLENTE	FRANCISCO CARNEIRO DA ROCHA	4
VEREADOR	ARENA	-	VOTOS DE LEGENDA	2
VEREADOR	-	-	NULOS	482
VEREADOR	-	-	BRANCOS	737
APTOS		13.172		
VOTANTES		10.778		
ABSTENÇÃO		2.394		

Fonte: Ata Geral de Apuração

Vários fatos marcaram o mandato de Edilson Veras Coelho. Embora não tenha ligação direta com seu cargo de prefeito, a desativação do ramal ferroviário Camocim- Sobral ocorreu em 1977 e trouxe bastan-

te comoção para a população local. A ação dos políticos de então não foi suficiente para conter o propósito do governo federal de então em fechar ferrovias deficitárias, muito embora, no caso do ramal Sobral-Camocim, ações do próprio governo poderiam torná-lo eficiente. Os próprios políticos, depois que a desativação ocorreu, usaram o fato para fazer promessas da volta da ferrovia ou mesmo usar de datas comemorativas, como o centenário do município, para pedir ao governo o retorno das atividades ferroviárias, como fez o deputado federal Evandro Aires de Moura (ARENA-CE) no Congresso Nacional:

A prosperidade comercial fez com que o Governo Imperial autorizasse, por Decreto de 1857, a estrada de ferro de Camocim a Sobral, inaugurada em 15-01-1881, no primeiro trecho até Granja. Esse trecho que agora, sob protestos de toda uma região. Justamente quando se dá ênfase ao transporte de massa e à luta pela economia de combustível, é desativada, silenciando nos sertões o centenário apito de suas locomotivas. Por isso aproveitou a oportunidade para apelar para o Sr. Ministro Elizeu Rezende, para atender à justa e até desesperada súplica de uma região, uma vez que os estudos e memoriais das autoridades e das associações de classe não sensibilizaram os técnicos dos gabinetes que lhe assessoram.

Possui bonitas praias, estando incluído nas regiões turísticas do Estado, administrado pelo operoso Prefeito Edilson Veras Coelho, que vem transformando a cidade, compondo-se de onze Vereadores sua Câmara Municipal. Com esse relato, renovo ao povo e às autoridades de Camocim as felicitações pelas comemorações de sua data centenária, cujas festas assisti com imensa satisfação.⁷³

Outro marco interessante foi o I Centenário de Camocim ocorrido em 1979, onde o município realizou uma grande festa comemorativa alusiva à data com o slogan: “1879 - CAMOCIM 1979. 100 ANOS DE SOL”. Na oportunidade, foram inauguradas várias obras, como o Hotel

73 Diário do Congresso Nacional (Seção I). Quarta-feira, 10 de outubro de 1979, p. 11012. Evandro Aires de Moura, nas eleições para deputado federal em 1978 obteve 23 votos em Camocim. Fonte: RELATÓRIO DE RESULTADOS DE CANDIDATOS POR MUNICÍPIO - PRODASEN/SENADO FEDERAL.

Municipal, a Rodoviária José Maria Veras e Praça Sinhá Trévia, Monumento ao Centenário, além de obras conseguidas junto aos governos estadual e federal como a Fundação SESP e a Agência do INPS, entre outras, dotando a cidade de uma melhor infraestrutura e marcando a gestão de Edilson Veras Coelho como uma das melhores até então.

Figura 86 - Prefeito Edilson Coelho entregando troféu ao diretor do Colégio Estadual Padre Anchieta, Prof. Ivan Pereira de Carvalho. Camocim. 1979.



Fonte: Facebook Camocim Online.

Ainda sobre a festa do I Centenário de Camocim, vamos encontrar no Livro de Tombo da Paróquia Bom Jesus dos Navegantes um importante registro de cunho religioso feito pelo então pároco, Monsenhor Inácio Nogueira Magalhães:

No dia 29 de Setembro de 1979 Camocim em peso celebrou com muito fausto e solenidade o centenário da criação do seu município. Para dar maior brilho e esplendor aos festejos comemorativos do Centenário, o Prefeito local Edilson Veras Coêlho teve a honra de convidar a Dom Aluísio Lorscheider que muito prontamente aceitou o convite. [...] veio Dom Aluísio, acompanhado pelo Sr. Bispo Diocesano, Dom Timóteo, o Sr. Prefeito e Vigário para a Igreja Matriz, onde se realizou uma imponente sessão, que tinha por objetivo dar manifestações de boas-vindas a Dom Aluísio, o primeiro cardeal que aportou

a esta cidade. Nessa ocasião usaram da palavra o Sr. Edilson em nome do município, o Sr Valmir Rocha, que representou a Paróquia de Camocim. Dom Aluísio agradeceu com profunda emoção as homenagens a ele oferecidas. Às 7 horas da noite todos os festejos atingiram o seu ponto culminante, ao lado do nascente da Prefeitura, que fica na Praça da Matriz, o Sr. Cardeal celebrou o Santo Sacrifício da Missa sendo concelebrantes, Dom Timóteo Cordeiro e o Vigário Mons. Inácio Nogueira Magalhães. [...] Às 8,30 a Irmã Pedrina, Diretora do Artesanato fez um convite para um lauto jantar... [...] No dia seguinte pela manhã mui cêdo, Dom Aluísio regressou à Fortaleza, deixando lembrança imorredoura pela sua presença tão preciosa nesta cidade de Camocim.⁷⁴

Figura 87 - Capa do Informativo do Centenário. 1979.



Fonte: NEDHIS. Curso de História/UVA. Sobral-CE.

74 Terceiro Livro de Tombo da Paróquia de Bom Jesus dos Navegantes (1962-1989), p. 38.

Figura 88 - Jornal O Povo. 29 de setembro de 1979.

Fonte: Facebook.

Apesar dos bons frutos colhidos nos três primeiros anos da administração de Edilson Coelho, o Tribunal de Contas da União (TCU) desaprovou as “contas do Município de Camocim, CE, relativas aos exercícios de 1977 (Proc. 029 327/78), 1978 (Proc. 015 207/79) e 1979 (Proc. 010 684/80) e provenientes do Fundo de Participação dos Municípios”.⁷⁵

O último marco a destacar tem a ver com o contexto político da época. A ditadura civil-militar dava sinais de cansaço, mas atuava por todos os lados para tentar uma transição “lenta e gradual”. Nesse sentido, em 1980, o Congresso Nacional decidiu interferir no curso normal

⁷⁵ Condenado a pagar o valor de Cr\$ 244.695,88, proveniente de materiais desviados, despesas incluídas em mais de uma prestação de contas (FPM e FRN), e de materiais e obras inexistentes, dados como adquiridos e concluídos”, o prefeito Edilson Veras Coelho recorreu e conseguiu reduzir a dívida “para CR\$ 67.690,88 o valor a ser recolhido pelo responsável, com recursos pessoais, conta do FPM da Prefeitura Municipal de Camocim, no prazo de trinta dias, acrescidos dos juros de mora e da correção monetária, nos termos do Acórdão, lavrado nesta data, ficando, desde logo, autorizada a cobrança judicial, na hipótese prevista no artigo 50, letra ‘c’, do Decreto-lei n 9 199/67”. Fonte: Tribunal de Contas da União (TCU). 43ª de Sessão Plenária, de 16 de junho de 1981, p. 4 e 37.

das eleições, prorrogando os mandatos dos eleitos em 1976 até 1982, apresentada pelo deputado federal goiano Anísio de Sousa (Arena).

A decisão da prorrogação dos mandatos dos eleitos em 4.000 municípios brasileiros chegou semana antes da data marcada para a votação em 1980, através de uma emenda constitucional, sob alegação oficial de que:

[...] não havia tempo suficiente para que os partidos cumprissem antes da eleição todas as formalidades previstas na reforma partidária de 1979, que permitiu a existência de mais partidos além da Arena e do MDB, as duas únicas legendas legalizadas durante a maior parte da ditadura.⁷⁶

Contra esse adiamento, a *Folha*, em editorial escreveu:

Entre os opositoristas, o comentário recorrente era de que a maioria governista no Congresso havia se tornado uma nova maneira de o governo impor suas posições, em substituição à força do AI-5 (Ato Institucional nº 5), revogado no fim do governo Ernesto Geisel (1974-79).⁷⁷

Com essa configuração, o prefeito Edilson Veras Coelho teve seu mandato prorrogado até 1982, juntamente com os vereadores da Câmara Municipal, o que lhe deu mais fôlego para trabalhar e eleger um sucessor.

Na Câmara Municipal, não se registrou nada em suas atas sobre a prorrogação. Apenas ficou configurada a mesa diretora para o biênio 1981-1983, que ficou assim composta:

A seguir deu-se início a votação para Presidente, tendo sido eleito com nove votos o senhor vereador Antonio Minguiera Braga; para vice Presidente o senhor Jonas Marques da Silveira com nove (9) votos; para Primeiro Secretário o senhor vereador Jaime Laurindo da Silva, com 10 (dez) votos e para Segundo Secretário a Senhora Vereadora Jocunda Barrozo Verras com nove (9) votos.

76 Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/81445/o-adiamento-das-eleicoes-municipais>. Acesso em: 13 jun. 2022.

77 *Idem*.

[...] A chapa concorrente para a Mesa Diretora foi única. Os eleitos foram automaticamente empossados por terem sido considerados eleitos.⁷⁸

Pelo visto, a prorrogação dos mandatos dos vereadores fez bem ao legislativo, a ponto de a rivalidade ser deixada de lado e a chapa única encabeçada pelo vereador Antonio Minguiera Braga ter conseguido três votos da oposição e ser eleita por quase unanimidade.

Eleições de 1978

A eleição de 1978 para a família Aguiar, foi a primeira após a perda da hegemonia do poder municipal para os Coelho/Veras. Dois anos depois, era hora de medir o estrago da derrota. Em 1978, teve-se eleição em duas etapas, uma para governador e um senador (indiretas) e outra para deputado estadual, federal e mais um senador.⁷⁹

Apesar dos dois anos de administração de Edilson Coelho, o candidato apoiado pelos Coelho/Veras, Fonseca Coelho, perdeu para Francisco Rocha Aguiar (com atuação política no município de Ipu-CE), irmão de Murilo Aguiar, que continuava cassado politicamente, com a diferença de 335 votos, o que de certa forma mantinha viva a rivalidade entre os grupos.

78 10º Livro de Atas da Câmara Municipal de Camocim. Ata da 2ª Sessão Ordinária do 5º Período do Legislativo da 9ª Legislatura da Câmara Municipal de Camocim, realizada no dia 31 de janeiro de 1981, p. 87-88.

79 Conforme determinava o chamado Pacote de Abril, mais um dos estratagemas do regime militar para se manterem no poder, na primeira etapa, ocorrida em 1º de setembro, foram eleitos por via indireta pela ARENA, o governador Virgílio Távora, o vice-governador Manuel de Castro e o senador César Cals. Na fase seguinte, ocorrida em 15 de novembro, foi eleito o senador José Lins, 20 deputados federais e 44 estaduais.

Figura 89 - Cartaz de campanha de Rocha Aguiar, 1978.



Fonte: Acervo Prof. Melo. Ipu-CE.

No quadro abaixo, o resultado para deputado estadual em Camocim.

Deputado Estadual

CANDIDATOS	VOTAÇÃO EM CAMOCIM	VOTAÇÃO GERAL
Francisco Rocha Aguiar (ARENA)	4.893	21.332
Francisco Fonseca Coelho (ARENA)	4.558	15.878

Aproveitamos a oportunidade para traçar um ligeiro perfil desses parlamentares que disputaram os votos dos camocinenses. Por ocasião do centenário de Rocha Aguiar, ocorrido em março de 2021, o deputado estadual Sérgio Aguiar, atual representante da família na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, seu sobrinho-neto, escreveu:

CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE DR. FRANCISCO ROCHA AGUIAR

Neste 2 de março de 2021, comemora-se (in memoriam) o centenário de nascimento de Dr. Francisco Rocha Aguiar (1921-2021).

Camocim, Fortaleza, Salvador, Potiraguá (BA) e Ipu foram as estações de sua vida. Ipu foi sua primavera. Sim-

plicidade, humildade, altruísmo, honestidade, caridade, foram as grandes virtudes do ser humano Dr. Rocha Aguiar. Casou-se com Maria Antonieta Rocha Aguiar, de cuja união nasceram os filhos: Grace, Aguiarzinho (Falecido), Elisabete, Cristina, Nadson e Ricardo.

Em 14 de dezembro de 1949 formou-se em Medicina pela Universidade Federal da Bahia.

Ao longo da vida transitou no universo médico e político. Sua vocação política se afirmou, quando se tornou Prefeito nomeado da pequena cidade de Potiraguá no sul da Bahia. Foi médico do Ministério da Saúde, da Assembléia Legislativa do Ceará e do Corpo de Bombeiros, tendo feito parte de um grupo de três médicos, consagrados como humanitários. Mas foi na cidade de Ipu-Ceará que construiu sua história na medicina e na política, a partir do ano de 1952. Tornou-se líder político; foi eleito Prefeito Municipal, quando promoveu um salto para o futuro no desenvolvimento do município; ampliou e aperfeiçoou a eletrificação do município, implantou a televisão, concurso público, a previdência social, ampliou a rede escolar, o ensino médio e o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Construiu o Balneário da Bica, Praça Delmiro Gouveia, renovou o Mercado Público, o Matadouro Público, Postos de Saúde, Sistema de Telefonia Municipal, Avenida da Municipalidade; outras e mais outras marcas do progresso. No ano de 1972 elegeu Prefeita de Ipu, como candidata única, sua esposa, Maria Antonieta Rocha Aguiar. Foi eleito Deputado Estadual do Ceará, com o sufrágio de 21.332 votos, para o período de 1979 a 1982, compondo as Comissões de Saúde, Educação e Constituição.

O Dr. Francisco Rocha Aguiar deixou sua marca indelével na cidade de Ipu e em toda a região, como líder humanitário, político e amigo de seu povo.

Fonte: Facebook.

No site da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, temos um pequeno perfil do ex-deputado Francisco Fonseca Coelho, que transcrevemos abaixo:

Figura 90 - Deputado Fonseca Coêlho.



Fonte: <https://constituicao.al.ce.gov.br/index.php/component/k2/item/108-fonseca-coelho>. Acesso em: 19 jul. 2022.

Nasceu em Senador Pompeu, em 1925. Fez os primeiros estudos no Liceu do Ceará e, posteriormente, no Colégio Cearense. Graduiu-se em Contabilidade, na Escola Técnica Carlos de Carvalho. Ingressou na vida pública em 1970, elegendo-se deputado estadual por cinco vezes, no período de 1970 a 1990, representando municípios do sertão central, como Senador Pompeu. Integrou a Mesa Diretora da Casa em várias oportunidades, foi líder do Partido da Frente Liberal (PFL); vice-líder do Governo César Cals e diretor geral da Assembleia Legislativa. Foi proprietário da Rádio Sertão Central e agraciado com títulos como Cidadão Honorário dos municípios de Camocim e Senador Pompeu, troféu ACERT 2007 e diploma de Incentivador da Cultura conferido pela Academia Antero de Quental, de São Paulo, e Grande Colaborador da Cultura Cearense, outorgado pelo Instituto Lusíadas de Fortaleza. Morreu em 17 de março de 2013, aos 89 anos.

Para deputado federal, a diferença entre os deputados votados e apoiados pelas respectivas famílias se inverteu um pouco, com a vitória

de Adauto Bezerra sobre Haroldo Sanford por apenas 15 votos, conforme mostra o quadro abaixo:

Deputado Federal

CANDIDATO	VOTAÇÃO EM CAMOCIM	VOTAÇÃO GERAL
José Adauto Bezerra (ARENA)	4.602	117.282
Haroldo Sanford (ARENA)	4.587	38.919

Para senador, nenhuma surpresa, com ampla maioria do candidato da ARENA, José Lins de Albuquerque sobre Chagas Vasconcelos, candidato do MDB:

Senador

CANDIDATOS	VOTAÇÃO EM CAMOCIM	VOTAÇÃO GERAL
José Lins de Albuquerque (ARENA)	8.213	758.817
Chagas Vasconcelos (MDB)	1.696	591.034

Apesar da vitória dos “Cara Preta” para deputado estadual em Camocim, a eleição de Rocha Aguiar pouco influenciou para que o grupo se fortalecesse para as eleições municipais de 1982. Além do mais, Murilo Aguiar, ainda sem poder candidatar-se a cargo político, tinha poucas opções no seu grupo, que não se renovava nem formava lideranças para a continuidade política, como os seus adversários. A escolha para o pleito municipal recairia num velho amigo, Libório Gomes da Silva, ex-deputado estadual, para prefeito, e levaria consigo o futuro herdeiro de Murilo Aguiar, Francisco de Paula Rocha Aguiar (Chico de Paula), como candidato a vice-prefeito. Talvez a eleição tenha servido ao neófito herdeiro o aprendizado para o futuro.

Eleições de 1982

Passados os seis anos da gestão de Edilson Veras Coelho, chegamos para as eleições de 1982. Como se viu anteriormente, a Emenda Constitucional nº 14 alterou as eleições que seriam em 1980, prorrogando os mandatos até 1982, uma forma de deixar os prefeitos mais dois anos e ajudarem nas campanhas de candidatos a governador aliados do regime militar. Contudo, as medidas para isso foram aprimoradas e, através

da Emenda Constitucional nº 22, os casuísmos da ditadura foram mais além, cancelando as eleições que estavam marcadas para 1986. Instituiu-se o mandato de seis anos para prefeito e criou-se o voto vinculado para todos os cargos disputados (senadores, governadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores).

Portanto, naquelas eleições de 1982, o eleitor não teve a escolha de votar em candidatos de partidos diferentes. Justificava-se a medida pela extinção do bipartidarismo em 1979. No entanto, o estratagema era “atrelar o voto à força política dos ocupantes de postos do Executivo, então majoritariamente do PDS, sucedâneo da Arena”.⁸⁰

Mudava-se a roupa, mas o corpo era o mesmo. Se, antes, as forças aliadas do governo se dividiam nas sublegendas da ARENA; agora, as mesmas forças se abrigavam no mesmo expediente do Partido Democrático Social (PDS). Em Camocim, Arena-1 e Arena-2 passaram a ser PDS-1 (Coelho/Veras) e PDS-2 (Aguiar). A novidade seria a entrada em cena do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que concorreu às eleições de 1982 com o Sr. Sebastião de S. Rodrigues e Antônio Batista de Souza (prefeito e vice-prefeito, respectivamente).

Os Coelho/Veras inovaram nessa eleição colocando uma mulher para disputar o cargo de prefeita, Ana Maria Moreira Beviláqua Veras, que tinha sido uma eficiente gestora à frente do Centro Social Urbano (CSU), uma das obras de relevância da gestão de Edilson Coelho, que desenvolveu um intenso trabalho na área social, até então desprestigiada pelos governantes anteriores.

Cabe dizer que, à época, os Centros Sociais Urbanos era uma política social federal criada ao tempo dos governos militares, no sentido de potencializar a ideia de nacionalidade, trazida no bojo das mitologias “revolucionárias” dos eventos ocorridos em 1964.⁸¹ Dessa forma, um

80 Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/81445/o-adiamento-das-eleicoes-municipais>. Acesso em: 13 jun. 2022.

81 Bronislaw Baczek (1985) trata dessa questão enfatizando a estratégia de como regimes totalitários, liberais e comunistas conseguem utilizar o recurso da utopia no sentido de incluir a sociedade em seus projetos ideológicos. Neste sentido, essa utopia estará integrada dentro de uma estrutura mitológica, que, segundo o autor, seriam três: a mitologia revolucionária, a mitologia nacionalista e a mitologia do progresso. In: BACZKO, Bronislaw. Utopia. In: *Enciclopedia Einaudi* – Volume 5 (Anthopos-Homem) Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 1985, p. 387.

espaço que combinasse lazer e proteção social servia ao projeto novo de sociedade prometido pelos militares no contexto da assistência social aliado ao lazer, esporte, entre outras atividades. Como afirma Denise Bernuzzi Sant'Anna, em meio aos discursos de frases e slogans que buscavam um modelo de construção de uma nova unidade nacional:

[...] irrompeu uma proliferação discursiva das vantagens e da importância de determinadas atividades lúdicas, de certos espaços de descanso e diversão que, gradativa e desigualmente, impôs suas múltiplas vozes e ganhou novos espaços institucionais, na fala de políticos e empresários. [...] Foi produzida uma concepção de lazer mais aberta a intervenções médicas, políticas e institucionais diferentes.⁸²

Esse conjunto de políticas que inseria a concepção destacada acima foi consubstanciado na elaboração do Programa Nacional de Centros Urbanos (PNCSU), criado em 1975, em cuja finalidade visava:

[...] a integração social nas cidades, através do desenvolvimento de atividades comunitárias nos campos da educação, cultura e desporto, da saúde e nutrição, do trabalho, previdência e assistência social e da recreação e lazer.⁸³

Portanto, o Centro Social Urbano de Camocim foi o espaço onde, desenvolvendo os mais diferentes setores e projetos da ação social, trazendo programas de educação sanitária e desportos, campanhas de prevenção à marginalização do menor, ofertando cursos que qualificavam a mão-de-obra local, alavancou a gestão de Edilson Coelho e potencializou a candidatura de Ana Maria Veras.

82 SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. O prazer justificado: História e Lazer (São Paulo, 1969/1979). São Paulo: Editora Marco Zero, 1994. (Coleção: Onde está a República?), p. 9-10.

83 Decreto 75.922, de 1º de julho de 1975. In: OLÍMPIO, Marise Magalhães. LAZER E REGIME MILITAR: UM ESTUDO SOBRE OS CENTROS SOCIAIS URBANOS DE FORTALEZA (1969 - 1984). ANPUH- Brasil. 30º Simpósio Nacional de História. Recife-2019, p. 6.

Do outro lado, o candidato dos Aguiar recaiu sobre a pessoa do ex-deputado coronel Libório Gomes da Silva. Embora fosse considerado uma pessoa afável, honesta, amiga, benfeitora da comunidade (ver capítulo 3), no jogo da campanha política o que acabou colando à sua imagem pelos adversários foi a imagem do militar carrancudo, sem falar que já se questionava a presença dos militares na política. Era a disputa entre o que já era “velho” na política contra a jovialidade da mulher, amiga da juventude e com ideias novas. Um fato novo, mas não tão novo assim pela tradição política, foi a candidatura de Francisco de Paula Rocha Aguiar (Chico Aguiar) a vice-prefeito na chapa com o coronel Libório. Filho de Murilo Aguiar, mais tarde se tornaria deputado estadual e governador do Estado do Ceará, herdeiro do espólio político dos Aguiar com a morte de seu pai em 1985.

Figura 91 - Ana Maria Veras em campanha. Camocim-CE. 1982.



Fonte: Facebook.

Realizado o pleito, verificou-se a continuidade do grupo Coelho/Veras no poder com a eleição de Ana Maria Veras do PDS-1, com 171 votos de maioria sobre Coronel Libório do PDS-2. A oposição à antiga ARENA aparece pela primeira vez no cenário político de Camocim, mas sem força para representar uma terceira via. No entanto, foi ousada em marcar presença através do PMDB, na candidatura do Sr. Sebastião S. Rodrigues, que recebeu 137 votos. O quadro abaixo traz o resultado final daquelas eleições municipais.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ				
SECRETARIA DE INFORMÁTICA				
SEÇÃO DE ESTATÍSTICAS ELEITORAIS				
ELEIÇÕES MUNICIPAIS de 15 de novembro de 1982				
MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE				
CARGO	CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS	SITUAÇÃO
PREFEITO	ANA MARIA B. MOREIRA VERAS	PDS-1	8.237	ELEITA
VICE-PREF.	JOSÉ MARIA LIMA			
PREFEITO	LIBÓRIO GOMES DA SILVA	PDS-2	8.066	NÃO ELEITO
VICE-PREF.	FRANCISCO DE PAULA R. AGUIAR			
PREFEITO	SEBASTIÃO DE S. RODRIGUES	PMDB	137	NÃO ELEITO
VICE-PREF.	ANTÔNIO BATISTA DE SOUZA			
VEREADOR	JOSÉ CARLOS VASCONCELOS	PDS	1.091	ELEITO
VEREADOR	JOSÉ JOÃO ALEXANDRINO	PDS	1.069	ELEITO
VEREADOR	JOÃO SOTERO VERAS	PDS	1.063	ELEITO
VEREADOR	ANTÔNIO BENTO DA COSTA	PDS	1.045	ELEITO
VEREADOR	FRANCISCO CARNEIRO DA ROCHA	PDS	1.020	ELEITO
VEREADOR	JOSÉ GUILHERME DE SOUSA	PDS	995	ELEITO
VEREADOR	ANTÔNIO MINGUEIRA BRAGA	PDS	992	ELEITO
VEREADOR	TÂNIA PESSOA NAVARRO VERAS	PDS	936	ELEITO
VEREADOR	JONAS FERREIRA VERAS	PDS	921	ELEITO
VEREADOR	AMBROZINA FÉLIX DE OLIVEIRA	PDS	841	ELEITO
VEREADOR	ADROALDO MARTINS MOURA	PDS	829	ELEITO
VEREADOR	AMANAJÁS PASSOS DE ARAÚJO	PDS	818	ELEITO
VEREADOR	RONALD T. DE SÁ E BENEVIDES	PDS	728	ELEITO
VEREADOR	JONAS MARQUES DA SILVEIRA	PDS	648	ELEITO
VEREADOR	MESSIAS DE MELO	PDS	629	ELEITO
VEREADOR	CARLOS JOSÉ P. NAVARRO VERAS	PDS	599	SUPLENTE
VEREADOR	FRANCISCO DAS CHAGAS DE OLIVEIRA	PDS	530	SUPLENTE
VEREADOR	RAIMUNDO PEREIRA NETO	PDS	484	SUPLENTE
VEREADOR	FRANCISCO JACINTO FROTA	PDS	437	SUPLENTE
VEREADOR	OSMAR PARENTE ALBUQUERQUE	PMDB	64	NÃO ELEITO
VEREADOR	GERALDO VALENTIM DE ARAÚJO	PMDB	31	NÃO ELEITO
VEREADOR	FRANCISCO PASCOAL DE OLIVEIRA	PMDB	12	NÃO ELEITO
VEREADOR	ANTÔNIO ALVES DE OLIVEIRA	PMDB	10	NÃO ELEITO
VEREADOR	FRANCISCO MIRANDA DE CASTRO	PMDB	8	NÃO ELEITO

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-CE.

Na solenidade de posse da prefeita eleita, ficou registrado nas Atas da Câmara Municipal de Camocim um resumo de sua fala, um pouco diferente da linguagem burocrática de outras falas:

[...] a prefeita fez uso da palavra dizendo da satisfação que tinha de ter sido eleita Prefeita de Camocim, como também expor o seu plano de governo, dando relevância ao ensino, saúde, assistência social e que pretendia dar ao seu governo um cunho de trabalho para o qual toda a sociedade camocinense para colaborar com ela no engrandecimento de Camocim.⁸⁴

Na comemoração da posse da prefeita eleita Ana Maria Veras, houve uma vasta programação social. Na foto abaixo, pode-se perceber um pouco dos eventos realizados, através de um show de paraquedismo em plena Praça da Matriz, algo até então inédito para a população camocinense.

Figura 92 - Festa de Posse da Prefeita Ana Maria Veras. Voos de paraquedas na Praça da Matriz. Camocim-CE. 1983.



Fonte: Facebook.

Sobre a administração da prefeita Ana Maria Veras (ver “O Camocim das Mulheres”. Cap. 1), houve um grande incremento na área social, educacional e cultural, principalmente com a criação de escolas municipais, eventos culturais que ainda hoje acontecem (Salão de Artes, Festival de Quadrilhas, por exemplo) e outros que foram extintos por administrações mais recentes (Festival de Música e Festival de Violeiros). Destacamos abaixo dois momentos da administração municipal que tinha o slogan “Seis anos com amor”, relativo ao esporte e ensino público.

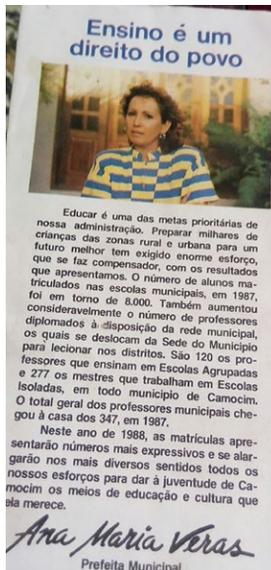
⁸⁴ Fonte: 10º Livro de Atas da Câmara Municipal de Camocim. 1977-1985. Ata da 2ª Sessão Ordinária, do 1º Período Legislativo da 10ª Legislatura da Câmara Municipal de Camocim, realizada em 24 de fevereiro de 1983, p. 138.

Figura 93 - Cartaz das Olimpíadas Comunitária de Camocim. 1984.



Fonte: Arquivo Jr. Bijouterias.

Figura 94 - Folder informativo. “Ensino é um direito do povo”. Camocim. 1987.

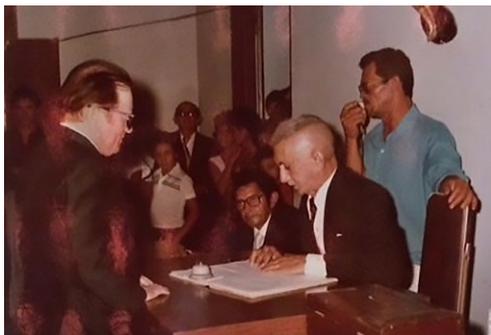


Fonte: Arquivo Jr. Bijouterias.

Na Câmara Municipal de Camocim, houve o aumento de 11 para 15 vereadores. A prefeita eleita, através do PDS-1, conquistou também a maioria dos edis. Instalada a Câmara Municipal em 31 de janeiro de

1983, já na segunda sessão em 24 de fevereiro, o presidente anunciava a morte do vereador eleito Amanajás Passos de Araújo e a convocação do primeiro vereador suplente Carlos José Pessoa Navarro Veras para assumir a vaga.⁸⁵

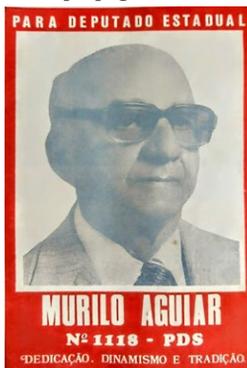
Figura 95 - Solenidade de Posse de vereadores da Câmara Municipal de Camocim. 1983. Em primeiro plano, Francisco Carneiro da Rocha (Chico Branco), Antônio Minguiera Braga e Messias Melo. 1983.



Fonte: Arquivo Pessoal Neudo Rocha.

A segunda derrota consecutiva dos Aguiar para os Coelho/Veras pela disputa da Prefeitura Municipal, de alguma forma, foi amenizada pela volta de Murilo Rocha Aguiar ao parlamento cearense. Depois de 13 anos afastado, obteve a sétima colocação no seu partido, colocando uma vantagem sobre seu oponente em Camocim, Fonseca Coelho, de 1.134 votos.

Figura 96 - Cartaz de propaganda de Murilo Aguiar. 1982.



Fonte: Acervo da Família Aguiar.

85 Fonte: 10º Livro de Atas da Câmara Municipal de Camocim. 1977-1985. Ata da 2ª Sessão Ordinária, do 1º Período Legislativo da 10ª Legislatura da Câmara Municipal de Camocim, realizada em 24 de fevereiro de 1983, p. 138 v-139.

Para deputado federal, Aécio de Borba, apoiado por Murilo Aguiar, colocou uma diferença de 501 votos sobre Ossian Araripe, candidato dos Coelho/Veras. De alguma forma, esses números sinalizaram um alento para as próximas eleições municipais. Vejamos os resultados oficiais da eleição de 1982 em Camocim:

Deputado Estadual

CANDIDATO	VOTAÇÃO EM CAMOCIM	VOTAÇÃO GERAL
Murilo Rocha Aguiar (PDS)	8.108	30.026 - 7º colocado
Francisco Fonseca Coelho (PDS)	6.964	21.442 - 17º colocado

Deputado Federal

CANDIDATO	VOTAÇÃO EM CAMOCIM	VOTAÇÃO GERAL
Aécio de Borba Vasconcelos (PDS)	7.597	84.158 (1º Colocado)
Ossian Alencar Araripe (PDS)	7.096	64.207 (13º. Colocado)

Governador

CANDIDATO	PARTIDO	VOTAÇÃO EM CAMOCIM
Luiz Gonzaga da Fonseca Mota	PDS	14.707
Carlos Mauro Cabral Benevides	PMDB	196
Américo Barreira	PT	7
Branços		1.927
Nulo		144
Abstenção		3.198

Senador

CANDIDATO	PARTIDO	VOTAÇÃO EM CAMOCIM
Virgílio de Moraes Fernandes Távora	PDS	13.245
Dorian Sampaio	PMDB	184
Francisco William de Montenegro Medeiros	PT	8
Branços		3.275
Nulos		269

Embora as eleições de 1982 tenham ocorrido em clima de “abertura democrática”, as práticas políticas ainda guardavam o *modus operandi*

di do regime anterior. De todo modo, para além da chegada de novos atores e partidos políticos, da volta da escolha pelo voto direto para governador, os eleitos em 1982 ainda teriam que lidar com os últimos suspiros e convenções do regime que se despediria do poder em 1985. Mas isso é história para um próximo livro.

Fontes

Manuscritas:

1. Alistamento Eleitoral de 1898. Câmara Municipal de Camocim.
2. Código de Posturas. Arquivo Público do Estado do Ceará
3. Ofício da Câmara Municipal de Camocim - Arquivo Câmara Municipal de Camocim - 1º Livro de Ofícios Expedidos - 1885-1908.
4. 7º Livro de Atas da Câmara Municipal de Camocim. 1969-1973.
5. 8º Livro de Atas da Câmara Municipal de Camocim. Ata da 19ª Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo, realizada no dia 25 de novembro de 1974.
6. 9º Livro de Atas da Câmara Municipal de Camocim. 1975-1977. Ata da 51ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura da Câmara Municipal de Camocim, realizada em 16 de agosto de 1976.
7. 1ª Sessão Ordinária – 8ª Legislatura – 3º Período – 31 de janeiro de 1975, p. 30v. Arquivo da Câmara Municipal de Camocim.
8. 10º Livro de Atas da Câmara Municipal de Camocim. 1977-1985. Ata da 2ª Sessão Ordinária, do 1º Período Legislativo da 10ª Legislatura da Câmara Municipal de Camocim, realizada em 24 de fevereiro de 1983.
9. Terceiro Livro de Tombo da Paróquia de Bom Jesus dos Navegantes (1962-1989), p. 38.

Impressas:

1. AUTRAN, Manoel Godofredo Alencastro. GUIA ELEITORAL. Lei n. 35 de 26 de Janeiro de 1892. Rio de Janeiro - São Paulo: Laemmert & C. - Editores-proprietários, 1894.

2. Eleições 1950: Resultado. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza, 2003.
3. Eleições 1970: Resultado Oficial no Ceará. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza, 2002.
4. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Eleições Municipais de 1972. Resultado Oficial do Ceará. Fortaleza-CE.
5. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Eleições de 1974. Resultado Oficial. Fortaleza-CE.
6. LEI DECRETOS E MODELOS RELATIVOS A ÚLTIMA REFORMA ELEITORAL. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1881.
7. Ofício Nº 30/75. 25 de abril de 1975. Arquivo da Câmara Municipal de Camocim.
8. Jornal “A Pátria”. Sobral-CE, agosto de 1890. p. 3. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.
9. Jornal “Patria”. Sobral-CE, março de 1910, p. 2. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.
10. Jornal *A Esquerda*. Fortaleza-CE. 31 de julho de 1929, ed. 91, p. 6. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.
11. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 19 out. 1976. Edição 00194, p. 2. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional
12. Fonte: Almanak Laemmert. Fonte: <http://memoria.bn.br>
13. Ministério da Justiça. Comissão Geral de Investigações. Subcomissão Geral de Investigação no Ceará. Proc. 27/72.
14. CONFIDENCIAL. Disseminação: AC/SNI - DSI/MJ-CENIMAR/RIO. PROTOCOLO 0111917 27.6.75.
15. Arquivo Nacional. br_rjanrio_cnv_0_rce_6004100274820201315_d0001de0002
16. Deputados Estaduais. 20ª Legislatura. 1979-1982. Fortaleza: INESP, 2002, p. 88-89.
17. Tribunal de Contas da União (TCU). 43ª de Sessão Plenária, de 16 de junho de 1981, p. 4 e 37.
18. Diário do Congresso Nacional (Seção I). Quarta-feira, 10 de outubro de 1979, p. 11012.
19. Relatório de resultados de candidatos por município - PRODA-SEN/Senado Federal

Iconográficas:

1. Alistamento Eleitoral de 1898. Capa. Folhas de 01 a 09. Câmara Municipal de Camocim. Fonte: www.portal.ceara.pro.br.
2. Folha de rosto e detalhe do Regimento Interno de 1915. Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Camocim.
3. Ofício nº 42. 31 de dezembro de 1887. Câmara Municipal de Camocim. Fonte: portal.ceara.pro.br
4. Navio *Aratanha* no Porto de Camocim. S/d. Fonte: Domínio Público.
5. Guarda Municipal de Camocim. Foto: amigos do ronda.
6. Monsenhor José Augusto da Silva. (1883-?). Arquivo do CPH.
7. Jornal *A Pátria*. Agosto de 1890. p. 3. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.
8. Jornal *A Patria*. Sobral-CE, março de 1910, p. 2. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.
9. Camocim. Dia de Eleições. 1912. Fonte: *Revista da Semana*, RJ.
10. Monsenhor José Augusto da Silva. (1883-?). Arquivo do CPH.
11. Capa do Livro Dicionário Crítico do Pensamento da Direita. FOTO: <https://www.flaviasantosleiloes.com.br>.
12. Pedro Teixeira de Oliveira (Pedro Rufino). Foto: Acervo da Família Rufino.
13. Capa do livro “Brasil, Nunca Mais! Fonte: tovemdotudo.zipnet
14. Jornal *O Ceará*. Fortaleza, 12 mar. 1928, p. 7.
15. Quadro dos Mártires de Chicago. Fonte: <http://blogheterotopias.blogspot.com>
16. Murilo Rocha Aguiar. Foto: Arquivo da Família Aguiar.
17. Alfredo Othon Coelho. Foto: Arquivo da Família Coelho.
18. Juscelino Kubitschek e João Goulart em campanha. Camocim. 1955. Fonte: Acervo Sra. Elda Aguiar.
19. JK em Camocim. Agosto de 1955. Fonte: Arquivo Sra. Elda Aguiar.

20. Atividades do Grupo Marighela. Distrito Federal e Goiás. SNI. Fonte: Arquivo Nacional.
21. Ernesto Gurgel Valente. Cartaz da campanha política à Câmara Federal de 1974. Fonte: aracatiemfoco.com
22. Ofício. 29 set. 1976. Camocim Ceará. 29 set. 1976. Fonte: Baú do Maguary. Arquivo do CPH.
23. Prefeita Ana Maria (sentada) ladeada de mulheres com posição de mando em Camocim-CE. Fonte: *Revista Manchete*. 1987.
24. Prefeita Ana Maria Veras (ao centro de saia amarela) posando ao lado de funcionárias da Prefeitura Municipal de Camocim. Fonte: *Revista Manchete*. 1987.
25. Capa do cordel “A Morte trágica de Manoel Siqueira”. Autores: Lucas Evangelista e Damião Libório. 1992.
26. Panfleto “Camocinenses”. Camocim-CE. 1976. Fonte: Arquivo Prof. Paulo José.
27. Sr. Nilo Cordeiro de Oliveira. Fonte: *Blog Camocim Imparcial*.
28. Cartaz. Um Milhão Marcha com Deus na Vitória. Fonte: giovanipasini.com
29. Cartaz. Ato Público. 50 anos da Ditadura, Fonte: oabrs.org.br.
30. Murilo Aguiar. Missa do Centenário. Fonte: www.antoniovianna.com.br
31. Sr. Carlos Salu aguardando o momento de votar. Camocim-CE. 2012. Foto: Francisco Rocha.
32. Sede da antiga Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. 1930. Atualmente Museu do Ceará. Fonte: *Jornal O Nordeste*.
33. Símbolo do Direito. Fonte: <https://br.pinterest.com/in>.
34. Deputado Murilo Aguiar. Fonte: Deputados Estaduais: 16ª legislatura, 1963-1966. Fortaleza: INESP, 2006. p. 161.
35. Anésio Frota Aguiar. Fonte: CPH.
36. Setembrino Fontenele Veras. Fonte: Deputados Estaduais: 14ª Legislatura 1955-1958. 2ª. Ed. – Fortaleza: INESP, 2006, p. 139.
37. General Onofre Muniz Gomes de Lima. Fonte: www.7bib.eb.mil.br

38. José Dias Macêdo. Fonte: Site da Câmara dos Deputados.
39. Haroldo Sanford. Fonte: Deputados Estaduais: 19ª legislatura 1975 – 1978. Fortaleza: INESP, 2000, p. 89.
40. Alfredo Veras Coelho (Alfredinho). Fonte: Deputados estaduais: 16ª legislatura, 1963-1966. – Fortaleza: INESP, 1998. p. 206.
41. Coronel Libório Gomes da Silva. Fonte: Deputados estaduais. 19ª legislatura 1975 –1978. Fortaleza: INESP, 2000, p. 116.
42. Francisco Rocha Aguiar. Fonte: Deputados Estaduais. 20ª Legislatura. 1979-1982. Fortaleza: INESP, 2002, p. 88.
43. Francisco de Paula Rocha Aguiar (Chico Aguiar). Fonte: Deputados Estaduais. 23ª Legislatura. 1991-1994/ – Fortaleza: INESP, 2007, p. 67.
44. Edilson Veras Coelho Filho. Fonte: Deputados Estaduais: 23ª. Legislatura 1991-1994. Fortaleza: INESP, 2006, p. 179.
45. Deputado Sérgio Aguiar. Fonte: al.ce.gov.br
46. Dr. Gentil Pinheiro Barreira. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Gentil_Barreira.
47. Alfredo Coelho em reunião política com correligionários na empresa comercial Casa Coelho. Foto: Arquivo Dr. Marcos Coelho (neto de Alfredo Coelho).
48. Trecho da Ata da Eleição de 1947. Fonte: TRE-CE, p. 6.
49. Prefeito Setembrino Veras. 1951-1955. Fonte: Memorial do Legislativo Camocinense.
50. Ata de posse do Prefeito Setembrino Fontenele Veras. 1951. Fonte: 2º Livro de Atas da Câmara Municipal de Camocim, p. 82-83.
51. Trecho da Ata da Eleição de 1954. Votação de Francisco Ottoni Coelho. Fonte: TRE-CE, p. 10.
52. Eleição de 1954. Votação de Setembrino Veras. Fonte: TRE-CE, p. 12.
53. Murilo Aguiar (segundo da esquerda para a direita) sendo recebido pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Rio de Janeiro. 1958. Fonte: Arquivo Nacional.

54. Eleições Municipais de 1958. Dados Estatísticos. Fonte: Boletim Eleitoral - Nr.20/61. TRE-CE, p. 7.
55. Relação dos deputados eleitos pelo PSD. Fonte: Eleições 1958: Resultado. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza, 2001, p. 114.
56. Eleições Municipais de 1958. Eleitos no Município de Camocim. Fonte: Nrs. 13/59 e 14/59. TRE-CE, p. 20.
57. Eleições para Deputado Estadual. 1958. Murilo Aguiar e Aniceto Rocha. Fonte: Boletim Eleitoral 12/59. TRE-CE, p. 114.
58. Eleições para Governador. 1958. Votação no Município de Camocim. Fonte: Boletim Eleitoral 12/59. TRE-CE, p. 9.
59. Prefeito Carlos Trévia. (1959-1963). Fonte: Memorial do Legislativo Camocinense.
60. Eleições para Senador. 1958. Votação no Município de Camocim. Fonte: Boletim Eleitoral 12/59. TRE-CE, p. 106.
61. Prefeito João Batista Aguiar. 1963-1967. Fonte: Memorial do Legislativo Camocinense.
62. Santinho de Convite Missa do 30º dia da morte de Octávio de Sant'Anna. Fonte: <https://www.revistacamocim.com/2016/08/convite-missa.html>
63. Dr. José Maria Primo de Carvalho. Fonte: *Camocimonline*.
64. Resultado das Eleições Municipais de 1970. Camocim-CE. Fonte: Ata Geral de Apuração. TRE-CE.
65. Vereador Antonio Mingueira Braga. Fonte: CPH.
66. Resultado das Eleições Municipais de 1972. Camocim-CE. Fonte: Ata Geral de Apuração. TRE-CE.
67. Ofício Nº 30/75. 25 de abril de 1975. Arquivo da Câmara Municipal de Camocim.
68. Murilo Rocha Aguiar. CNV. ACE Nº 3481/83, fls.65. Fonte: Arquivo Nacional.
69. 8º Livro de Atas da Câmara Municipal de Camocim. Ata da 19ª Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo, realizada no dia 25 de novembro de 1974, p. 23v.

70. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 19 out. 1976. Edição 00194, p. 2. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.
71. Quadro de Vereadores da Legislatura de 1977-81. Fonte: Memorial do Legislativo Camocinense.
72. Prefeito Edilson Coelho entregando troféu ao diretor do Colégio Estadual Padre Anchieta, Prof. Ivan Pereira de Carvalho. Camocim. 1979. Fonte: Facebook Camocim Online.
73. Capa do Informativo do Centenário. 1979. Fonte: NEDHIS. Curso de História; UVA. Sobral-CE.
74. *Jornal O Povo*. 29 de setembro de 1979. Fonte: Facebook.
75. Cartaz de campanha de Rocha Aguiar. 1978. Fonte: Acervo Prof. Melo. Ipu-CE
76. Deputado Fonseca Coêlho. Fonte: <https://constituicao.al.ce.gov.br/index.php/component/k2/item/108-fonseca-coelho>.
77. Ana Maria Veras em campanha. Camocim-CE. 1982. Fonte: Facebook.
78. Festa de Posse da Prefeita Ana Maria Veras. Voos de paraquedas na Praça da Matriz. Camocim-CE. 1983. Fonte: Facebook.
79. Cartaz das Olimpíadas Comunitária de Camocim. 1984. Fonte: Arquivo Jr. Bijouterias.
80. Folder informativo. “Ensino é um direito do povo”. Camocim. 1987. Fonte: Arquivo Jr. Bijouterias.
81. Solenidade de Posse de vereadores da Câmara Municipal de Camocim. 1983. Em primeiro plano, Francisco Carneiro da Rocha (Chico Branco), Antônio Minguiera Braga e Messias Melo. 1983. Fonte: Arquivo Pessoal Neudo Rocha.
82. Cartaz de propaganda de Murilo Aguiar. 1982. Fonte: Acervo da Família Aguiar.

Referências

- ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder*. São Paulo: EDUSP, 2019.
- ARRUDA, Esmerino. *É isso aí, meu filho!* Fortaleza: Gráfica Encaixe, 2004.
- BACZKO, Bronislaw. Utopia. In. *Enciclopedia Einaudi* – Volume 5 (Anthopos-Homem) Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 1985.
- CARVALHO, Ruy Vasconcelos de. *O verbo contra o vento: as vilas voadoras*. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, 1991.
- CEARÁ. *Assembléia Legislativa*. Deputados estaduais: 16ª legislatura, 1963-1966. – Fortaleza: INESP, 1998.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: Contexto, 2019.
- FERREIRA, Jorge. A transição democrática de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil Republicano 3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964. Terceira República (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- MOTA, Aroldo. *História Política do Ceará*. 1950-1954. Fortaleza: ABC Fortaleza, 1997.
- MOTA, Aroldo. *República*. Partidos Políticos. Atas. Fortaleza: ABC Editora, 2006.
- NOCA, Francisco Wilson. *Sermões, matracas e alcatrão: religiosos e comunistas na luta pelo poder*. 1946-1950. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora/Fundação Cultural de Fortaleza, 1996.
- OLÍMPIO, Marise Magalhães. LAZER E REGIME MILITAR: UM ESTUDO SOBRE OS CENTROS SOCIAIS URBANOS DE FORTALEZA (1969 - 1984). ANPUH- Brasil. *30º Simpósio Nacional de História*. Recife-2019.

PARENTE, Francisco Josênio C. O Ceará dos “coronéis” (1945 a 1986). In: SOUZA, Simone (Org.). *Uma nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

RIBEIRO, Francisco Moreira. *A reação política conservadora: o caso da União Pelo Ceará*. 2006, 213f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi. *O prazer justificado: História e Lazer* (São Paulo, 1969/1979). São Paulo: Editora Marco Zero, 1994. (Coleção: Onde está a República?).

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Cidade Vermelha: A militância comunista nos espaços do trabalho*. Camocim-CE. (1927-1950). Fortaleza: UFC/BNB/TRT-CE.2007. Coleção Mundos do Trabalho.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos, NASCIMENTO, Carlos Manuel do; ROCHA, Francisco Pereira. *Sobre Camocim*. Política, trabalho e cotidiano. Sobral: Edições UVA, 2013.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *O Parlamento Camocinense*. Fatos Históricos. (1879-2019). Sobral: Sertão Cult, 2020.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *A Casa do Povo*. História do Legislativo Camocinense. Sobral: Sobral Gráfica, 2008.

SCHWARCZ, Lilia (Org.). *Contos completos de Lima Barreto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TRÉVIA, José Maria Sousa. *Memórias de um saudosista*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017.

Sites Consultados

www.portal.ceara.pro.br

www.camocimpotedehistorias.blogspot.com.br

<http://memoria.bn.br>

<https://www.flaviasantosleiloes.com.br>

tovemdotudo.zipnet

<http://blogheterotopias.blogspot.com>

<https://www.bsbcapital.com.br/12-de-setembro-aniversario-de-jk>

aracatiemfoco.com

<https://www.camocimimparcial.com>
[giovanipasini.com](https://www.giovanipasini.com)
<https://www2.oabrs.org.br/home>
www.antonioviana.com.br
www.7bib.eb.mil.br
<https://www.camara.leg.br>
<https://www.camara.leg.br/deputados/-1/biografia>
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sanford-haroldo>
<http://www.tcm.ce.gov.br/tcm-site/composicao-Atual>
<http://www.al.ce.gov.br>
https://pt.wikipedia.org/wiki/Gentil_Barreira
https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%B5es_estaduais_no_Cear%C3%A1_em_1945
<https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>
<https://www.revistacamocim.com/2016/08/convite-missa.html>
<https://www.tre-sp.jus.br/imprensa/noticias-tre-sp/2020/Novembro/trinta-e-um-anos-depois-eleicao-volta-para-15-de-novembro>. Acesso em: 16 jun. 2022.
https://especiais.opovo.com.br/acervo/2018/ai-5_50anosdogolpedentrodogolpe/index.html. Acesso em: 23 jun. 2022.
www.camocimonline.com
<https://constituicao.al.ce.gov.br/index.php/component/k2/item/108-fonseca-coelho>
<http://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-5-ano-3/a-primeira-campanha-presidencial-2013-1910>
<http://www.jus.com.br/artigos/81445/o-adiamento-das-eleicoes-municipais>

Editora
**SER
TÃO
CULT**

Este livro foi composto em fonte Liberation Serif, impresso no formato 15 x 22 cm em offset 75 g/m², com 204 páginas e em e-book formato pdf.
Novembro de 2022.

Este tipo de produção nem sempre é tão fácil achar, visto que, infelizmente, ainda sofremos com diversos obstáculos na produção do que se chama de “história local”, como a falta de arquivos, má conservação das fontes e a falta de maior apoio e recursos para as pesquisas. Essa “história local” ressaltou-se, foi alvo, durante muito tempo, de certo preconceito, como se fosse algo menor. Na verdade, tudo é História. O “local”, se bem trabalhado em uma pesquisa, permite-nos enxergar melhor peculiaridades que escapam ao olhar mais geral. Se análises macro permitem entender o que se passa em regiões como a de Camocim, esta, por sua vez, alarga e contribui para a compreensão de processos mais amplos, a exemplo da importância do porto e da ferrovia da cidade para pensar a economia cearense e a movimentação de trabalhadores em suas lutas por melhores condições de vida.

É um livro de História com “H” maiúsculo, feito com conhecimentos e compromissos profissionais e éticos de um Historiador, que não se curva ao laudatório servil, comum em algumas outras obras do tipo, não deixando de tocar em aspectos incômodos para certos setores da sociedade, a exemplo da escravidão negra, as doenças que afligiam a população e a violência entre as facções políticas em disputa pelo poder político da cidade. Claro que a leitura da obra acaba por despertar a curiosidade dos leitores sobre aspectos do hoje (os nomes dos “ilustres” da terra, preservados em ruas e monumentos, por exemplo), mas o professor Carlos Augusto não abandona o rigor metodológico e científico, o zelo pelas fontes, o diálogo com a historiografia, a crítica e a reflexão, como recomenda o bom trabalho historiográfico.

Airton de Farias

Professor, autor de livros didáticos e Historiador
(Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF).

